

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MIRELLA RIBEIRO PINTO

ENTRE CRÔNICAS E FOLHETINS

A literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)

Uberlândia-MG

2020

MIRELLA RIBEIRO PINTO

ENTRE CRÔNICAS E FOLHETINS

A literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Uberlândia-MG

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P659 Pinto, Mirella Ribeiro, 1996-
2020 Entre crônicas e folhetins: a literatura de Olavo
Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa
(1893-1894) [recurso eletrônico] : / Mirella Ribeiro
Pinto. - 2020.

Orientador: Ana Flavia Cernic Ramos .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.625>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. , Ana Flavia Cernic Ramos, 1978-
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de mestrado, ata 18, PPGHI				
Data:	Vinte e oito de setembro de dois mil e vinte	Hora de início:	16:00	Hora de encerramento:	18h40
Matrícula do Discente:	11812HIS012				
Nome do Discente:	Mirella Ribeiro Pinto				
Título do Trabalho:	Entre crônicas e folhetins: a literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Barricadas em rodapés de jornais: cidadania e política nos romances-folhetins da imprensa carioca (1875-1895)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Daniela Magalhães da Silveira (UFU), Marcelo Balaban (UNB), Ana Flávia Cernic Ramos orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/09/2020, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Magalhães da Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/09/2020, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Balaban, Usuário Externo**, em 28/09/2020, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2257223** e o código CRC **E4157B64**.

MIRELLA RIBEIRO PINTO

ENTRE CRÔNICAS E FOLHETINS

A literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)

Trabalho de Dissertação apresentado AO Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura

Uberlândia, 28 de setembro, de 2020

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (UFU)

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira (UFU)

Prof. Dr. Marcelo Balaban (UnB)

Dedico este trabalho a escola pública, que me formou, da educação básica até esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Com os olhos cansados sentei para escrever minhas últimas linhas nesta dissertação. Quero aqui, em poucas palavras, tentar expressar minha gratidão a todos e todas que estiveram comigo ao longo dos últimos tempos, me apoiando e me incentivando a concluir mais essa etapa. Nesses tempos sombrios eu agradeço, primeiramente, a CAPES pelo auxílio financeiro, sem o qual seria quase impossível concluir minha pesquisa.

Agradeço a minha mãe Sebastiana Ribeiro Pinto e ao meu pai Izamar Donizete Pinto por todo apoio e por torcer sempre por mim. Quando tudo começava a desabar vocês me seguraram e me mostraram a importância de persistir no que acredito. Escolheria vocês como pais por mais mil vidas.

Agradeço a minha orientadora Ana Flávia Cernic Ramos por me acolher no PPGHIS-UFU, pela motivação e orientação ao longo desses dois anos e meio. Desculpa por qualquer coisa. Aproveito para estender meus agradecimentos aos meus mestres e mestras, em especial a Maria Theresa Cerávolo Laguna que desde o Projeto de Iniciação Científica Júnior me incentivou a fazer pesquisa, e a Sandra Mara Dantas que acreditou em mim e me orientou ao longo da graduação.

Agradeço a todos meus amigos por me apoiarem e estarem comigo em todos os momentos difíceis da pós-graduação, principalmente por ouvirem minhas reclamações e por compreender as minhas ausências. Em especial agradeço ao Leonardo Ribeiro Pinto, meu irmão e melhor amigo, que por várias vezes me socorreu com suas caronas até a rodoviária.

Acredito que as coisas não acontecem por um acaso. Ter ido estudar na Universidade Federal de Uberlândia me proporcionou novas experiências e vários momentos felizes. E por isso, sou muito grata à vida por ter colocado no meu caminho uma pessoa muito especial, que me apoiou incansavelmente até chegar no fim desta dissertação, gratidão Hugo Sanchez por compartilhar a vida comigo e, claro, pelo desenho de Olavo Bilac.

Mas, nada disso seria possível se não tivesse a presença da Professora Daniela Magalhães Silveira e do Professor Marcelo Balaban na banca de qualificação. Os apontamentos de vocês foram fundamentais para a finalização da pesquisa. Gratidão por aceitarem o convite da banca de defesa.

Agradeço também, a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Professora Ana Paula Spini, por me ouvir e me auxiliar com as burocracias.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao Cleyton Magela por se disponibilizar a me ouvir, me compreender e auxiliar com as minhas crises de ansiedade. Todos os nossos encontros foram fundamentais para me ajudar a chegar até aqui.

Gratidão!

“Por que me prendes? Solta-me covarde!

Deus me deu por gaiola a imensidade:

Não me roubes a minha liberdade...

Quero voar! Voar!”

(BILAC, 1904, p. 10-11)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a produção literária de Olavo Bilac, publicada na *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1893 e 1894, durante o governo de Floriano Peixoto. Impactado pelas medidas que tentaram cercear a atividade jornalística, Bilac, através de crônicas e folhetins, defendeu a liberdade de expressão e pensamento em seus escritos para a *Gazeta*. Entre os anos de 1892 e 1894, Olavo Bilac foi preso algumas vezes e precisou se autoexilar em Minas Gerais devido à oposição que fazia ao governo florianista. Através da análise da série *Chronica Livre*, das crônicas assinadas pelo pseudônimo Fantasio e pelo folhetim *Sanatorium*, publicado sob o pseudônimo coletivo de Jayme de Athayde, em parceria com autor Magalhães de Azeredo, buscou-se compreender a atuação de Olavo Bilac na imprensa e sua oposição à censura empreendida pelo Marechal Floriano Peixoto enquanto ocupou a presidência da República. O estudo visa mostrar como a literatura foi fundamental nas batalhas por liberdade de expressão empreendidas pelo escritor.

Palavras-chave: Olavo Bilac; imprensa; literatura e República

RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es analizar la producción literaria de Olavo Bilac, publicada en la *Gazeta de Notícias*, entre 1893 y 1894, durante el gobierno de Floriano Peixoto. Impactado por las medidas que intentaron frenar la actividad periodística, Bilac, a través de crónicas y seriadados, defendió la libertad de expresión y pensamiento en sus escritos para *Gazeta*. Entre los años 1892 y 1894, Olavo Bilac fue arrestado varias veces y tuvo que exiliarse a sí mismo en Minas Gerais debido a la oposición que estaba haciendo al gobierno de Floriano. A través del análisis de la serie *Chronica Livre*, las crónicas firmadas por el seudónimo Fantasio y por el panfleto del *Sanatorium*, publicado bajo el seudónimo colectivo de Jayme de Athayde, en colaboración con la autora Magalhães de Azeredo, buscamos comprender la actuación de Olavo Bilac en la prensa y su oposición a la censura emprendida por el Marechal Floriano Peixoto mientras ocupaba la presidencia de la República. El estudio tiene como objetivo mostrar cómo la literatura fue fundamental en las batallas por la libertad de expresión que emprendido el escritor.

Palabras clave: Olavo Bilac; prensa; literatura y República

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	A estreia da “Chronica Livre” de Olavo Bilac na <i>Gazeta de Notícias</i>	94
Imagem 2 -	Retrato do suposto Jayme de Athayde.....	130
Imagem 3 -	Retrato de Pardal Mallet	131
Imagem 4 -	Primeira página da <i>Gazeta de Notícias</i> , do dia 19 de novembro de 1894	145
Imagem 5 -	Caricatura de Olavo Bilac pelo desenhista Hugo Sanchez.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Frequência das publicações da série <i>Chronica Livre</i> na <i>Gazeta de Notícias</i>	158
Tabela 2 -	Frequência das crônicas de “Fantasio” na <i>Gazeta de Notícias</i>	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAPÍTULO 1: O AMORDAÇAMENTO DA IMPRENSA DURANTE O GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO	31
1.1 O novo regime e as tensões com a imprensa e os intelectuais	31
1.2 A subida de tom da censura durante o governo florianista	47
1.3 O controle das palavras impressas durante a Revolta da Armada	51
2 CAPÍTULO 2: A “CHRONICA LIVRE” EM TEMPOS DE REPRESSÃO POLÍTICA	63
2.1 Olavo Bilac e a República de Floriano Peixoto	65
2.2 Olavo Bilac e a <i>Gazeta de Notícias</i>	72
2.3 A <i>Chronica Livre</i> de Olavo Bilac	78
2.4 “ <i>Libertas quae sera tamen</i> ”: o autoexílio para Minas Gerais e o uso da imagem de Tiradentes na <i>Chronica Livre</i>	95
2.5 O regresso de Olavo Bilac e o fim da <i>Chronica Livre</i>	103
3 CAPÍTULO 3: ENTRE PSEUDÔNIMOS E FOLHETINS: NOVOS CAMINHOS DA CRÍTICA POLÍTICA DE OLAVO BILAC	107
3.1 As fantasias de Fantasio contra o governo do Marechal de Ferro	109
3.2 Os bombardeios políticos de Fantasio nas páginas da <i>Gazeta de Notícias</i>	123
3.3 Chegada do <i>Sanatorium</i> no rodapé da <i>Gazeta de Notícias</i>	127
3.4 O <i>Sanatorium</i> como expressão do autoritarismo do governo de Floriano Peixoto	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES	151
BIBLIOGRAFIA	152
ANEXO	158

INTRODUÇÃO

Durante todo o século XIX, a literatura brasileira aconteceu nas colunas dos jornais e nas revistas graças aos literatos que publicaram romances, poemas, folhetins e crônicas. Desde a época da monarquia, a imprensa era um importante meio para a manifestação cultural e política, pois ela veiculava a opinião pública, influenciava costumes e apresentava discussões políticas. Logo, ela foi uma das principais formas de manifestação do movimento abolicionista e republicano. Os homens de letras encontravam espaço para a publicação de seus escritos nas colunas dos jornais e revistas, o que se intensificou, nas décadas finais do século XIX, principalmente a partir da chegada da *Gazeta de Notícias*, em 1875¹.

A literatura era uma forma de entreter o leitor, e a *Gazeta de Notícias* valorizava os responsáveis por proporcionar o lazer por meio das suas colunas e por isso foi o primeiro jornal a remunerar o trabalho literário. Além disso, a imprensa lucrava com a colaboração dos literatos de renome e em suas colunas, e a *Gazeta de Notícias*, por exemplo, nos anúncios que divulgavam a sua assinatura semestral ou anual, informava ao público quais literatos compunham a sua redação².

Ademais, os autores utilizavam esse espaço para fazer com que suas obras chegassem ao leitor, inclusive ao leitor comum, uma vez que, a partir de 1870, a imprensa brasileira se transformou em um empreendimento comercial de maior fôlego e se tornou mais acessível e mais barata³. Por entenderem que a literatura não era apenas expressão e intenção artística, mas também um espaço de reflexão e intervenção na sociedade em que viviam, os literatos brasileiros, no século XIX, utilizaram seus romances, contos e crônicas para pensar o Brasil. Assim, a literatura estava presente nas colunas dos jornais por meio da publicação de

¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. *Op. cit.* SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da república (1889-1895)**. *Op. cit.* CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. M. (Orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005. RAMOS, Ana Flávia Cernic. **Política e Humor nos últimos anos da Monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2005. RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis**. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2010. SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

² SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A sátira do parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 121.

³ A estréia da *Gazeta de Notícias em 1875* se torna o marco dessa transformação da imprensa brasileira. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1897.

romances, folhetins, poesias e crônicas. As crônicas, em especial, ganharam muitos destaques nas páginas da *Gazeta de Notícias*, e literatos de renome foram os responsáveis por publicar crônicas políticas, dominicais, semanais e livres.

Sendo assim, a crônica se tornou um gênero muito popular na imprensa do século XIX, uma vez que era utilizado pelos intelectuais como um meio de discutir e pensar o Brasil a partir da discussão sobre os acontecimentos do cotidiano. Assim, os literatos tentavam transformar a sociedade em que viviam a partir do gênero cronístico, que interagia com as questões da realidade e dialogava com os sujeitos. Logo, a partir do seu caráter de intervenção na realidade⁴, as crônicas são testemunhas de “um ‘tempo social’ vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações”⁵, consistem em um escrito que abarca “um discurso polifacético”⁶ e são consideradas documentos pelos historiadores. Segundo o estudioso das crônicas machadianas, Sidney Chalhoub⁷, o gênero crônica possui como uma das características a leveza e aborda as sensibilidades de um tempo vivido pelo próprio cronista. Desse modo, por meio das crônicas, os literatos conseguiam interagir com o cotidiano vivido e intervir na realidade da sociedade. Além disso, em razão de a crônica ser um gênero que possui um tom leve e bem-humorado, ela conseguia atrair a atenção dos leitores e estabelecer um diálogo “quase sempre assimétrico”⁸ com os leitores. A crônica tem os acontecimentos do cotidiano e o tempo como matéria-prima, por isso lida com as indeterminações e se transforma conforme os acontecimentos e os interesses dos leitores. Por essa razão, as séries de crônicas estão sujeitas às “mudanças de estratégias”⁹.

Com o advento do novo regime republicano, em novembro de 1889, essas práticas e esse entendimento sobre o fazer literário não mudaram. Em um contexto de instabilidade e “ausência de um desenho político nítido para a nova ordem instaurada”¹⁰, os intelectuais republicanos continuavam em debate, nas ruas, no parlamento, na imprensa e na literatura, a

⁴ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. M. (Orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil**. *Op. cit.*

⁵ NEVES, Margarida de Souza. **Uma escrita do tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas**. CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 76.

⁶ *Ibidem*.

⁷ CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza Neves; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil**. *Op. cit.*, p. 17.

⁸ NEVES, Margarida de Souza. **História da crônica, crônica da História**. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 28.

⁹ CHALHOUB; NEVES; PEREIRA. *Op. cit.*, p. 15.

¹⁰ NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 7ªed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, p. 34.

fim de construir projetos para o futuro do Brasil. Vale destacar que, na década 1880, a atuação dos homens de letras foi um movimento importante para a queda da monarquia e a ascensão da República brasileira. A partir de 1889, esse engajamento dos intelectuais permaneceu, mas focando na consolidação do novo regime e nas reformas modernizadoras, que, para eles, eram necessárias para o apagamento do passado colonial e escravista da sociedade¹¹.

Em meio a esse panorama histórico, destaca-se a figura de Olavo Brás Martins Guimarães Bilac (1865-1918), que, aos 25 anos, era considerado um dos mais importantes intelectuais do início da Primeira República e foi um grande entusiasta e militante do regime republicano no Brasil. Entre 1887 e 1908, Olavo Bilac colaborou, escrevendo crônicas e poesias, em vários jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma parte das crônicas publicadas na imprensa foi reunida por Bilac em três livros: *Crônicas e Novelas* (1894), *Crítica e fantasia* (1904) e *Ironia e piedade* (1916). Entretanto, de todos os livros publicados de Olavo Bilac, o mais famoso é o *Poesias* (1888), que trouxe reconhecimento para o escritor. Enquanto um homem de letra do seu tempo, Olavo Bilac esteve engajado na literatura a fim de defender seus projetos para o Brasil. Assim, entre os anos de 1887 e 1889, o cronista militou na imprensa em prol do movimento abolicionista e contra o regime monárquico. Após a instauração do sistema republicano, Olavo Bilac viajou pela Europa como correspondente da *Cidade do Rio* e atuou como oficial maior na Secretaria do Interior do estado do Rio de Janeiro durante o governo de Francisco Portela. Após a queda do presidente Marechal Deodoro da Fonseca, as crônicas de Olavo Bilac foram marcadas pelo seu empenho em combater o governo de Floriano Peixoto, e, nesse momento, a *Gazeta de Notícias* abriu novamente as portas para o escritor em agosto de 1893. Durante o governo de Prudente de Moraes, Olavo Bilac começou a militar em suas crônicas a favor do seu projeto de higienização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, nota-se que Bilac concebia a ideia de fazer uso da literatura para expressar suas opiniões e críticas, além de debater projetos para a sociedade brasileira. A

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. FLORES, Elio Chaves. **A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. **Apresentação do Dossiê A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia**. In: *Revista Tempo*. Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da universidade federal fluminense. Volume 13, n. 26, janeiro de 2009, p. 1 -14. NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX**. *Op. cit.*, p. 14-44. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

produção literária de Olavo Bilac perpassou todos os anos iniciais da Primeira República, o que tornou suas crônicas e poesias fontes importantes para a compreensão dos conflitos causados pelos projetos de nação em disputa.

Olavo Bilac foi um intelectual que transitou pela produção de poesias, crônicas, livros didáticos e paradidáticos. Apesar das dificuldades de viver do seu trabalho de literato, Bilac dedicou grande parte da sua carreira ao jornalismo e colaborou em diversos jornais. Antes da Proclamação da República, ele publicou nos jornais *Novidades*, em São Paulo, e na *Cidade do Rio*, do seu amigo José do Patrocínio. Por militar a favor da Proclamação, Olavo Bilac se afastou do jornal do Patrocínio, que defendia questões políticas contrárias, e fundou, entre os meses de abril a julho de 1889 - com Raul Pompéia, Luís Murat e Pardal Mallet - o jornal *A Rua*, a fim de defender os seus ideais republicanos. Após a Proclamação da República, a carreira de Bilac enquanto cronista começou a se consolidar, e ele foi colaborador de vários outros jornais e revistas como: *Correio do Povo*, *O Combate*, *Gazeta de Notícias*, *O Álbum*, *A Notícia*, *A Cigarra*, *A Bruxa*, *Correio Paulistano*, *Kosmos*, entre outros. Tudo o que ocorria na cidade Bilac transformava em assunto para as suas crônicas, nas quais ele opinava sobre os diversos temas que envolviam a sociedade civil e enfatizava a defesa da:

urbanização, saúde pública, defesa do menor, escândalos políticos, ingerência da Igreja no Estado, festas populares, carestia, segurança urbana, deficiência do transporte público, violência sexual, política internacional, emancipação feminina, lançamentos literários, penúrias do funcionalismo, crueldade contra velhos, maus-tratos a animais, invasão de privacidade, ou ocorrências do momento¹².

Ou seja, esses assuntos não escaparam nem das opiniões nem das ironias de Olavo Bilac, e vários deles foram publicadas nas páginas da *Gazeta de Notícias*, periódico em que o autor mais publicou entre os anos de 1890 e 1908, pois foram registrados em torno de novecentos textos¹³. A primeira participação de Bilac no periódico de Ferreira Araújo aconteceu em abril 1890, quando suas crônicas foram publicadas por quase dois meses, quase diariamente. Mas, por causa de uma viagem para a Europa, como correspondente da *Cidade do Rio*, Olavo Bilac precisou abandonar a *Gazeta de Notícias*, e o seu retorno fixo às páginas desse periódico ocorreu somente no dia 22 de agosto de 1893, quando inaugurou a sua séria *Chronica Livre*¹⁴.

¹² BILAC, Olavo. **Vossa Insolência: Crônicas**. Antonio Dimas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 13-14.

¹³ DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006, p. 26.

¹⁴ SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A Sátira do Parnaso: Estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904**. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 124.

Em um contexto de crises políticas, conflitos armados, censura e perseguição aos intelectuais e jornalistas contrários à política do governo provisório de Floriano Peixoto, Olavo Bilac publicou setenta e nove crônicas nessa série entre agosto de 1893 e setembro de 1894. A *Chronica Livre* fazia publicações quase diariamente, de três a quatro vezes por semana, e carregava no título uma contundente crítica ao governo florianista: a falta de liberdade na imprensa. Com um título provocativo, a série indicava que queria dialogar com os acontecimentos mais contundentes do momento, reflexo da preocupação de Olavo Bilac em pensar a política, a república e as novas configurações sociais que se desenhavam no país após a proclamação do novo regime, período que ficou marcado por significativas ocorrências políticas e mudanças sociais, culturais e econômicas. Essas mudanças podem ser notadas em toda a sua produção literária, mas especialmente nas crônicas publicadas naquele momento de grande tensão política. Assim, por ter sido escrita e publicada nesse contexto político dos primeiros anos da República, a série de Olavo Bilac pode ajudar a pensar sobre o modo como ele concebia o ofício do cronista, o papel da literatura na sociedade e as questões estéticas e artísticas. Em outras palavras, ela pode colaborar para a compreensão do modo como Olavo Bilac manuseava seu ofício de literato para militar em prol das questões políticas que defendia naquele contexto de repressão política.

Com o intuito de entender a relação da literatura de Olavo Bilac com a sociedade da qual ele fazia parte, o papel das suas crônicas no entendimento do novo regime e o desenvolvimento da sociedade brasileira, em especial a carioca do final do século XIX e início do XX, muitas pesquisas foram feitas a partir das crônicas de Bilac. Nesse sentido, o volume de trabalhos sobre o tema indica, certamente, a já sabida importância intelectual e artística do autor, mas também a confirma. Além disso, esses estudos evidenciam a produção de crônicas de Olavo Bilac, pois as usam para compreender, na maioria das vezes, as questões políticas, sociais e culturais daquela sociedade. De acordo com um levantamento bibliográfico, a fase cronista de Olavo Bilac tem sido estudada pela História, pelas Linguagens, pela Comunicação Social e por outras áreas afins, porém, por muito tempo, a literatura tradicional exaltou o lado poeta parnasiano do autor. Os trabalhos de Antonio Dimas, como o *Vossa Insolência* (1996), em que as crônicas de Olavo Bilac são recuperadas, e o de Alvaro Santos Simões Junior, *A Sátira do Parnaso* (2007), começaram a chamar a atenção para os preconceitos com a obra de Olavo Bilac e trouxeram para a literatura a versão de que há um Bilac mais completo.

O fato de Olavo Bilac ter vivenciado os anos iniciais das transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro fez dele um cronista que muito discutiu e comentou sobre essa urbanização, pois as suas crônicas foram muito utilizadas como fonte para ele analisar esse

período da sociedade carioca. A estudiosa Clara Miguel Asperti, na obra *Crônica: A suave ironia bilaquiana na Gazeta de Notícias* (2009), analisou os recursos retóricos utilizados pelo cronista nas crônicas que foram publicadas em sua coluna semanal “Chronica”, na *Gazeta de Notícias*, para convencer a sociedade dos pontos positivos que a modernização do Rio de Janeiro traria para a sociedade brasileira, entre os anos de 1897-1908. O processo de modernização da então Capital Federal também foi o foco da pesquisa de João Rodrigo Araújo Santana, intitulada *A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)* e defendida em 2013, na qual as crônicas de Olavo Bilac foram analisadas para se observar as formas de sociabilidade instituídas pela população carioca a partir da urbanização, além de verificar os valores sociais em difusão naqueles anos iniciais do século XX. Nesse cenário de pós Proclamação da República, Thiago Roza Ialdo Montilha, em sua dissertação intitulada *A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)*, buscou analisar o modo como Bilac representou a República e seus políticos em suas crônicas. Na maioria dessas pesquisas, as crônicas são analisadas fora do contexto de uma série cronística, ou seja, de forma solta. Assim, são estudados desde os primeiros anos até os últimos da carreira de Bilac cronista, mas às vezes ignoram seu meio original de publicação, o jornal. As crônicas mais analisadas foram publicadas pelo cronista entre os anos de 1897 e 1908, o auge do seu prestígio enquanto cronista, pois foi quando ele assumiu o lugar de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*¹⁵.

As pesquisas desenvolvidas por Antonio Dimas são extremamente caras para todos os estudiosos de Olavo Bilac, pois aproxima-os das relações sociais que o cronista estabelece ao longo de sua carreira e dos espaços que ocupou naquela sociedade dos fins do século XIX. A respeito dessa historiografia que compreende as crônicas de Olavo Bilac, o estudo de Antonio Dimas resultou em compilações de parte das crônicas de Bilac, que foram resgatadas das páginas dos jornais. O primeiro jornal foi o *Vossa Insolência*, que foi publicado em 1996 e foi de extrema importância para dar luz e voz às crônicas de Bilac. Essas crônicas foram esquecidas por anos nas páginas dos jornais da Primeira República, mas, anos depois, em 2006, o resultado

¹⁵ DIMAS, Antonio (org.). Introdução. In: BILAC, Olavo. **Vossa Insolência: crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A Sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. da UNESP e FAPESP, 2007. ASPERTI, Clara Miguel. **Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: Estudo da “Crônica” dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)**. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2007. SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. MONTILHA, Thiago Roza Ialdo. **A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

do trabalho denso de levantamento desses textos foi a coletânea *Bilac, o jornalista* de Dimas¹⁶, que reuniu aproximadamente 900 crônicas do autor publicadas na imprensa da época e desde então tem sido um apoio de consulta para muitos pesquisadores do literato. Essa coleção foi publicada em três volumes: o primeiro livro foi dedicado a ensaios escritos por Antonio Dimas sobre a vida de Olavo Bilac e sua trajetória enquanto cronista e os outros dois volumes reuniram a maioria das crônicas de Bilac publicadas ao longo dos seus quase vinte anos de carreira. Nesses trabalhos publicados, Dimas assumiu o resgate das crônicas de Bilac, que por muito tempo ficaram esquecidas, mas agora estão à disposição de pesquisadores que buscam compreender a modernização carioca e as contradições políticas do final do século XIX e início do XX. Para Antonio Dimas, o cronista trocou as poesias parnasianas para exercer a função de jornalista e formador de opinião pública, e a cidade era a principal personagem das suas crônicas¹⁷.

Após a publicação dos trabalhos de Antonio Dimas, muitas pesquisas¹⁸ foram feitas sobre a produção de crônicas do Olavo Bilac. Entre os anos de 1890 e 1908, Bilac vivenciou e escreveu sobre vários acontecimentos, desde sobre os tempos de ditadura florianista até a urbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Essas crônicas ajudam historiadores, sociólogos, antropólogos, urbanistas, geógrafos, linguistas e sanitaristas a compreender os primeiros anos de consolidação do regime republicano no Brasil a partir das impressões e da militância de Bilac contida nesses escritos sobre aquela República.

Antonio Dimas, ao estudar o percurso da vida do jornalista, afirma que, após as prisões e a fuga para Minas Gerais, durante o governo provisório de Floriano Peixoto, Olavo Bilac mudou o estilo das crônicas, pois parou de escrever crônicas políticas após passar pela

¹⁶DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. I São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006. DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. II São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006. DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

¹⁷ DIMAS, Antonio (org.). Introdução. In: BILAC, Olavo. **Vossa Insolência: crônicas**. *Op. cit.* pp. 09-16.

¹⁸SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. da UNESP e FAPESP, 2007. SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A crônica de Bilac em A Bruxa (1896-1897)**. Revista da Anpoll, nº 38, pp. 144-155, Florianópolis, Jan./Jun. 2015. SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A contribuição de Bilac para a crônica brasileira**. *O eixo e a roda*. V. 9/10, Belo Horizonte, 2003/2004. SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **Entre o Parnaso e a Rua do Ouvidor**. In: BILAC, Olavo. *Sátiras. Edição e estudo crítico de Alvaro Simões Junior*. São Paulo / Lisboa: Editora Unesp Digital / CLEPUL, 2018. SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **Bilac vivo**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias**. Palhoça: Ed. Unisul, 2012. SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. **As crônicas de Bilac nas revistas ilustradas A Cigarra (1895) e A Bruxa (1896-1897)**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Assis, 2008. NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **“Crônica”: A suave ironia bilaquiiana na Gazeta de Notícias**. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 2, pp. 198-216, jun. 2009. FRANCHETTI, Paulo. **Olavo Bilac e a unidade do Brasil Republicano**. *Mapa da Língua*, abr., 2009.

“experiência [que] deixou-lhe fundas sequelas e uma ojeriza permanente à atividade”¹⁹. Para Dimas, o desencanto com o regime republicano brasileiro durante a política florianista fez com que Bilac deixasse de escrever crônicas políticas após a sua fuga para Ouro Preto, então capital de Minas Gerais:

Sua agressividade na crítica à condução política do país jogou-o, primeiro, numa pedra isolada no meio da Baía de Guanabara; depois, no ano seguinte, enfiaram-no em Ouro Preto. Em dois anos consecutivos, 1892 e 1893, Bilac percebia que não se implantava um novo regime de modo indolor, mesmo que sua simpatia pela causa republicana fosse manifesta. [...] Ao definir-se avesso à política partidária, profissional e militante, Bilac não se nega, contudo, a discutir melhoramentos para sua cidade querida. [...] No entanto, em Bilac, esse impulso incendiário, mais emocional que ideológico, logo se suaviza quando a *Gazeta de Notícias*, jornal burguês orientado para a informação e não para disputa política, abre-lhe as portas²⁰.

De acordo com a afirmação acima, Dimas concluiu que Olavo Bilac, ao longo da carreira de cronista, especialmente após a experiência que o levou a se refugiar em Ouro Preto, em 1893, deixou de escrever sobre crônicas políticas, pois, de acordo com o estudioso, Bilac queria distância da política cotidiana e dos políticos. Porém, Antonio Dimas não explorou as crônicas de Bilac publicadas entre 1893 e 1894, especialmente a série *Chronica Livre*, para afirmar essa postura de distanciamento em relação às questões políticas da época. Assim, ao ler as crônicas, é possível afirmar, e é o que se busca fazer nessa presente pesquisa, que a política cotidiana e os políticos continuaram sendo pauta das críticas e ironias de Olavo Bilac. Às vezes, devido à preocupação de Dimas ser a de resgatar as crônicas até então esquecidas nos jornais, não foi possível desenvolver com mais detalhes a relação do Bilac cronista com a República.

Enquanto isso, Alvaro Santos Simões Júnior, em suas pesquisas sobre Olavo Bilac, analisou novas facetas dos poemas satíricos publicados pelo cronista na imprensa carioca e paulista entre os anos de 1894 a 1904. Logo, Bilac não abandonou a escrita de poemas enquanto seguia sua carreira de cronista, mas buscou conciliar as publicações de poesias e de crônicas, como se observa após o trabalho de Alvaro Simões Júnior. Além disso, segundo Alvaro Simões Júnior, as crônicas do autor, apesar de possuírem, em alguns casos, rimas e ritmo regular, como as poesias, foram capazes de comentar os fatos cotidianos vivenciados por Bilac de modo bem humorado, como pede o gênero cronístico. Ao longo da pesquisa com os poemas satíricos de Bilac, Simões Júnior buscou interpretá-los de acordo com o contexto histórico, social e literário no qual foram publicados. Para isso, o estudioso mapeou as

¹⁹ DIMAS. *Op. cit.*, p. 45.

²⁰ *Idem*, pp. 45-46.

contribuições de Olavo Bilac na imprensa em 1894, com o apoio do jornal *A Notícia*, para definir de forma segura a autoria dos textos de Bilac, já que muitas de suas sátiras foram publicadas sob pseudônimos. Segundo a pesquisa de Alvaro Simões Júnior, o equilíbrio, a ordem, a fluência e a perfeição plástica que Bilac admirava na estética parnasiana foram formas que ele, enquanto cronista, encontrou para combater a sujeira e as mazelas da cidade do Rio de Janeiro. Nos anos posteriores, a militância em prol de uma cidade moderna e higienizada, a sátira foi utilizada por Bilac como um meio de combater o governo autoritário de Floriano Peixoto no período 1892-1893, segundo Alvaro Santos Simões Júnior nos aponta. Em dezembro de 1894, começou uma nova fase da sátira de Bilac, a que trataria sobre os principais problemas urbanos, como doenças e sujeiras, do Rio de Janeiro²¹. Então, para iSmões Júnior, Olavo Bilac seguiu o mesmo projeto estético e ideológico ao escrever diversos gêneros literários, ou seja, tanto as crônicas quanto as poesias em estilo sério ou satírico²².

Seja por meio das crônicas ou das poesias, em nenhum momento Bilac deixou de comentar sobre as questões políticas do seu cotidiano. Mesmo após vivenciar o contexto de censura do governo de Floriano Peixoto, o cronista continuou abordando a política, embora envolvesse outras questões que aos seus olhos necessitavam de mudanças, como a reforma e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

João Rodrigo Araújo Santana, por sua vez, em um trabalho intitulado *A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)*, a partir das crônicas publicadas em inúmeros jornais entre os anos 1890 a 1908, visava “analisar o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro”²³ e as formas de sociabilidade geradas a partir da reforma da urbana inaugurada na gestão do prefeito Pereira Passos. Além do objetivo de responder essas questões, Santana, ao adotar as crônicas de Olavo Bilac como seu material de análise, buscou apresentar uma releitura de um dos mais importantes intelectuais brasileiros do início do século XX. Assim como Antonio Dimas e Alvaro Santos Simões Júnior, João Santana quis revelar o Olavo Bilac enquanto cronista, mas utilizou crônicas soltas, publicadas entre os anos de 1890 a 1908 em diversos jornais e revistas da época. O acesso a esses textos se deu por meio das compilações feitas por Antonio Dimas, ou seja, Santana não optou por analisar as crônicas diretamente no seu meio original de divulgação, a imprensa.

Para mostrar ao seu leitor a transformação do gênero crônica nos anos finais do século XIX, Santana propôs analisar o modo como Machado de Assis, Olavo Bilac e João do Rio

²¹ SIMÕES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 34.

²² *Ibidem*, p. 284. .

²³ SANTANA. *Op. cit.*, p. 6.

partilhavam experiências distintas em relação à modernidade e como ambos concebiam a estética de suas crônicas. Para Santana, o ponto de vista dos cronistas sobre a modernidade e a experiência que possuíam a respeito da vivência na cidade impactavam a produção das crônicas, o que atribuiu a cada cronista uma estética diferente. Após comparar esses três cronistas, Santana voltou pra Olavo Bilac com o intuito de mapear a sua trajetória enquanto cronista, a fim de revelar as transformações que atingiram a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. Após analisar as crônicas, João Rodrigo Santana concluiu que Olavo Bilac:

enquanto porta-voz da modernidade, principalmente em suas crônicas escritas até o final do século XIX, insistentemente ativava valores hierárquicos próprios de uma elite cidadina que não tivera experiência urbana, ajudando a fomentar um desejo de cidade propícia para os passeios fidalgos, a vida de requinte²⁴.

Para Santana, no Brasil, a falta de consolidação de valores como a igualdade, o respeito às diferenças e a naturalização de conflito fez com que a comunicação e o debate não fossem consistentes no processo de modernização do Rio de Janeiro. Nas crônicas de Bilac, foi revelado que a falta de um “habitus primário” foi uma consequência do fato de as mudanças urbanas brasileiras não terem sido encaminhadas por “portadores sociais do urbano”, ou seja, foi uma modernização encaminhada por homens sem valores urbanos, como Olavo Bilac, que eram porta-vozes “de uma elite que desejava uma modernidade ainda hierárquica”²⁵. A reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro foi um dos temas mais frequentes das crônicas de Olavo Bilac após o fim do governo de Floriano Peixoto. Eram novas as preocupações políticas de Bilac, que mesmo após os traumas das prisões e da fuga para Minas Gerais, buscou meios de continuar debatendo sobre o regime republicano e seus políticos: projetos de reforma urbanística para a sociedade brasileira. Por serem uma fonte inesgotável de questões e contribuírem para as pesquisas acerca desse período da Primeira República, as crônicas de Bilac também foram material de análise de Clara Miguel Asperti, em sua dissertação de mestrado intitulada *Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: Estudo da “crônica” dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)*. Nesse trabalho, Asperti analisou a maneira como Bilac tratou o tema da reurbanização do Rio de Janeiro nas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1897 e 1908. As crônicas escolhidas pela autora foram publicadas nesse jornal

²⁴ SANTANA. *Op. cit.*, p.162.

²⁵ *Ibidem*, pp. 163-164.

quando o cronista assumiu a coluna dominical que antes ocupada por Machado de Assis²⁶. Clara Asperti buscou, no estilo das crônicas, analisar a ideologia do cronista e o modo como ele usou a literatura e seus recursos retóricos e estilísticos para persuadir seus leitores dos benefícios da modernização urbana e tecnológica²⁷.

Ao pesquisar a coluna *Crônica*, Asperti fez um levantamento dos textos que abordavam o processo de reforma urbana do Rio de Janeiro e que foram publicados entre os anos de 1897 e 1908, período em que Olavo Bilac ficou no comando da crônica dominical da *Gazeta de Notícias*. Ao todo, Asperti recolheu sessenta textos para a análise da dissertação, e todos eles abordam a temática da modernização do Rio de Janeiro. Além da análise da colaboração de Bilac na *Gazeta de Notícias*, Clara Asperti também se dedicou a observar a participação do cronista em outros importantes periódicos cariocas e paulistas: *Novidades*, *A Rua*, *Cidade do Rio*, *A Notícia*, *A Cigarra*, *Revista Kosmos* e *O Estado de São Paulo*. Ao publicar em diversos jornais e revistas renomados das duas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, Olavo Bilac construiu uma carreira respeitável, que proporcionou a ele espaços para fazer sua voz ser ouvida durante os acontecimentos de caráter social, político e cultural que marcaram a sociedade brasileira durante os anos iniciais da Primeira República. Porém, foi na *Gazeta de Notícias* que Bilac, segundo Asperti, conseguiu difundir seus tão almejados ideais de civilização e progresso da capital carioca, pois esse era o grande objetivo da coluna *Chronica*. Desse modo, por meio dos textos de Olavo Bilac, cheios de recursos retóricos e estilísticos²⁸ que os tornavam convincentes a respeito da necessidade de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, a autora dedicou-se a mostrar o modo “como a literatura bilaquiana

²⁶ Aos domingos a *Gazeta de Notícias* publicava na primeira página e coluna a série “A Semana”, escrita por Machado de Assis, responsável em escrever sobre os principais acontecimentos da última semana. Sobre a coluna “A Semana” de Machado de Assis conferir: BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017, p. 19.

²⁷ “[...] a presente dissertação tem por objetivo analisar a coluna semanal “Crônica” publicada pelo poeta e jornalista Olavo Bilac na *Gazeta de Notícias*, de março de 1897 a novembro de 1908. Através da leitura de toda a colaboração bilaquiana na citada coluna, selecionaram-se sessenta textos representativos em que o jornalista abordou aspectos vários do Rio de Janeiro à época da Regeneração promovida pelo então prefeito Pereira Passos. [...] por meio da análise da escrita bilaquiana, procurou-se trazer à luz mecanismos retóricos, linguísticos e literários manuseados pelo jornalista na tentativa de convencer seus leitores sobre os benefícios sociais e culturais oriundos das reformas urbanísticas e sanitárias pela municipalidade carioca.” ASPERTI. *Op. cit.*, p. 6.

²⁸ Bilac lançava mão de inúmeros mecanismos retóricos, como diversas figuras de linguagens ou estruturas textuais específicas, para levar seu leitor à aceitação de uma determinada ideia. Ao modelar suas crônicas, o cronista visava persuadir o leitor; ora expondo elementos emocionais ora lapidando com afinco a palavra. se a linguagem é instrumento eficaz para se transmitir ideias e preconceitos, a escolha coerente do signo mais apropriado para modelar essa comunicação torna-se fundamental. ASPERTI, Clara Miguel. **Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da *Gazeta de Notícias* (1897-1908)**. 2007. 2 v. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007, p. 119.

marcou o período áureo de desenvolvimento da imprensa”²⁹. A carreira de Bilac foi toda marcada por acontecimentos políticos, sociais e culturais. Apesar de observar, nas crônicas de Bilac, o forte uso de signos e artifícios literários para convencer seus leitores da importância da regeneração urbana do Rio, Asperti considerou que Bilac havia deixado para trás as “ilusões políticas e libertárias de outrora”. Quando ele assumiu a crônica dominical da *Gazeta de Notícias*, Bilac era um comentarista do cotidiano que “juntamente com outros tantos literatos que lutaram a favor da República, descrente com os novos rumos do sistema político”³⁰. Entretanto, Asperti concluiu que, apesar das frustrações políticas vividas, Olavo Bilac não deixou de propor um novo projeto para o país. Desse modo, o autor, ao buscar persuadir seus leitores da importância da higienização e da modernização da Capital Federal, continuou a propagar um discurso político e um ideal de regime republicano. Ao observar esses trabalhos sobre Olavo Bilac cronista, nota-se que ele não se isentou de falar sobre as questões políticas após as desilusões com a República, durante o governo de Floriano Peixoto, mas somente mudou o foco, pois, após o fim do governo florianista, o projeto de República de Bilac continuou a ser propagado e, naquele momento, para o cronista, era necessário apagar o colonialismo das ruas do Rio de Janeiro.

Como é possível ver, o período mais estudado da publicação de crônicas de Olavo Bilac tem sido os anos de consagração da sua carreira de jornalista, de 1897 a 1908. Esses anos correspondem à sua chegada à coluna dominical da *Gazeta de Notícias* até o momento em que ele abdica da sua carreira de cronista para se dedicar a outras atividades, como a militância nacionalista, por meio da criação da organização da Liga de Defesa Nacional³¹ e da produção de livros didáticos cívicos. Assim, fica o questionamento: por que não pesquisar o envolvimento político de Bilac durante os anos iniciais da República? As séries de crônicas publicadas pelo cronista entre 1892 a 1894 quase não aparecem nos trabalhos sobre o Bilac cronista. Há uma grande preferência em estudar a Belle Époque carioca nas crônicas de Bilac, uma vez que foi ignorado todo o processo que o fez chegar a esse projeto de revitalização da Capital Federal. Além disso, Olavo Bilac foi um intelectual envolvido com as causas abolicionistas e republicanas, pois é lembrado como um literato que combateu o autoritário governo de Floriano Peixoto sem aprofundar o

²⁹ ASPERTI. *Op. cit.*, p. 165.

³⁰ *Ibidem*, p. 163.

³¹ ENGEL, Magali Gouveia. **Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil.** Anais do V Simpósio Estado e Poder – Hegemonia. Niterói: Vício de Leitura, 2008. _____. **A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa.** Revista Eletrônica de Estudos Latinamericanos, vol. 8, n. 27, p. 3-18, jan. mar. 2010.

modo como combateu e resistiu na imprensa brasileira durante o Estado de Sítio decretado em 1893-1894. Os estudiosos de Olavo Bilac deixam um vácuo ao privilegiarem os textos do cronista publicados no início do século XX, o que deixa a entender que o autor foi um intelectual que apenas militou em prol da reforma urbana e social. Mas como Olavo Bilac resistiu a censura imposta pelo florianismo? Ele não deixou as questões políticas e republicanas de lado ao passar por várias experiências de prisões e cerceamento nos anos iniciais do novo regime. A *Chronica Livre*, publicada pelo cronista na *Gazeta de Notícias*, durante os anos de 1893 e 1894, não ganhou espaço nas pesquisas até então publicadas, e isso deixa uma lacuna nas informações sobre o modo como Bilac contestou as questões políticas daquele momento. Nesse sentido, esse momento da vida de Bilac aparece nos estudos somente como uma contextualização histórica, para relatar suas prisões, justificar o período em que esteve em Ouro Preto ou até mesmo para esclarecer a mudança de escrita radical para comedida das suas crônicas, como é visto também na dissertação de Thiago Roza Ialdo Montilha, *A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)*, defendida em 2014.

Montilha analisou a perspectiva bilaquiana acerca do regime republicano e da atuação profissional dos políticos oficialmente eleitos entre os anos de 1897 e 1908³². Esses anos compreendem o período em que Olavo Bilac era responsável pela publicação da coluna *Chronica* da *Gazeta de Notícias*. A trajetória de Bilac durante os acontecimentos políticos e sociais do final do século XIX e início do XX no Brasil chama a atenção de Thiago Montilha no sentido de “analisar as representações que o poeta e jornalista Olavo Bilac produziu na grande imprensa de sua época, entre os anos de 1897 e 1908, a respeito do regime republicano e de profissionais da política que integraram os seus quadros oficiais”³³. Para realizar tal análise, Montilha delimitou um volume de sessenta e uma crônicas que abordam o regime republicano e seus políticos e também textos que foram publicados na *Gazeta de Notícias*, no *Correio Paulistano*, em *O Estado de São Paulo*, na *Revista Kosmos* e em *A Bruxa*, entre 1897 a 1908. Ao longo da pesquisa, Thiago Montilha constatou que Olavo Bilac tinha impressões mais positivas e emetia elogios mais direcionados para os políticos que tinha como objetivo a modernização da nação brasileira, mas, na grande maioria dos textos, ele criticava os políticos e os atribuía características negativas, como a de mentirosos.

Ao longo da sua carreira de cronista, segundo afirma Montilha, a atuação profissional dos governadores foi alvo de inúmeras críticas proferidas pelo autor. Nas crônicas analisadas

³² MONTILHA. *Op. cit.*, p. 10

³³ *Ibidem*.

por Tiago Montilha e datadas de antes do início das reformas urbanas do Rio de Janeiro, Olavo Bilac comentava os trabalhos dos políticos, na maioria das vezes, de uma maneira muito negativa. A ligação da corrupção com a política brasileira, as fraudes eleitorais e a falta de compromisso aparecem como questões urgentes da sociedade, pois, para Bilac, a responsabilidade da consolidação do regime republicano e a modernização do país era toda dos políticos envolvidos porque, segundo ele, a “aristocracia do talento” não havia integrado o “comando da República brasileira”³⁴. Então, Montilha observou que os elogios a alguns políticos se tornaram comuns quando o prefeito-engenheiro Pereira Passos empreendeu a reforma urbana no Rio de Janeiro. Olavo Bilac era favorável às atitudes políticas tecnicistas e neutras, um exemplo é o prefeito Pereira Passos, que recebia elogios públicos de Bilac por causa do seu modo objetivo de administrar a Capital Federal³⁵.

As questões políticas sempre foram um tema que percorreu as crônicas de Olavo Bilac, seja nas publicações do início de sua carreira como jornalista, durante o movimento abolicionista e pela República, seja as publicadas no seu momento de consagração, quando assume a coluna dominical da *Gazeta de Notícias* em 1897. Porém, o período mais duro para o cronista foi quando ele enfrentou as quatro prisões nos primeiros anos do regime republicano. Em um contexto de governo provisório e ilegítimo do presidente Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), Bilac sofreu as duras penas de ser um intelectual naquele momento de censura e perseguições aos contrários às ideologias do governo. Ele declarou sua oposição às práticas políticas de Floriano Peixoto, desde a queda de Deodoro da Fonseca, nas páginas dos jornais *Cidade do Rio*, *O Combate* e *Gazeta de Notícias*. Nesses jornais, Olavo Bilac escreveu sobre os bombardeios da Revolta da Armada e dirigiu afrontosas críticas a Floriano Peixoto.

A trajetória de Olavo Bilac e sua produção enquanto intelectual, durante os anos iniciais da Primeira República, podem ajudar a compreender um pouco mais esse período de revoltas e tensões políticas, além de o modo como essa censura, imposta pelo governo Floriano Peixoto, estava de fato sendo exercida naqueles anos. Desse modo, a presente pesquisa objetiva analisar a política repressiva de Floriano Peixoto por meio das crônicas de Bilac, publicadas na série *Chronica Livre* entre os anos de 1893 e 1894 na *Gazeta de Notícias*, e compreender tanto a perseguição quanto a censura imposta pelo governo florianista aos intelectuais que atuavam na imprensa brasileira naquele final do século XIX. Por meio do diálogo da *Chronica Livre* com seu o meio original de publicação, a *Gazeta de Notícias*, busca-se entender como a Revolta da

³⁴ Ibidem, p. 164.

³⁵ Ibidem, p. 159.

Armada, a suspensão das atividades dos jornais, os desterros, a censura, os decretos e as prisões impactaram a escrita da série de crônicas de Olavo Bilac. Dessa forma, procura-se preencher as lacunas sobre esse período de produções do Bilac cronista a partir da análise da série *Chronica Livre* em sua integridade, ou seja, exatamente como foi publicada nas páginas da *Gazeta*, e, então, compreender melhor a militância do cronista durante o governo de Floriano Peixoto, que o levou a três prisões e a uma fuga para Minas Gerais. Para isso, a dissertação foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, um problema central é o ponto de partida: havia de fato uma censura efetiva no governo de Floriano Peixoto? Desde quando? Para isso, foi analisado como esses assuntos e as notícias acerca das prisões e do fechamento de jornais estavam sendo repercutidos nos jornais. Sendo assim, ao longo do capítulo, foi explorada a forma como repercutiram, nas páginas dos principais jornais da época, os decretos que controlavam a liberdade de imprensa ao longo dos primeiros anos do regime republicano. Ou seja, o capítulo mostra a relação entre o Estado e a imprensa a partir do caso de Olavo Bilac e o quanto a série *Chronica Livre* era sinal disso.

No segundo capítulo, objetiva-se explorar a série *Chronica Livre*, como ela se formou, quais eram os temas mais frequentes e o “programa” construído por Olavo Bilac. Ademais, busca-se analisar a contundente crítica que o título escolhido por Bilac para a série carregava, compreender o “programa” da série e o modo como ela se forma enquanto uma resposta aos tempos de tensão e de ameaças à liberdade de imprensa. Esse momento foi reservado para explorar nas crônicas a resistência de Olavo Bilac porque, mesmo quando ele não abordava assuntos diretamente ligados a política, ele estava buscando uma forma de criticar o governo.

Para encerrar, no terceiro capítulo, foi analisado como a questão de pensar a liberdade de imprensa e a nascente República marcou a produção de Olavo Bilac na série *Chronica Livre* e em outras produções posteriores, como as crônicas assinadas pelo seu pseudônimo Fantasio e o folhetim *Sanatorium*³⁶. Enfim, o foco é pensar em como as produções literárias de Olavo Bilac, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 1893-1894, são uma resposta às tensões políticas vivenciadas no governo de Floriano Peixoto.

³⁶*Sanatorium* foi um folhetim escrito por Olavo Bilac e Magalhães de Azevedo, publicado na *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo de Jayme de Athayde, entre novembro e dezembro de 1894.

CAPÍTULO 1: O AMORDAÇAMENTO DA IMPRENSA DURANTE O GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO

Como foi exposto no capítulo anterior, toda a série *Chronica Livre* de Olavo Bilac deu indícios de que tinha como um dos temas centrais a liberdade de expressão. Desde o nome da série até os temas que surgiram nas crônicas, percebe-se que era recorrente a questão da liberdade de expressão em seus escritos. Ademais, as tensões para Bilac ficaram tão evidentes que o cronista precisou partir da cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1893. Por essa razão, parte da série foi escrita fora do Rio de Janeiro, em Ouro Preto, mas, mesmo em Minas Gerais, o autor continuou, direta ou indiretamente, pensando tanto em república quanto em liberdade de expressão e marcou presença nas páginas da *Gazeta de Notícias* entre agosto de 1893 e setembro de 1894. No contexto da Revolta da Armada e de estado de sítio, o controle da imprensa era cada vez mais ostensivo, o que era traduzido em prisões de jornalistas, como as de Olavo Bilac, José do Patrocínio, Plácido de Abreu e Pardal Mallet em 1892.

Logo, a série de Bilac tentava resistir e militar em prol da liberdade individual e de imprensa em meio a publicação de decretos e perseguições policiais. A partir dessas informações, o objetivo deste capítulo é de fato compreender quais medidas de censura foram adotadas pelo regime; como elas foram implantadas; qual foi o impacto delas nos jornais, especialmente no que abrigava a série *Chronica Livre* e qual foi o impacto da censura sobre os intelectuais. Nesse sentido, o foco é compreender se o tema da liberdade de imprensa, tão presente na série estudada, era uma percepção social compartilhada; se ele refletia a experiência efetiva de uma política de cerceamento e perseguição de literatos e jornalistas e se realmente ocorreu o cerceamento da imprensa. Para responder tais questões, será vista a reação de outros jornais e intelectuais a esses atos, além de decretos e prisões ocorridas durante os primeiros anos da república brasileira. Isso esboçará uma breve retrospectiva do governo de Deodoro da Fonseca, o qual alterou as primeiras legislações de imprensa a fim de determinar os limites da sua liberdade.

1.1. O novo regime e as tensões com a imprensa e os intelectuais

Nos primeiros meses de vida da República, desenharam-se tensões entre o novo regime e a imprensa. Assim, a questão da liberdade de imprensa marcou todo o início da Primeira República, especialmente durante os governos militares, entre os anos de 1889 e 1894. A repressão e as tentativas de censura começaram a ocorrer ainda no governo do presidente

Deodoro da Fonseca, durante os anos de 1889 e 1891, pois ele alegava dificuldades de lidar com a oposição monarquista. Nesse sentido, ele buscou coibir a liberdade de imprensa com a justificativa de defender a continuidade do novo regime republicano. Logo, a imprensa se tornou um dos principais alvos do novo governo, pois era um dos meios majoritários que a oposição usava para divulgar seus manifestos e pronunciamentos contrários ao Estado Republicano¹. Tais tensões tornaram-se evidentes e, por temer a legitimidade do novo governo, o chefe de governo provisório, Deodoro da Fonseca, instituiu um decreto nº 85-A, no dia 23 de dezembro de 1889, que previa a criação de uma Comissão Militar para julgar os crimes de conspiração contra a República e seu governo:

Decreta:

Art. 1º Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem subornar ou alienação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispô-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados; serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário².

Com o decreto n. 85-A, o autoritarismo já se manifestava nas faces daqueles primeiros momentos do regime republicano, pois ele surgiu como uma forma de prevenção às manifestações de reconstituição do antigo regime. Além disso, o Governo Provisório ainda mencionou nas razões desse decreto: “que, em circunstâncias tais, o maior de todos os deveres impostos ao Governo é a firmeza absoluta e a mais inexorável severidade nas medidas tendentes à preservação da paz e à manutenção dos interesses fundados na segurança da propriedade”³. Assim, o governo deixou claro que a sua intenção era evitar todas as possibilidades de divulgação dos discursos de opositores. A nova legislação reforçava ainda:

¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A república: oposições e consolidação**. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). História política da República. Campinas: Papirus, 1990. HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898**. São Paulo: Pioneira, 1975. DONADELI, Paulo Henrique Miotto. **Os “inimigos” e os “cidadãos” da República: direito penal e controle social (Franca, 1890-1902)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2016.

² BRASIL. **Coleções de Leis do Império do Brasil de 1889**. p. 316.

³ Idem.

que essa incorporação geral de todas as opiniões à forma republicana cria para o Governo Provisório novos deveres, constituindo-se depositário desta situação e obrigando-o como tal a defendê-la com a maior energia contra todas as ameaças, até entregá-las ileso nas mãos da Assembleia convocada para votar a futura Constituição dos Estados Unidos do Brasil. [...] que seria, da parte do Governo, inépcia, covardia e traição deixar os créditos da República à mercê dos sentimentos ignóbeis de certas fezes sociais empenhadas em semear a cizânia e a corrupção no espírito do soldado brasileiro, sempre generoso, desinteressado, disciplinado e liberal⁴.

Ademais, por meio do Decreto n. 85-A, o governo militar de Deodoro da Fonseca demonstrou sua legitimidade para combater qualquer tipo de propaganda que promovesse o antigo regime e contrariasse a República. Até o momento da aprovação de uma nova constituição, o grupo político que estava no poder demonstrava sua força para assegurar a permanência do regime republicano, que foi instituído no dia 15 de novembro de 1889, em qualquer circunstância. Outrossim, o referido decreto certamente mirava a imprensa monarquista, como o jornal *Tribuna Liberal*, periódico do proprietário Visconde de Ouro Preto, o qual declarava abertamente oposição à república e combatia frontalmente as atitudes do governo de Deodoro da Fonseca naquele momento. Após a publicação do decreto n. 85-A, a *Tribuna Liberal*, sob a direção de Carlos de Laet, encerrou suas atividades, pois, desde a queda da monarquia, estava sofrendo inúmeras perseguições e ameaças por parte do grupo político republicano⁵. Visconde de Ouro Preto, exilado em Lisboa, escreveu um manifesto que foi comentado no *Diário de Notícias* na edição do dia 24 de dezembro de 1889:

O sr. Ouro Preto, querendo assanhar contra a República do Brasil a má vontade da Europa, diz que sofreu maus tratos na sua prisão e que esteve por vezes ameaçado de morte!... *Proh pudor!* Isto é simplesmente irrisório. Se o governo provisório houvesse querido matar o sr. Ouro Preto, que poder no mundo tê-lo-ia impedido? Por que não foi o sr. Ouro Preto fuzilado? Porque o governo não quis. Para que, portanto, esses pérfidos arreganhos perante o estrangeiro?⁶

Com esse comentário assinado pelo editorial do *Diário de Notícias*, é possível compreender que o Visconde de Ouro Preto, dono da *Tribuna Liberal*, era visto como um conspirador contra o novo regime republicano. Contudo, o Decreto n. 85-A não foi visto como um instrumento de repressão da imprensa, pois mirava somente os jornais que publicavam

⁴ Ibidem.

⁵ DONADELI. *Op. cit.*, p. 34.

⁶ “Manifesto do visconde de Ouro Preto”. *Diário de Notícias*, 24 dez., 1889, p. 3.

escritos contra a República e contra o governo provisório de Deodoro da Fonseca. Logo, pelo visto, Visconde de Ouro Preto não era bem visto por toda a população republicana:

Diante de um governo que tudo aviltou, era preciso que este país estivesse completamente podre para não erguer-se cheio de indignação e de revolta. Foi o que aconteceu, e por isso hoje no Brasil o nome do visconde de Ouro Preto é simplesmente abominado. A sua palavra não tem valor; o seu manifesto é um trapo que não reúne cem homens ao seu redor⁷.

Devido ao teor do manifesto, observa-se que, para a imprensa defensora do novo regime, os monarquistas como Visconde de Ouro Preto mereciam total desprezo por parte da sociedade. A razão disso é que o antigo regime e seus seguidores não possuíam credibilidade, e a imprensa que estava ao lado do governo de Deodoro da Fonseca repudiava todos os tipos de manifestações vindos dos monarquistas, pois qualquer insinuação deles contra a república deveria ser reprimida. Assim, até então a imprensa demonstrava tolerância ao Decreto n. 85-A, que começava a limitar a imprensa, mas, no dia 29 de dezembro, o *Diário de Notícias* fez uma publicação sobre o fechamento da *Tribuna Liberal* com o título *Liberdade de imprensa*, a qual originalmente havia sido publicada na *Gazeta da Tarde*, um jornal de Juiz de Fora:

Suspendendo a publicação, a *Tribuna Liberal* declarou que o fazia por lhe não ser mais permitido ter inteira liberdade jornalística para opor-se ao atual regime. Embora nossos ex-colegas não possam mais responder-nos nas colunas da folha, não podemos deixar de contrariá-los, protestando contra o motivo que foi dado para que aquela folha deixasse de existir. Receosos de que, no interior, esse motivo encontre echo e sintam-se outros colegas menos garantidos quanto à liberdade na enunciação de seus conceitos, apressamo-nos em declarar que não o aceitamos, porque, perdoem-nos aqueles ex-colegas, é falso o que avançam. A República não se proclamou para cercear liberdades, e muito menos a da imprensa⁸.

O jornal *Gazeta da Tarde*, dirigido pelo Joaquim Campos Porto, o qual era considerado pelo *Diário de Notícias* “um distintíssimo jornalista, que nesta cidade, pela imprensa, feriu as melhores batalhas em defesa do direito”⁹, publicou esta nota compartilhada pelo *Diário* com a reação de que a *Tribuna Liberal* não podia declarar que o atual governo estava cerceando as liberdades de imprensa, pois o regime republicano não permitia repressões:

A monarquia desmoralizou-se, porque consentiu nesta licença desregrada, para que os jornalistas dissessem contra ela aquilo que bem entendiam, provocando desordens e motins. Um regime novo, que precisa reconstituir,

⁷ Idem.

⁸ “Liberdade de imprensa”. *Diário de Notícias*, 29 dez., 1889, p. 2.

⁹ Idem.

não pode animar aquilo que já fez a ruína de velhas instituições. Não chama-se a isto amordaçar a imprensa, e sim não consentir no aviltamento do poder público pela intriga. No dia em que nos convencessemos de que qualquer governo procurava tirar-nos as liberdades, que são nosso apanágio, nós revoltaríamos energicamente sem que suspendesse a publicação, porquanto, nesse momento, a sociedade, ferida em seus órgãos de opinião, mais do que nunca precisaria da imprensa. Com a *Tribuna Liberal*, porém não se deu esse fato¹⁰.

De fato, a imprensa não se solidarizou com o fechamento da *Tribuna Liberal*, pois ainda relacionava a queda da monarquia aos motins e revoltas causadas pela liberdade de imprensa “desregrada”, e acreditava que os comentários dos jornalistas contra a república poderiam causar o mesmo. Por essa razão, para os republicanos, o fechamento da *Tribuna Liberal* era importante, pois os comentários poderiam incitar “desordens” e causar a queda do novo regime que ainda não estava consolidado. Assim, o decreto n. 85-A não causou nenhum dano à liberdade de imprensa e estava direcionado a criminalizar todos os atos que conspiraram e colocaram em risco o funcionamento do governo republicano, por isso a imprensa pró-governo não conseguiu identificá-lo como um cerceamento da liberdade da imprensa. Por meio do editorial escrito por Ferreira de Araújo, *Cousas Políticas*, a *Gazeta de Notícias* comentou a respeito do Decreto n. 85-A e do fechamento da *Tribuna Liberal*:

O decreto que há dias publicou o governo provisório, por força das circunstâncias que lhe foram criadas pelo motim dos soldados em S. Christovão, motim em que parece que intervieram influências estranhas, determinou dois protestos, o do Centro Positivista e o da *Tribuna Liberal*, que o julgam atentatório à liberdade de imprensa. Posta a questão no terreno dos princípios, os protestos têm razão de ser, não tanto pela letra do decreto, como pela interpretação que a *Tribuna* disse que lhe dá o Sr. ministro das relações exteriores; nós não julgamos oportuno protestar, porque, nas circunstâncias anormais em que nos achamos, as questões de princípios devem ceder o passo às imposições da necessidade, e todas as leis emanadas de um governo de fato, que tem por si a força, são antes restrições que esse governo espontaneamente põe à sua autoridade, que abusos de poder¹¹.

O jornal de Ferreira de Araújo não considerou a nova lei um motivo para protestar pela liberdade de imprensa, diferentemente da *Tribuna Liberal*. Além disso, ele apontou que os protestos desencadeados pelo Decreto n. 85-A ocorreram devido à leitura que o jornal monarquista, *Tribuna*, fez diante do cenário. Para a *Gazeta de Notícias*, não era uma questão de “abuso de poder”, o governo apenas estava recorrendo a uma ferramenta necessária para manter a ordem e assegurar a estabilidade do regime republicano. Sendo assim, a imprensa

¹⁰ Ibidem.

¹¹ “Cousas políticas”. *Gazeta de Notícias*, 30 dez., 1889, p. 1.

republicana enxergou a ação do governo de Marechal Deodoro como uma prevenção aos atos “de conspiração, ou perversidades de perturbadores da ordem”. Assim, a *Gazeta* levantou seu ponto de vista a respeito do decreto:

A impressão que nos produziu o decreto, é que ele não visa a imprensa, que discute; para esta, ele seria ocioso, porque toda ela sabe que a existência de um governo revolucionário liga-se a de leis de exceção, e se algum jornalista pretendesse servir-se do seu jornal para excitar a revoltar, devia saber de antemão ao que se expunha¹².

Para a *Gazeta de Notícias*, de acordo com a publicação do seu editorial, o decreto que fez a *Tribuna Liberal* fechar as portas da sua redação não foi direcionado à parte da imprensa que estava disposta a discutir a situação do país, mas, aos jornalistas dispostos a tramar motins que desestabilizassem o governo provisório. Além disso, o editorial da *Gazeta de Notícias* mostra que ela não temia revoltas nem por parte do exército e nem por parte monarquistas:

não vemos de onde possa vir uma ameaça séria à ordem e tranquilidade, de que tanto precisamos. De uma parte do exército? Mas o exército sofreu resignadamente tanta injustiça, que não é permitido supor que se rebele agora contra homens de sua classe, que já começaram a melhorar-lhe as condições, e que se propõe a governar com justiça, para ter o direito de exigir a disciplina. Da parte de monarquistas? Mas no Brasil não há monarquistas, parece mesmo que nunca os houve, e que a monarquia era uma questão de hábito, de indolência, e que teria sido liquidada há mais tempo, se neste país houvesse espírito de classe. [...] Da parte de agitadores, de ambiciosos, de pescadores de águas turvas? Mas para esses, se aparecerem, é que o governo deve ser severo e está disposto a isso, e terá o aplauso de toda a gente sensata e patriótica¹³.

Desse modo, a *Gazeta de Notícias* deixou claro o seu apoio ao Decreto n. 85-A promulgado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca, enquanto a *Tribuna Liberal* e o seu dono, Visconde de Ouro Preto, eram acusados de conspiradores. A *Gazeta* confiava que na classe do exército não havia revoltosos contra a república e por isso combatia a presença dos monarquistas com ironia. Além disso, em *Cousas Políticas* foi defendida a punição dos desordeiros que tentassem atentiar contra o novo regime, mas, aos olhos da imprensa pró-governo, o decreto era apenas um modo de garantir a ordem republicana enquanto a constituinte não era aprovada. Ademais, aos poucos outros decretos que coíbiam a liberdade de imprensa surgiram ainda no governo de Deodoro da Fonseca, pois o então presidente se tornava cada vez

¹² Idem.

¹³ Ibidem.

mais intolerante com as críticas e a oposição. Assim, como medida para contê-las, o chefe do governo provisório publicou mais um decreto no dia 29 de março de 1890: o Decreto nº 295 tinha o objetivo de impedir a publicação de propagandas desestabilizassem o projeto republicano que estava sendo implementado no Brasil. Esse novo Decreto determinava ainda:

sujeita ao regime do decreto n. 85 A de 23 de dezembro de 1889, todos aqueles que derem origem a falsas notícias e boatos alarmantes dentro ou fora do país ou concorrerem pela imprensa, por telegrama ou por qualquer modo para pô-los em circulação. [...] Que em prejuízo da ordem e da paz pública têm-se posto em **circulação falsas notícias e boatos aterradores**, com o intuito manifesto e antipatriótico de favorecer condenáveis especulações. Que tais notícias e boatos prejudicam consideravelmente o crédito do país no exterior, abalando a confiança na estabilidade das instituições e na responsabilidade dos compromissos contraídos pela Nação; Que, além disso, por esse modo tem-se procurado produzir apreensões e receios no espírito público e alarmar a opinião, que aliás recebeu e aceitou com perfeita tranquilidade e plena confiança o novo regime em todo o país; **Que ao poder público corre o dever de prevenir e evitar todas as causas de perturbação social**, assegurando e garantindo a ordem indispensável para a franca e licita expansão de todas as atividades e desenvolvimento do progresso nacional; Que o regime da injúria e dos ataques pessoais tem por fim, antes gerar o desprestígio da autoridade e levantar contra ela a desconfiança para favorecer a execução de planos subversivos, do que esclarecer e dirigir a opinião no exame dos atos governamentais; Que o Governo, não pretendendo impedir nem opor pês ao exercício do direito, aliás reconhecido, da livre discussão sobre os seus atos, não pôde, entretanto, permanecer indiferente em presença da ação pertinaz e criminosa dos que intentam por todos os meios criar a anarquia e promover a desordem; Que, finalmente, tais atos, por seus próprios intuitos e em uma situação ainda anormal, como é aquela em que se acha o país, **reclamam medidas de carácter excepcional para a sua completa e eficaz repressão**, a bem da ordem¹⁴.

Percebe-se então que esse decreto seguia o viés do anterior, pois tinha o objetivo máximo de controlar a ordem do país diante das circulações de notícias falsas e difamatórias sobre o governo de Deodoro da Fonseca. Nesse sentido, o Decreto n. 295 estabeleceu punições para a imprensa e para outros meios de circulação de notícias, como os telegramas, no âmbito nacional e internacional. Assim, novamente o governo provisório recorreu ao Direito Penal para resguardar a República de escândalos e de conspiradores, pois esse decreto atacou diretamente os direitos de liberdade de imprensa ao decretar em seus artigos:

Art. 1º Ficam sujeitos ao regime do decreto n. 85 A, de 23 de dezembro de 1889, todos aqueles que derem origem ou concorrerem pela imprensa, por telegrama e por qualquer outro modo para pôr em circulação falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país, como sejam os que se referirem à disciplina dos corpos militares, à estabilidade das instituições e à ordem

¹⁴ BRASIL. **Decretos do governo provisório da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, vol. 1, p. 499. (Grifos nossos!).

pública. **Art. 2º** Exclui-se da generalidade desta disposição a análise ou a discussão oral ou escrita, por mais severa que seja, sobre os atos do Governo, tendo por fim denunciar, corrigir ou evitar os erros da pública administração, contanto que não contenha injúria pessoal. **Art. 3º** Quando qualquer destes delitos for cometido fora da Capital Federal, o delinquente será para ela conduzido preso e ali submetido ao julgamento da comissão instituída pelo referido decreto. **Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário¹⁵.

Enfim, esse era mais um decreto que demonstrou a autoridade do governo provisório, no sentido de que ele não iria tolerar ataques a República e ao que estava no seu comando. Ademais, o Decreto n. 295 previa, no seu Art. 3º: o delinquente que cometesse atos subversivos para promover a desordem e a anarquia, denunciasse, corrigisse ou evitasse os erros da administração pública e atacasse as imagens pessoais dos governadores, seria preso e julgado pela Comissão Administrativa. Essa comissão, instituída pelo Governo Federal, tinha a responsabilidade de punir quem se sujeitasse a espalhar notícias falsas e boatos pelos meios de comunicação, incluindo a imprensa nacional e internacional. Dessa forma, o terceiro artigo do decreto não respeitava “a competência de julgamento pelo local da infração criminal, o que feria todas as garantias do justo processo penal”¹⁶, ou seja, a comissão administrativa, enquanto órgão responsável pela punição, feria a os direitos individuais. Enfim, a questão era que qualquer pessoa que espalhasse notícias e boatos mentirosos na imprensa estava sujeita às punições, isto é, tudo o que fosse contra a república e contra o governo de Marechal Deodoro da Fonseca estava sujeito a ser enquadrado em “falsas notícias e boatos alarmantes”. Assim, por temerem que essas ocorrências se tornassem frequentes e estremecessem o novo regime, os militares do governo buscaram resguardar o governo provisório de qualquer perigo, uma vez que eles temiam qualquer desordem civil por parte dos conspiradores e monarquistas que defendiam a queda da nascente república. Sobre isso, Paulo Donadeli afirma:

o Decreto [decreto n. 295] foi resultado de um ambiente instável, especialmente em razão de um fato ocorrido anteriormente, quando grupos antirrepublicanos soltaram um boato dizendo que em 15 de fevereiro de 1890 tropas monarquistas desembarcariam na capital para restaurar a monarquia, afixando cartazes e distribuídos boletins contra a República, por toda a cidade do Rio de Janeiro. A polícia foi colocado na rua para a repressão de atos contrários a República, Deodoro não reagia bem às críticas da imprensa e não perdoava nem mesmo os jornais de cidades do interior¹⁷.

Esse controle sobre as notícias e os boatos espalhados pela oposição era rígido, e, por meio dos decretos, o presidente Marechal Deodoro advertia severamente a imprensa envolvida

¹⁵ Idem.

¹⁶ DONADELI. *Op, cit.*, p. 36.

¹⁷ Idem, p. 35.

e colocava nas ruas a polícia para reprimir os atos contra a República. Sobre o Decreto n. 295, no dia 31 de março, a *Gazeta de Notícias* manifestou seu posicionamento por meio do editorial *Cousas Políticas*:

O governo provisório foi novamente obrigado a tomar providências contra as artimanhas inconfessáveis e antipatrióticas de indivíduos, que se divertem em alarmar o espírito público e comprometer no estrangeiro o crédito do que tanto precisa uma nação que emprega lealmente os seus esforços para organizar-se¹⁸.

Como se vê, Ferreira de Araújo começou seu artigo contextualizando a publicação do Decreto n. 295 de 29 de março de 1890, pois logo no início afirmou que essa era mais uma atitude do governo para contra os sujeitos “antipatrióticos” que no estrangeiro buscavam difamar a situação política no Brasil e desequilibrar o novo regime que no Brasil tentava se consolidar. Logo, observa-se que a *Gazeta de Notícias* manteve uma postura favorável às atitudes que estavam sendo tomadas pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca em relação à imprensa:

se a imprensa brasileira não traz hoje a lume tudo e tudo o que se passa, não discute miudamente todos e cada um dos atos da administração pública, se não faz campanha aberta contra o governo a propósito deste ou daquele ato, é porque tem o **patriotismo de compreender a situação excepcional em que nos achamos**, é porque entende que deve cooperar para a obra da organização nacional, e porque vê que não é possível atribuir ao início do regime atual, que todos nós queremos firmar, os desvios e erros que porventura tenham sido cometidos, e que não são mais que o prolongamento dos costumes que nos deixou o antigo regime, e que o Brasil livre não pôde exportar com a facilidade com que exportou aqueles que, consciente ou inconscientemente, os implantaram. Por nossa parte, nunca nos sentimos coactos. A imprensa estava sob o regime do decreto de 23 de dezembro [decreto n. 85-A], quando iniciamos nesta folha a campanha contra reforma bancária, iniciada pelo cidadão a quem o chefe do Estado deu testemunho público de ilimitada confiança, designando-o para seu primeiro substituto¹⁹.

A *Gazeta de Notícias* afirmava que não questionar os decretos que determinavam a coerção sobre a liberdade de imprensa era uma postura de patriotismo. Logo, mesmo com a publicação de um decreto que controlava ainda mais a palavra impressa, a *Gazeta* não o temia, pois acreditava que o recente momento de mudança do regime político exigia que o Governo Federal recorresse à legislação para impedir que as manifestações contrárias à república avançassem. Para ilustrar que o governo provisório não estava reprimindo a imprensa, mas trabalhando com responsabilidade, Ferreira de Araújo citou a “campanha contra a reforma bancária”, o que era uma tentativa de mostrar que, apesar dos decretos, a folha tinha a liberdade

¹⁸ “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*, 31 abr., 1890, p. 1.

¹⁹ Idem. (Grifos nossos!).

de apoiar ou não certos atos do governo federal, no caso, a reforma bancária. Outrossim, os colaboradores da *Gazeta de Notícias*, além de apoiarem o Decreto n. 295, declararam, na coluna *Cousas Políticas*, que não se sentiam coagidos e nunca se sentiram “oficialmente embaraçados” mesmo sob o decreto lançado dia 23 de dezembro de 1889:

Se o governo tentasse coagir-nos em nossa liberdade, teria de fazê-lo abertamente, e nunca nos faríamos cúmplices de uma violência dessa ordem, calando-nos, quando ela fosse praticada. [...] No momento difícil que atravessamos, razão teriam hoje, e sempre, os que pudessem dizer que o governo fora fraco; dizer dele que soube manter-se no seu posto, e que restituiu a nação o poder cheio de prestígio e não no estado em que o achara, isso é o que se deve desejar, isso é que é honroso e digno. Não valeria a pena ter feito uma revolução para continuarmos **a ser a gente desorientada e indisciplinada** que temos sido até aqui²⁰.

Essa “gente desorientada e indisciplinada”, que é citada no artigo, faz referência ao antigo regime e associa a sociedade monarquista à desordem e à rebeldia. Assim, o foco é defender a “revolução” – a república – como um novo regime responsável por trazer a civilização e a ordem para o país. Mas, para isso ocorrer, era necessário que o governo provisório recorresse ao Direito Penal a fim de impedir que acontecessem atos conspiratórios contra o novo regime. Nesse sentido, a coluna de Ferreira de Araújo, *Cousas Políticas*, demonstrou apoio ao governo de Deodoro da Fonseca ao não reconhecer que a liberdade de expressão da imprensa estava e ao condenar a oposição que estava usando notícias falsas para difamar as instituições republicanas e prejudicar a imagem do Estado no exterior. Sobre os boatos que eram comentados pela oposição, foi noticiado pelo *Diário de Notícias*, em 17 de fevereiro, na coluna *A semana passada*:

Os boatos assustadores que se ouvem todos os dias fazem as delícias deste bom povo, irritando uns, indignando outros e levando o contentamento a muitos que ainda acalentam esperanças tolas, fazendo transparecer a cada momento o despeito que os sufoca. Felizmente os bem intencionados patriotas estão em maioria, de modo que a intriga passa e os descontentes não fazem seu filé, porque não encontram entre os homens sensatos quem lhes faça côro. Durante a semana passada mil boatos apareceram, cada qual mais assustador, cada qual mais ridículo e despropositado! Cada transeunte crédulo que passava era portador de uma retirada de um ministro do governo ou porta-voz da proclamação absurda de uma ditadura por cinco anos! E ele ia convencido de que aquilo era uma realidade, porque a pessoa que lhe dissera era de todo bem informada e de confiança. E lá ia a notícia correndo mundo, até que encontrava uma alma caridosa e forte para convencer o pacato burguês de que semelhante notícia era uma invenção indecente e digna de despeitados e sebastianistas²¹.

²⁰ Ibidem. (Grifos nossos!).

²¹ “A semana passada”. *Diário de Notícias*, 17 fev., 1890, p. 1.

O Decreto n. 295 foi outorgado como uma medida para reprimir esses boatos, uma vez que, segundo o trecho acima, estavam sendo transmitidas informações inverídicas a respeito do governo provisório para incitar nos civis o desejo de sabotar o regime republicano. Então, esse decreto previa que dizeres contrários à república e ao governo provisório de Deodoro iriam ser penalizados pela Comissão Administrativa de acordo com o Decreto 85-A. Dessa forma, o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro veiculou um artigo a respeito dessas notícias, as quais, segundo o jornal, eram invenções dos sebastianistas, ou seja, dos monarquistas:

E a gente vive deste modo, no meio da intriga, sem dela poder desenvencilhar-se, porque tudo assoberba, em prejuízo das coisas sérias e boas, que são propositalmente adulteradas pelos perversos, que campeiam impunes pelas ruas da cidade, levantando boatos antipatrióticos e comprometedores. [...] Tenham mais juízo, senhores intrigantes e inventores de más notícias!²².

O *Diário de Notícias* não deu mais detalhes sobre os boatos que estavam sendo espalhados desde o dia 15 de fevereiro de 1890, como Paulo Henrique Miotto Donadeli citou em sua tese²³. Em outros jornais, como o *O Paiz*²⁴, o assunto acerca da liberdade de imprensa também repercutiu após as notícias falsas se espalharem pelo Rio de Janeiro. Na coluna *Foguetes*, publicada no dia 23 de fevereiro, foi comentado o Decreto n. 85-A: “o governo vai alargar um pouco as cordas daquele decreto que espantou a *Tribuna Liberal* e assegurar a liberdade da imprensa de acordo com as ideias democráticas, em que é livre o direito de crítica”²⁵. Mas, graças às as informações sobre os boatos e às notícias falsas que apareciam nos jornais atacando o governo provisório, dificilmente ocorreria um afrouxamento da legislação responsável por controlar as publicações da imprensa e punir os conspiradores. Dessa forma, a publicação do Decreto n. 295, que ocorreu em 29 de março de 1890, é um exemplo de maior restrição às publicações de críticas sobre o governo provisório e o regime republicano. Uma semana antes da publicação desse decreto, *O Paiz* publicou um artigo intitulado *Liberdade de*

²² Idem.

²³ DONADELI. *Op. cit.*, p. 35.

²⁴ “*O Paiz* foi um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matozinhos. Conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pela Revolução de 1930. A trajetória de *O Paiz* começou nos últimos anos da Monarquia no Brasil. Na ocasião, com o seu primeiro redator-chefe Ruy Barbosa, o jornal se destacava por sua participação nas campanhas abolicionista e republicana[...]. Ruy Barbosa, no entanto, não ficou por muito tempo na chefia da redação de *O Paiz*, sendo logo substituído por Quintino Bocaiúva”. BRASIL, Bruno. **O Paiz**. Artigo arquivado em Hemeroteca, 2 abr., 2015. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em jul., 2020.

²⁵ Pistola. “Foguetes”. *O Paiz*, 23 fev., 1890, p. 1.

imprensa no dia 20 de março de 1890. Nessa coluna, foi interpretado o telegrama que um jornalista recebeu da Polícia do Maranhão:

O jornal *Globo*, que se publica nesta cidade, é redigido por indivíduos despeitados, que afetam não ter cor política, mas são instrumentos dos liberais de Ouro Preto. Não tem cessado de injuriar o governador, os poderes públicos, a república e ao próprio chefe de estado, taxando-o de herói caricato de 15 de novembro. Animados pela impunidade, adiantaram proposições sobremodo ofensivas ao caráter e honra do Dr. Porciuncula, governador deste estado, cavalheiro distintíssimo e muito conhecido na melhor sociedade desta capital e de Petrópolis. Em vista da virulência de semelhante linguagem, que tinha redundado em verdadeiro escândalo público, **o governador convidou os redatores a comparecerem em palácio, onde foram inquiridos com as formalidades legais, achando-se presente o chefe de polícia. Depois do interrogatório, retiraram-se, tendo sido advertidos de que, se continuassem no propósito de desmoralizar as instituições e excitar a população com telegramas falsos e aterradores, seriam responsabilizados.** Daí a coluna e as mentiras que têm sido publicadas e expedidas pelo telégrafo, em que os mesmos redatores fingem-se vítimas de coação, declarando suspender a publicação do jornal, que de fato ia cessar por falta de recursos financeiros. Um dos redatores é o Dr. Casimiro, ex-chefe de polícia do estado no tempo da junta provisória, e que preconizou na imprensa o direito de dar palmatoadas de raspar cabeças, que pôs em execução como autoridade. A população mostrou-se indiferente ao fato. Tudo o mais é exploração de despeito²⁶.

A partir desse telegrama, que foi enviado ao *O Paiz* pelo jornalista Vinhaes, é possível observar o modo efetivo como acontecia a perseguição aos sujeitos opositores do governo provisório e da república. No caso citado acima, o Governador do Maranhão, junto com o chefe da polícia, interrogou o jornalista do jornal *Globo*, que havia sido acusado de publicar calúnias e de incitar a sociedade a se revoltar contra o regime republicano. Abaixo do telegrama, *O Paiz* teceu alguns comentários sobre o ocorrido:

Os fatos arguidos neste telegrama são incontestavelmente verdadeiros, mas não justificam qualquer ato que ofenda a liberdade de imprensa. Os abusos da imprensa são puníveis ou pelo desprezo da opinião ou por processos regulares de conformidade com a lei. Se uma autoridade justa ou injustamente acusada por um jornal puder julgar e condenar, sendo parte na questão sem forma de processo, a liberdade mais preciosa ao povo desaparecerá de todo. [...] Se um órgão mal inspirado do jornalismo investe caprichosa ou interessadamente contra uma autoridade sã e honesta não faltarão outros órgãos que a defendam. A opinião pública fará então justiça a quem a tiver por si. É a opinião que nos julga a todos, governantes e jornalistas, e é da opinião que uns e outros tiram o prestígio e a força moral para se fazerem estimados e respeitados²⁷.

²⁶ “Liberdade de imprensa”. *O Paiz*, 20 mar., 1890, p. 1. (Grifos nossos!).

²⁷ Idem.

Mesmo com o relato do jornalista do *Globo*, a postura da redação de *O Paiz* ainda era de defesa do governo de Marechal Deodoro da Fonseca. Para *O Paiz* o problema era o jornal *Globo* fazer indiretas afirmando que aquele praticava um jornalismo que investia contra as autoridades consideradas honestas pela imprensa pró-governo. Entretanto, a questão era que o presidente Deodoro e os militares do governo não suportavam as críticas publicadas nos jornais e começaram a aplicar os decretos, primeiro o n. 85-A e depois o n. 295 aos jornalistas que publicasse alguma opinião condenando a república e o Governo Federal. Contudo, é possível observar que, em *Cousas Políticas* da *Gazeta de Notícias*, em *A semana passada* do *Diário de Notícias* e em *Liberdade de Imprensa* de *O Paiz*, os jornais de caráter republicano apoiavam, até então, os decretos que incidiam sobre a imprensa. Essa defesa se dava por meio desses editoriais, que, muitas vezes, buscavam advertir e aconselhar os conspiradores, os opositores da república e contrários ao governo, como mostra o trecho acima. Mesmo com os relatos dos interrogatórios aos quais os chefes de polícia impunham os jornalistas e com a legislação favorável ao governo, o que o protegia das críticas, o Estado, por meio das autoridades policiais, sentiam a obrigação de ameaçar e condenar os jornalistas responsáveis pelas publicações de notícias falsas sobre o governo provisório. A justificativa para isso era que esses boatos podiam colocar a existência da república em risco. De acordo com as publicações dos periódicos *Diário de Notícias*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*, eles acreditavam estar exercendo o papel de nacionalistas, que respeitavam as ações do governo provisório para manter a ordem e conter rebeliões contra o novo regime. Além disso, eles justificavam que todas essas ações eram consequências do momento de instabilidade política gerado pela nascente república.

Os decretos publicados até então foram revogados, porque criou-se uma outra legislação maior, o Código Penal, que estabeleceu a regulamentação da liberdade de imprensa. Sendo assim, no dia 22 de novembro de 1890, o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil publicou o Decreto nº 1.069 que revogou os decretos n. 85 e n. 295:

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil tendo em consideração: Que cessaram os motivos de ordem pública, pelos quais, a bem da união dos brasileiros, das instituições republicanas e do crédito do país no exterior, foram necessárias as providências extraordinárias tomadas pelos decretos n. 85 A de 23 de dezembro de 1889 e n. 295 de 29 de março deste ano; Que, assegurada a tranquilidade geral da Nação, reconhecido o seu governo por todos os Estados da América e grande número dos da Europa, firmado em todos eles o crédito público brasileiro, constituído o Congresso Nacional, desapareceram os perigos que era dever de honra do Governo conjurar, a fim de se organizar a República em perfeita paz; Decreta: Artigo único. Ficam revogados os decretos n. 85 A de 23 de dezembro de 1889 e n. 295 de 29 de março de 1890. Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a

quem o conhecimento e execução deste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir como nele se contém e declara²⁸.

Nesse momento, a república já estava estabelecida no país, pois já contava com a constituição do Congresso Nacional. Além disso, o Decreto n. 847, do dia 11 de outubro de 1890, havia publicado o Código Penal, que previa as penalidades para quem abusasse da palavra na imprensa. Desse modo, a partir de então, a república garantia a liberdade de imprensa de acordo com o Código Penal de 1890: Art. 28. Tolher a liberdade de imprensa, impedindo arbitrariamente a publicação ou circulação de jornais ou outros escritos impressos, ou atentando contra os redatores ou contra os empregados ou o material das oficinas tipográficas²⁹. Ademais, a Constituição Federal de 1891 dispõe no artigo 72 § 12:

Em qualquer assumpto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência da censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. O abuso constitui crime, que atinge o indivíduo, como nos casos de calúnia, injúria e ameaça (arts. 315, 317 e 184), ou tem por objeto a subversão da ordem pública, o ataque às instituições, o desacato à autoridade (art. 126). E quando a Constituição não permite o anonimato, é porque visa essa mesma responsabilidade. [...] Esta disposição garante a liberdade de pensamento, dentro da lei. Todos os comentadores (A. Milton, Const. do Brasil; João Barbalho, Const. Fed. Brasil) são de acordo em que o preceito constitucional não autoriza o abuso dessa liberdade. Na tribuna ou na imprensa, cada um pode dizer ou escrever, o que lhe vier à cabeça, não se lhe tolhe esse direito, mas, para o abuso da palavra, ou do escrito, a lei determina a responsabilidade³⁰.

Apesar da legislação, a partir de 1890, garantira liberdade de imprensa e de expressão para os cidadãos não ocorreu na prática³¹. Sendo assim, o Decreto n. 1.069, de 22 de novembro de 1890, que resgatava a liberdade imprensa, tornou-se uma lei morta, principalmente por causa do episódio ocorrido na redação do jornal monarquista *A Tribuna*³² no dia 29 de novembro de 1890. Nesse dia, a redação desse jornal sofreu um assalto após a publicação de artigos escritos

²⁸ BRASIL. **Decretos do governo provisório da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, vol.2, p. 3817.

²⁹ BRASIL. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Coleção de Leis do Brasil, 1890, p. 2664.

³⁰ Idem.

³¹ “Entre os numerosos atentados contra a liberdade de imprensa então verificados, contam-se, por exemplo, os seguintes: *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, suprimido; *O Tribuna* e *A Lanceta*, de Pernambuco, edições confiscadas; *O Orbe*, de Maceió, tipografia destruída; *O Século*, de Macaé, tipografia destruída; *A República*, de Campos, redator preso; *A Reforma*, de Porto Alegre, redator levado à polícia e severamente advertido; *Diário do Comércio* e *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro, redatores advertidos. Estes não foram entre tantos os únicos casos. Houve muitos outros.” DONADELI. *op. cit.*, 2016, p. 35 *apud* JANOTTI, *op. cit.*, 1986, p. 23.

³² Segundo Nelson Werneck Sodré *A Tribuna* foi um jornal sucessor da *Tribuna Liberal*, que retomou a circulação sob a direção de Antônio Medeiros em 1º de julho de 1890. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999, p. 253.

pelo redator-chefe Eduardo Prado. Segundo Nelson Werneck Sodré, “tais artigos motivaram ameaças ao jornal. O chefe de Polícia, Sampaio Ferraz, pensou em dar-lhe garantias”³³. Além disso, após a publicação de *Práticas e Teorias da Ditadura Militar*, de Eduardo Prado contra Deodoro, *A Tribuna* foi depredada e funcionários foram agredidos na noite de 29 de novembro por uma turma de aproximadamente quarenta pessoas:

O jornal, que fazia forte oposição ao Governo Provisório, publicou um artigo intitulado *Práticas e Teorias da Ditadura Militar*, de um monarquista brasileiro, que vivia na Europa, atacando o Governo Militar que imperava no Brasil, que dominava o país por meio do uso da força e das armas. Estas críticas enfureceram o Marechal Deodoro da Fonseca, altamente criticado e atacado pelo editorial, que exigiu medidas duras contra o editor do jornal, ordenando, de forma autoritária, a suspensão do jornal e a prisão do editor³⁴.

Esse empastelamento dias após a publicação do Decreto n. 1.069, que revogava os decretos n. 85-A e n. 295, demonstrou que a restauração da liberdade de imprensa não correspondia com as atitudes do governo provisório do Marechal Floriano Peixoto. Outrossim, após esse ocorrido, a imprensa brasileira manifestou imediatamente sua opinião sobre a suspensão das atividades de *A Tribuna*³⁵: a *Gazeta de Notícias*, na edição do dia 3 de dezembro, publicou na sua primeira página o seguinte manifesto intitulado *Liberdade de Imprensa*:

Ontem, à noite, reuniram-se no escritório do *Jornal do Commercio* os representantes da imprensa desta capital, o resolveram por unanimidade o seguinte: A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida hoje na sala da redação do *Jornal do Commercio* para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo para assegurar e manter a liberdade de exame e discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à *Tribuna* e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve: 1º que não satisfaz a declaração hoje publicada pelo *Diário Oficial*, por ser dúbia e frouxa; 2º que espera que serão punidos na forma das leis os culpados do assalto de foi vítima a *Tribuna*, demonstrados pelo inquérito a que se está procedendo; 3º que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que se acha, a empregar todos os meios dentro de suas funções para assegurá-la e até mesmo suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Paiz*, *Diário de Notícias*, *Diário do Commercio*, *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Democracia*, *Revista dos Estados Unidos*, *La Voce del Popolo*, *Mequetrefe*, *La Patria*³⁶.

³³ Idem.

³⁴ DONADELI. *Op. cit.*, p. 37.

³⁵ “A ação de empastelamento do jornal *A Tribuna* teve à frente o comando do coronel Antônio Carlos Piragibe e do tenente-coronel Osório Paiva”. DONADELI. *Op. cit.*, 2016, p. 37 *apud* JANOTTI, *op. cit.*, 1986, p. 38.

³⁶ “Liberdade de imprensa”. *Gazeta de Notícias*, 3 dez, 1890, p. 1. (Grifos do autor).

A suspensão das atividades do jornal *A Tribuna* trouxe muita instabilidade para a imprensa carioca e acirrou cada vez mais o controle da palavra imprensa, que a princípio estava mais voltado para as palavras oriundas dos monarquistas que usavam os espaços dos jornais para publicar suas críticas à república e ao governo provisório. Assim, Deodoro da Fonseca e o seu grupo de militares, que gradualmente ficavam mais intolerantes às críticas políticas, além de as considerarem atos conspiratórios contra o regime, afirmavam que elas poderiam afetar a consolidação da instituição da república no Brasil. Contudo, os grandes jornais fluminenses não se contentaram com as declarações publicadas pelo governo sobre o caso da *Tribuna* e cobraram tanto uma resposta quanto a condenação dos responsáveis pelo atentado à redação do jornal monarquista. Por essa razão, todos os jornais que assinaram o manifesto acima publicaram, em suas páginas, protestos de repúdio contra o ato que causou a morte do revisor da *Tribuna*, João Ferreira Romariz, após ele ter sido gravemente ferido pelos invasores³⁷. Devido às ameaças que a *Tribuna* estava sofrendo, desde sua reabertura em junho de 1890, o seu diretor, Antonio de Medeiros, já havia solicitado ao Marechal Deodoro da Fonseca um reforço na segurança da sua redação e dos jornalistas. Entretanto, ele não foi atendido a tempo e o derramamento de sangue na *Tribuna* aconteceu³⁸. Segundo Ana Luiza Martins, muitos outros jornais e jornalistas foram alvo da repressão:

Ficaram conhecidas as prisões de Saturnino Cardoso, redator da *Democracia*; Pedro Tavares, redator da *República*, de Campos, no Rio de Janeiro; Carlos von Koseritz, redator da *Reforma*, de Porto Alegre, falecendo na prisão no dia em que deveria ser transferido para o Rio de Janeiro; David Job e Ernesto Gerngross, redatores do *Mercantil*, do Rio Grande do Sul; Hasslocher, redator da *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, que teve seu periódico suprimido, assim como o foi também *O Globo*, do Maranhão. E mais: *O Tribuna* e *A Lanceta*, de Pernambuco, tiveram as edições confiscadas; a *Orbe*, de Maceió e *O Século*, tipografias destruídas; o *Diário do Comércio* e *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro, redatores advertidos³⁹.

Apesar do clássico caso ocorrido na *Tribuna*, que repercutiu por toda a imprensa, outros jornais e formadores de opinião também foram alvo de repressão similar em todo o território brasileiro. Logo, em um ritmo acelerado, a censura difundiu-se pelos jornais e, posteriormente,

³⁷ “Colocado a par do empastelamento pelo coronel Piragibe, Deodoro teria dito: Fizeram mal em ter derramado sangue. Lamento a morte do pobre homem que vocês mataram. Só a rebenque é que se devia ensinar jornalista malcriados e pasquineiros”. DONADELI. *Op. cit.*, 2016, p. 37 *apud* JANOTTI, *op. cit.*, 1986, p. 60.

³⁸ LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 36.

³⁹ LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 41.

com o início do governo de Floriano Peixoto, outros jornais republicanos também sofreram intensa represália à palavra impressa.

1.2. A subida de tom da censura durante o governo florianista

Os governos militares dos anos iniciais da Primeira República sempre tentaram controlar a imprensa e as críticas que nela eram veiculadas, pois Marechal Deodoro parecia estar bastante preocupado com a imprensa da oposição monarquista, que, na visão dele, poderia prejudicar o estabelecimento da ordem republicana por meio da publicação de falsas notícias. Assim, em um contexto de crises políticas e econômicas, o presidente Deodoro da Fonseca, com receio de uma guerra civil, renunciou ao seu cargo, e o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu a presidência no dia 23 de novembro de 1891. O governo de Floriano Peixoto também se preocupou em impor severas restrições à imprensa, por isso os intelectuais e jornalistas, que representavam a oposição a seu governo, foram perseguidos e até presos. Se for comparado ao governo de Deodoro da Fonseca, o autoritarismo de Floriano Peixoto controlou mais a liberdade de imprensa, pois, contrariando a Constituição de 1891, o presidente provisório decidiu não convocar novas eleições e usou práticas autoritárias para permanecer no poder até 15 novembro de 1894. Ao longo dos seus três anos de governo, de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, ele publicou um novo decreto que visava regulamentar as liberdades individuais e a liberdade de imprensa. Durante o governo de Floriano Peixoto, ele necessitou declarar um período de estado sítio em decorrência da eclosão da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1893. Sendo assim, enquanto o país estava sob o estado de sítio, de 10 de setembro de 1893 a 31 de agosto de 1894, as autoridades florianistas precisaram recorrer à legislação para se protegerem das críticas e dos seus opositores na imprensa. Então, dia 13 de outubro de 1893, foi lançado o Decreto n. 1565, que regulava “a liberdade de imprensa durante o estado de sítio”⁴⁰. Mas, antes da publicação desse decreto, o governo de Floriano Peixoto já havia tomado outras atitudes agressivas contra a liberdade de imprensa e individual.

Em 1892, ocorreu a prisão de intelectuais envolvidos na oposição contra Floriano Peixoto. Olavo Bilac foi um dos homens de letras que sofreram prisões, autoexílio em Minas Gerais e perseguição das autoridades florianistas por fazerem críticas agressivas ao Marechal Floriano Peixoto. Ao lado de Pardal Mallet e Lopes Trovão, Olavo Bilac fundou *O Combate*, que funcionou de janeiro a junho de 1892, para fazer críticas e sátiras a Floriano Peixoto, além

⁴⁰ BRASIL. **Decretos do governo provisório da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 716, vol. 1, pt II.

de escrever manifestos solicitando a volta de Deodoro da Fonseca à presidência. Sem temerem o cenário de repressão que os jornais opositores vivenciavam durante o novo regime político, que se iniciou com o governo provisório de Deodoro, os jornalistas contrários à permanência de Floriano Peixoto na presidência fizeram das suas palavras impressas um meio de manifestarem o descontentamento com o governo. A caça aos jornais oposicionistas aumentou com a política autoritária de Floriano Peixoto, e os jornais continuavam sendo empastelados a mando das autoridades do Estado após fazerem publicações sediciosas. Segundo Ana Carolina Feracin:

a redação de *A Capital* sofrera uma violenta represália das forças policiais: as oficinas foram invadidas e, as edições do dia que ainda restavam, inutilizadas. Enquanto isso, um grupo de soldados apreendia a folha das mãos dos vendedores e arrancavam das mãos das pessoas aquelas que estavam sendo lidas à paisana nas imediações da rua do Ouvidor⁴¹.

Quando apreendeu todas as impressões de *A Capital*, o governo de Floriano Peixoto demonstrou que não deixaria a imprensa livre para comentar e se posicionar de forma contrária ao seu governo. Por essa razão, a polícia era colocada nas ruas da Capital Federal para vigiar as redações dos jornais e, quando necessário, tornar as edições inutilizáveis, como ocorreu com *A Capital*. Apesar de a redação de *O Combate* não ter sido assaltada, sofreu com a guarda policial no seu escritório:

No mesmo dia em que *A Capital* sofreu a apreensão de toda a sua tiragem, *O Combate* também recebia a visita de outro chefe da polícia que, adentrando a redação da folha acompanhado por alguns soldados oferecia auxílio aos escritores sob a justificativa de “constar que o jornal ia ser assaltado”. Ao comentar que a “a entrada inesperada do dr. delegado em nossos escritórios não nos surpreendeu”, Mallet e seus pares acabam insinuando na nota publicada que aquele “ato delicado” nada mais era do que uma iniciativa velada da polícia para impor sua presença e vigilância ao periódico⁴².

A polícia florianista, com a desculpa de que estava fazendo rondas para prevenir assaltos, adentrava as redações de jornais considerados opositores ao governo para coletar informações sobre o periódico, mas essa atitude também era uma forma de impor a presença do Estado. No dia 10 de abril de 1892, quando ocorreu uma manifestação em prol do ex-presidente Deodoro da Fonseca, Floriano decretou estado de sítio por 72 horas, arbitrariamente ordenou voz de prisão a todos que o estavam combatendo e determinou o desterro político de inúmeras

⁴¹ SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da república (1889-1895)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001, p. 158, *apud* “Os redatores”. *O Combate*, 21 fev., 1892.

⁴² *Ibidem*.

peessoas da vida pública brasileira⁴³. As prisões foram comandadas pelo chefe de polícia, o desembargador Manuel Martins Torres. Após a publicação do decreto do dia 12 de abril de 1892, os jornalistas Pardal Mallet e José do Patrocínio, diretor do jornal *Cidade do Rio*, tornaram-se presos políticos e foram desterrados na Amazônia, e Olavo Bilac ficou detido na Fortaleza da Lage até agosto de 1892.

Uma vez que os seus redatores foram presos em abril, *O Combate* fechou as portas em junho de 1892. Depois que saiu da prisão, no dia 5 de agosto 1892, Olavo Bilac retornou para o *Cidade do Rio* como secretário do jornal, e José do Patrocínio retornou do exílio em setembro de 1892. Enquanto Bilac continuava publicando críticas ao governo florianista, nas páginas do jornal de Patrocínio, Custódio de Melo deixou o Ministério da Marinha para ser candidato à presidência. Contudo, por vontade de Floriano Peixoto, a eleição presidencial não ocorreu em 1892, ao contrário do que previa a Constituição de 1891. Revoltado com o golpe de Floriano Peixoto, o ex-Ministro Custódio José de Melo articulou um movimento para desestabilizar o governo florianista, o que resultou na deflagração da Revolta Armada no dia 6 de setembro de 1893. O diretor de a *Cidade do Rio*, José do Patrocínio, com medo de passar por mais uma experiência de prisão e exílio, decidiu se esconder na casa do seu sogro Emiliano Rosa de Sena, um defensor do governo florianista.

Um dia depois de a Revolta da Armada ter explodido na capital federal, Olavo Bilac publicou, em sua série *Chronica Livre*, um texto abordando a repressão que os poetas sofriam ao tratar de determinados temas e a história de Pedro Vidal de Tolosa, um trovador de Provença que certa vez publicou um poema sobre “suas aventuras de amor com a nobre dama de Saint-Gilles”⁴⁴ e, como castigo, teve sua língua furada, uma vez que nessa trova fez referência a uma mulher que era casada. Assim, em tom de ironia, Bilac atacou a repressão do governo florianista

⁴³ Ao todo foram 48 presos políticos: Alfredo Ernesto Jaques Ourigue, Alfredo Martins Pereira, Antonio Adolpho de Fontoura Menna Barreto, Antonio Carlos da Silva Piragibe, Antonio Joaquim Bandeira Júnior, Antonio Maria Coelho, Antonio Raymundo Miranda de Carvalho, Arthur Fernandes Campos da Paz, Bento José Manso Sayão, Carlos Jansen Júnior, Clímaco Barbosa, Conde de Leopoldina, Constantino de Oliveira, Dermeval da Fonseca, Domingos Jesuíno de Albuquerque, Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes, Dyonísio Manhães Barreto, Eduardo Wandelkolk, Egas Muniz Barreto de Aragão, Felisberto Piá de Andrade, Francisco Antonio de Almeida, Francisco Gomes Machado, Francisco Portella, Gentil Eloy de Figueiredo, Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Ignacio Alvez Corrêa Carneiro, João da Matta Machado, João da Silva Retumba, João Nepomuceno Baptista, João Soares Neiva, José Carlos de Carvalho, José Carlos do Patrocínio, José Carlos Pardal de Medeiros Mallet, José Clarindo, José de Almeida Barreto, José Elysio dos Reis, José Gonçalves Leite, José Joaquim Ferreira Júnior, José Joaquim Seabra, José Libanio Lamenha Lins de Souza, Manoel Lavrador, Olavo dos Guimarães Bilac, Pinheiro Guedes, Plácido de Abreu, Sabino Ignacio Nogueira da Gama, Sebastião Bandeira e Severiano Rodrigues da Fonseca. GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **A República é um disfarce, a liberdade é um carnaval”: o arbítrio do estado de sítio e as reivindicações de Ruy Barbosa no Supremo Tribunal Federal durante o governo autoritário de Floriano Peixoto**. XX Encontro Regional de História: História em tempos de crise, Uberaba, p. 1-10, 2016. Disponível em: <http://encontro2016.mg.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 4 fev. 2020.

⁴⁴ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 7 set., 1893, p. 1.

ao afirmar que as indiscrições dos poetas já não sofriam castigos como nos tempos dos trovadores:

Mas, se com razão já hoje não merece castigo a inconveniência dos trovadores, outra inconveniência há para a qual não devia haver meios de repressão enérgicos demais. É a nossa indiscrição. É a indiscrição destes cronistas do fim do século, que trazem ao público tudo quanto pensam, desdobrando e expondo em plena rua a própria alma, como fazem os mascates à fazenda que vendem... A verdade deve ser amada em silêncio, como mulher recatada que é.⁴⁵

Enquanto muitos colegas jornalistas precisavam se refugiar da polícia florianista, em sua crônica, Olavo Bilac destacou que a indiscrição dos cronistas não seria aceita, pois, segundo ele, ao cronista cabia a função de expor ao público os acontecimentos. Assim, para não sofrer “castigos”, como o que sofreu o trovador Pedro Vidal de Tolosa, era recomendado para eles o silêncio. Logo, aqueles que, naquele momento, recusassem e não divulgassem seus pensamentos não corriam o risco de ter as “línguas furadas”, ou seja, não seriam interditados pelo governo autoritário de Floriano Peixoto. Nesse sentido, a crítica contra a censura que estava sendo imposta pelo governo era clara na pena de Olavo Bilac:

Mas furem-me embora a língua os que me não perdoarem o andar eu expondo nua a verdade que amo. Já estou muito velho para mudar os meus hábitos; e hoje, dia sagrado da pátria, ponho galhardetes aos períodos e luminárias às ideias, para vir assoalhar nova flutuando ao sol, esta verdade, esta grande verdade: que estou contente, mas infinitamente contente...⁴⁶

Na data em que se comemora o dia da Independência do Brasil, Bilac aproveitou para expor seu patriotismo naquele contexto de revoltas e crises políticas. Nesse sentido, o cronista demonstrou que iria continuar escrevendo e militando em prol da liberdade de expressão, e quem não gostasse poderia “castigar a [sua] indiscrição”. Aproveitando a data comemorativa, Olavo Bilac retornou aos tempos do Brasil Império para fazer uma crítica ao novo regime e, em tom irônico, afirmou que “estava desgostando” da república, “porque se parecia pouco com o Império”. Ao fazer essa comparação com o período imperial, Olavo Bilac criticou a permanência de Floriano Peixoto na presidência, que ficou sem convocar novas eleições, diferentemente do que estava previsto na Constituição. Assim, naquele cenário político, era indicado o “silêncio” aos cronistas, pois “a verdade, como as mulheres, não deve ser posta nua na praça pública.”⁴⁷. Contudo, esse silêncio não tomou conta da “livre” crônica de Bilac, pois,

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

apesar de haver passado pela prisão na Fortaleza, o cronista continuou a atacar o governo e suas decisões políticas para permanecer no poder mesmo contra a Constituição.

1.3. O controle das palavras impressas durante a Revolta da Armada

Após a prisão de muitos jornalistas, o acirramento da repressão e o andamento da Revolta da Armada, o vice-presidente Floriano Peixoto declarou estado de sítio na capital federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul por meio do Decreto n. 1.563 do dia 13 de outubro de 1893. Após a deliberação do estado de sítio, o governo estabeleceu outros decretos no mesmo dia, incluindo o que regulamentava a liberdade de imprensa. Desse modo, o Decreto n. 1.565 tinha o objetivo de defender a República em todos os meios legais, materiais e morais. No corpo da lei, o governo procurou justificar a necessidade de controlar as palavras impressas:

uma parte da imprensa tem contribuído para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo elemento de perturbação e alarma, em prejuízo da ação do Governo e da tranquilidade pública; e por outro lado, tendo em atenção o disposto nos arts. 87, § 3º, 96, 383 e 387, combinados com o art. 22 do Código Penal, em virtude do art. 80 da Constituição da República e em execução do art. 48, n. 1.⁴⁸

Desse modo, porque acreditava que elas causavam prejuízo à ordem pública e ao regime republicano, além de perturbá-los durante aquele momento de revoltas, o Estado decidiu publicar um regulamento que permitia maior controle do que era publicado pelos intelectuais nos jornais da Primeira República. Com o estado de sítio declarado, estavam suspensas todas as garantias constitucionais, inclusive a livre manifestação do pensamento na imprensa. Sendo assim, de acordo com o Decreto n. 1.565 estava proibido:

- a) fazer publicações que incitem a agressão externa ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem;
- b) defender qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da Pátria, à Constituição da República e forma de seu governo, ao livre exercício dos poderes políticos, à segurança interna da República, à tranquilidade pública (arts. 87 a 155 do Código Penal);
- c) publicar notícias a respeito da revolta que não tenham sido comunicadas pelo governo constitucional ou que não tenham essa origem;
- d) comunicar ou publicar documentos, planos, desenhos a quaisquer informações com relação ao material ou pessoal de guerra, às fortificações e às operações e movimentos militares de União ou dos Estados;
- e) apregoar as notícias, factos ou assumptos, verdadeiros ou falsos, contidos

⁴⁸ BRASIL. **Decretos do governo provisório da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 716, vol. 1, pt II.

nas publicações que se ofereçam à venda ou se distribuam gratuitamente ou de qualquer outro modo.⁴⁹

Por meio desse decreto, o Estado ampliou a censura dos jornais e coerção dos jornalistas, pois as medidas de repressão contra os “infratores” estavam autorizadas, esse decreto, no Art. 80 da Constituição de 1891⁵⁰. A ação do governo, de usar a lei para reprimir a oposição, repercutiu na imprensa fluminense, e o *Diário de Notícias*, na edição do dia 15 de outubro de 1892, publicou o Decreto n. 1565 na íntegra. No dia seguinte, esse mesmo jornal teceu comentários sobre o novo regulamento da imprensa durante o período de estado de sítio, na coluna *A semana passada*:

Em que outro país civilizado a imprensa oposicionista, numa época anormal como a que atravessamos teria a liberdade de dizer do governo, e noticiar, com a aparência hipócrita de quem não faz política, mas serve imparcialmente aquelas folhas, a quem faltou, deploravelmente, a comezinha habilidade com quem o jornalista apaixonado contra o governo, não querendo definir a sua posição, sabe fugir à pecha de extremado partidarismo, suavizando a má impressão das suas notícias com as reservas imprescindíveis na transmissão de graves novidades? E a nosso ver, era justamente nessas concisas notícias perversas, limitadas a duas ou três linhas, para escaparem como camarão por malha, em que se fazia constar alguma coisa em proveito da revolta, que estava a ação perigosa dos oposicionistas, e não nos seus declaratórios artigos de fundo [...]. Porque não é demais repeti-lo para julgar a essência desses artigos sem outra ideia que não seja alarmar ardidamente, para depois soltar altos gritos quando a polícia toma, a respeito, as naturais medidas repressivas - basta considerar que ainda não houve uma só opinião francamente emitida em favor dos revoltosos. Os seus defensores, da imprensa e da rua, - apesar de entenderem que se trata de um pronunciamento popular contra o governo - são incapazes de outro meio de ação fora da hipócrita neutralidade. Quando muito, em expansão íntima declaram-se coagidos pelo despotismo do marechal, o que, a ser tomada a sério a desculpa, teria esta pasmosa significação: que a tirania dos governos pode mais do que o brio das nações⁵¹.

A postura do *Diário de Notícias* diante da nova legislação sobre a liberdade de imprensa era favorável ao governo de Floriano Peixoto, pois além de criticar a postura “neutra” de determinados jornais, ele também destacou que as medidas tomadas pelas autoridades florianistas contra os opositores eram certas e necessárias. De acordo com esse editorial, o *Diário de Notícias* continuava com a mesma ideia dos tempos de Deodoro da Fonseca, de que

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ “Art. 80 - Poder-se-á declarar em estado de sítio qualquer parte do território da União, suspendendo-se aí as garantias constitucionais por tempo determinado quando a segurança da República o exigir, em caso de agressão estrangeira, ou comoção intestina (art. 34, nº 21)”. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil (1891), art. 80.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em jul. 2019.

⁵¹ “A semana passada”. *Diário de Notícias*, 16 out., 1892, p. 1.

a repressão contra a imprensa oposicionista era necessária e justificada pelos difíceis momentos enfrentados pelos governos. Enquanto o *Diário de Notícias* mantinha sua postura pró-governista, a *Gazeta de Notícias* publicou, em primeira página, na edição do dia 15 de outubro, o Decreto n. 1.565, mas não se restringiu a isso. Na coluna dominical *A Semana*, escrita por Machado de Assis publicada no dia 15 de outubro, o cronista comentou a “estação eleitoral” e os programas políticos que começavam a aparecer naquele período de eleições para deputados e senadores do Congresso Nacional. As eleições se aproximavam, entretanto o governo a adiou para 30 de dezembro de 1893 devido aos acontecimentos da revolta e ao estado de sítio vigente. Assim, por meio da sua crônica dominical, a *Gazeta de Notícias* apareceu comentando os acontecimentos legislativos recentes, e Machado de Assis buscou tratar do assunto por meio das notícias pormenores. Ao comentar sobre as “circulares políticas” daquele momento, Machado preferiu dar destaque para a “musa da crônica”:

quanto às outras partes do programa circular... Mas aonde vou eu neste andar administrativo e político? Musa da crônica, musa vária e leve, sacode essas grossas botas eleitorais, calçar os sapatinhos de cetim e dança, dança na pontinha dos pés, como as bailarinas de teatro; gira, salta, deixa-te cair de alto, com todas as tuas escumilhas e pernas postiças. Antes postiças que nenhuma

⁵².

Ao tratar das eleições, Machado de Assis não comentou o novo decreto que estava sendo publicado para os leitores do jornal naquele domingo, uma vez que preferiu comentar a leveza do gênero cronístico, demonstrando que não havia perigo nas crônicas porque elas eram “postiças” e não abordavam os acontecimentos com seriedade⁵³. Naquele primeiro momento, após a publicação dos decretos, a preocupação da *Gazeta* foi questionar as eleições que ainda estavam mantidas mesmo com a situação de estado de sítio. Contudo, a publicação do Decreto n. 1.565 não passou em branco nas páginas da *Gazeta de Notícias*, pois, na crônica de Olavo Bilac, publicada na edição do dia 21 de outubro de 1893, o tema central foi a proibição dos “boatos”:

Bom povo! qualquer cousa como isso devias tu dizer ao governo: “Só te peço que te retires de diante da minha tagarelice, para que me não roubes o consolo do boato!”. [...] O boato é a tua única riqueza. Esfregas a cabeça, como Aladim esfregava a lâmpada maravilhosa, e logo os boatos pulam e voam, numa

⁵² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 15 out., 1893, p. 1.

⁵³ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”**: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-1897). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015, p. 60.

nuvem barulhenta de asas entre chocadas, obscurecendo a verdade, como as nuvens de gafanhotos obscurecem o sol⁵⁴.

Assim, o cronista convocou a sociedade para contestar o governo a respeito da proibição de abordar os boatos na imprensa. Após retirar todos os direitos da população, com a decretação do estado de sítio, o que sobrava para o povo eram os boatos, segundo Olavo Bilac. Por isso, o cronista via a importância de lutar pela permanência dos “boatos”, pois esses eram como um “consolo”. Após o governo roubar tanto do que constituía a felicidade do “pobre povo”, Olavo Bilac questionou na crônica o porquê de a sociedade ainda não ter protestado até aquele momento, uma vez que sem o boato e com o Decreto n. 1.565, que regulamenta a liberdade de imprensa, as pessoas não teriam acesso às notícias sobre política e aos acontecimentos recentes da Revolta da Armada:

Que hás de fazer? Não sabes nada. Voltas-te para a direita, esbarras num mistério. Caminhas para a esquerda, bates num segredo. Moves os passos para diante, dás com a cabeça numa tranca de ferro. Recuas, esmagas as costas de encontro a uma fechadura de segredo. Estás preso, incomunicável, abafado, dentro de um cárcere de ignorância e de inconsciência⁵⁵.

No mesmo momento em que Olavo Bilac escreveu sua *Chronica Livre*, outros intelectuais estavam comentando o mesmo assunto: a liberdade de imprensa. O Decreto n. 1.565 era bem incisivo e prometia controlar a publicação de notícias que tratassem do governo de Floriano Peixoto. Ademais, o fato de jornais como a *Gazeta de Notícias* estarem sendo censurados e não poderem repassar para a sociedade notícias e comentários sobre os acontecimentos da Revolta, deixava todos com a sensação de estarem presos, de acordo com a *Chronica Livre* de Olavo Bilac. Além disso, a falta de comunicação cortava “as rédeas da imaginação”⁵⁶ e, ao trazer essa reflexão, o cronista comparou o Decreto n. 1.565 com o momento em que esteve preso por vários meses na Fortaleza em 1892:

A tua pupila se dilata, se rasga, se distende enormemente na contemplação de horizontes sem fim. Sonhas, arquitetadas boatos. Que há de fazer, senão sonhar, **o desgraçado que se vê privado da vista e do ouvido, na solitária de uma fortaleza, em mar alto?** O povo é como as crianças. As crianças querem ter a explicação imediata e minuciosa de tudo. Quando lhes não dão respostas às perguntas, elas se respondem a si mesmas, arranjando, para uso dos seus raciocínios, uma série de mentiras que consideram verdades, e de que nunca mais se desfazem. Povo! pede ao governo que não te roube o direito de inventar boatos...⁵⁷.

⁵⁴ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1893, p.1.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ibidem. (Grifo nosso!).

Nesse sentido, cada vez mais Olavo Bilac demonstrava seu intuito ao escrever na *Gazeta de Notícias*: de defender o direito de possuir a liberdade de expressão na imprensa carioca. Após passar pela experiência da prisão, durante o primeiro ano do governo florianista, na sua crônica, Bilac destacou que proibir as notícias e os “boatos” na imprensa seria como deixar o povo preso, sem o direito à comunicação e à criatividade. Ademais, ao comparar o povo com as crianças, o cronista defendeu que as pessoas deveriam possuir o direito de receber explicações e notícias sobre todos os acontecimentos, inclusive as informações sobre a Revolta da Armada, pois, na ausência de explicações verdadeiras, as pessoas iriam inventar mentiras sobre os acontecimentos. Era o direito de “inventar boatos”, ou seja, de criar os acontecimentos cotidianos que movimentavam as crônicas de Bilac, que geravam conteúdo para ser publicado nas páginas dos jornais. Toda a imprensa e os intelectuais necessitavam de liberdade para gerar conteúdos e noticiarem os acontecimentos para o público leitor.

Dessa forma, a crítica de Olavo Bilac ao governo de Floriano Peixoto era direta, e a Revolta da Armada foi um dos acontecimentos mais comentados entre os cariocas, como é possível observar na crônica de Bilac do dia 19 de outubro de 1893, quando ele afirmou que o fluminense iria se habituar aos bombardeios nas praias. Assim, o cronista passa a sensação de que a Revolta era um acontecimento que chamava a atenção de todos e que levava a população a assistir os bombardeios como se fossem peças teatrais. Logo, esse era um assunto de interesse de todos, porém a imprensa estava proibida de noticiar os acontecimentos diários da revolta. Essa preocupação repercutiu também na crônica dominical escrita por Ferreira de Araújo, quando ele substituiu Machado de Assis, no dia 22 de outubro de 1893⁵⁸. Naquele dia, o editorial comentou “a proibição de publicar boatos” na imprensa e fez críticas aos bombardeios causados pela Revolta da Armada⁵⁹. Enfim, quando Machado de Assis retornou à sua série *A Semana*, ele também escreveu críticas sobre esse assunto, mesmo que de modo mais sutil, como analisa Maria Luzia Brito:

No dia 5 de novembro o narrador utilizaria de uma referência literária para falar sobre a censura. Ele citou um personagem de José de Alencar, que sempre usava a expressão “O que há de novo?” quando encontrava alguém e, graças ao personagem, a expressão teria se popularizado no Rio de Janeiro, fazendo com que os conhecidos do narrador sempre lhe lançassem a mesma pergunta⁶⁰.

⁵⁸ BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017, p. 82.

⁵⁹ “Uma Semana”. *Gazeta de Notícias*. 22 out., 1893, p.1.

⁶⁰ BRITO. *Op.cit.*, p. 87.

Machado de Assis comentou modo mais brando, em comparação com as críticas feitas por Ferreira de Araújo e Olavo Bilac, porque era funcionário público e, naquele momento de crise entre a imprensa e o Estado, era melhor zelar pelo seu cargo público.

Uma vez que a suspensão dos direitos constitucionais, durante o estado de sítio, deixou a liberdade de manifestação de pensamento na imprensa restringida, os jornais sobreviviam das notícias e dos boatos que publicavam para o público leitor, que queria encontrar informações sobre os assuntos mais comentados do momento, os quais, neste caso, eram os acontecimentos da Revolta da Armada. Outro intelectual que também criticou a censura imposta pelo governo de Floriano Peixoto foi Coelho Netto, mas ele era cronista do jornal *O Paiz*, que apoiava o vice-presidente Floriano Peixoto. Dessa forma, na série *Bilhetes Postais*, que foi assinada sob o pseudônimo “N”, Coelho Netto comentou os “boatos” no dia 3 de novembro de 1893:

Desde a funesta manhã de setembro, véspera da grande data da Independência ou Morte, não têm descansado os meus pobres nervos; os choques sucedem-se: quando não são estampidos são boatos que fazem explosão dentro de mim, levando pelos ares o resto de bravura que eu guardava prudentemente para os grandes momentos. [...] Para mim o bombardeio é uma coisa terrível, mas o boato ainda é pior; um homem escapa à granada, deita a correr e vai de encontro ao boato, que é o bacilo do medo⁶¹.

Mesmo que Coelho Netto estivesse escondido nas páginas de um jornal florianista, ele não deixou de fazer suas críticas ao governo naquele contexto. Assim, por meio de metáforas, o cronista comentou os boatos e o modo como eles prejudicavam a sociedade, uma vez que a ausência da verdade, naquele momento de estado de sítio, faz o boato se destacar. Nesse sentido, com tom de ironia, Coelho Netto afirmou temer mais os boatos do que a própria revolta, pois, com tantos acontecimentos importantes para se preocupar, como os bombardeios na orla do Rio de Janeiro, o governo florianista se preocupava com os boatos. Além disso, naquele momento de incertezas, em que a imprensa não podia noticiar os acontecimentos da Revolta da Armada e nem os fatos sobre o governo de Floriano Peixoto, o boato colocava em risco a vida das pessoas assim como uma bomba. Sendo assim, pode-se afirmar, a partir de uma análise contundente, que essa crônica de Coelho Netto é uma crítica ao autoritarismo do governo, que, desde o início do mandato, controlava as publicações dos jornais.

⁶¹ NETTO, Coelho. **Bilhetes Postais** (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva); Campinas: Cecult/Mercado de Letras, 2001, p. 318.

A partir da publicação do Decreto n. 1.565, no dia 13 de outubro de 1893, o controle sobre a imprensa se tornou cada vez mais acentuado e causou a suspensão de jornais como o *Cidade do Rio*, porque ele publicou uma edição, sob a direção de Luís Murat, com o *Manifesto Revolucionário* de Custódio José de Melo, no dia 24 de outubro de 1893. Luís Murat, após o embargo da *Cidade do Rio*, fugiu para Buenos Aires com Guimarães Passos⁶². Olavo Bilac fugiu para Minas Gerais, e José do Patrocínio não esperou uma nova perseguição policial, mudou-se para o porão da casa de seu sogro⁶³. Ao suspeitar de uma repressão da polícia florianista, o jurista Ruy Barbosa também se escondeu na Argentina logo depois do início da Revolta Armada. Além disso, a trajetória de Ruy Barbosa também é importante para se observar como a censura estava instalada naquele governo autoritário. Nesse sentido, a *Gazeta de Notícias*, ao publicar, dia 27 de novembro de 1893, apoio ao Ruy Barbosa, na coluna *Cousas Políticas*, teve sua circulação suspensa até janeiro do ano de 1894. Mesmo que o jurista estivesse desterrado na Argentina durante o período da Revolta da Armada, ele continuou escrevendo artigos no *Jornal do Brasil* a partir de maio de 1893, com os quais direcionava críticas ao autoritarismo de Floriano Peixoto. Logo, Ruy Barbosa não parou de escrever em defesa das liberdades, da democracia e da República, além de afirmar que considerava o Império um regime político que respeitava mais as liberdades individuais do que a própria República durante o governo ditatorial de Floriano⁶⁴. Assim, o republicano Ruy Barbosa deixou claro suas críticas à censura instituída pelo governo florianista, e essa contribuição no *Jornal do Brasil* foi o grande motivo para o jornal ser alvo das autoridades florianistas:

A publicação no *Jornal do Brasil*, a 31 de agosto de 1893, do *habeas-corpus* impetrado por Rui em favor do almirante Wandenkolk é a última gota que faz transbordar a paciência dos florianistas a 3 de setembro, o jornal é atacado, mas não destruído. A 6 [de setembro], aparece o último artigo de Rui e irrompe a revolta da Armada; Rui refugia-se na Inglaterra; a edição de 1º de outubro é apreendida. A calma fora tempestuosamente rompida, se é que existira, com as apaixonadas lutas políticas em desenvolvimento. Permitira, entretanto, a Valentim Magalhães por novamente em circulação *A Semana*, partilhando a direção com Max Fleiuss e reunido na redação Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, João Ribeiro, Rodrigo Otávio e Fontoura Xavier. Mas deixava de circular *A Estação*, em que Machado colaborara tanto. Os acontecimentos ecoavam por todo o país; jornais seriam fechados nos Estados. No Rio Grande do Sul, isso acontecera com *A Atualidade*, deixando sem emprego Antônio da Costa Correia Leite Filho, conhecido como Mário de Artagão, que redigira, com Carlos de Laet, a *Tribuna Liberal*, no Rio, e

⁶² MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974, p. 156.

⁶³ SILVA. *Op. cit.*, p. 196.

⁶⁴ BARBOSA, Ruy. **O Estado de Sítio, sua Natureza, seus Efeitos, seus Limites**. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892, p. 271.

trabalhara em outros jornais, em seus pagos, como o *Rio Grande do Sul*, a *Gazeta Mercantil*, o *Eco do Sul*⁶⁵.

Contudo, não só os homens de letras estavam correndo riscos, pois as perseguições aos jornais também se acirraram. Depois da suspensão das atividades do jornal *Cidade do Rio*, a *Gazeta de Notícias* também foi censurada, após a edição do dia 27 de novembro de 1893, em decorrência de uma publicação de Ferreira Araújo em *Cousas Políticas*, pois o governo de Floriano Peixoto se sentiu ameaçado e suspendeu as atividades da redação da *Gazeta* de 28 de novembro de 1893 até janeiro de 1894. A imprensa carioca repercutiu o fato a começar pelo *Diário de Notícias* que, no dia 28 de dezembro, publicou a seguinte nota: “Segundo comunicação que recebemos dos nossos colegas da *Gazeta de Notícias*, foi suspensa a publicação do nosso popular órgão da imprensa fluminense por ordem da polícia”⁶⁶. Por meio dessa curta nota, o *Diário de Notícias* comentou de forma direta a censura que a *Gazeta de Notícias* estava sofrendo naquele momento, o que evidenciou a responsabilidade da polícia, ainda que em nome do governo florianista, ao executar as ordens de censura. O jornal *O Paiz* também lamentou a punição da *Gazeta*: “privada alguns dias da leitura do nosso esforçado colega, no qual sempre reconhecemos um respeitável órgão da opinião pública, guiado por boas intenções e inspirado por ideias patrióticas”⁶⁷. O comentário de *O Paiz* foi curto e buscou não aprofundar nos motivos que levaram a *Gazeta de Notícias* a ter suas publicações suspensas e nem em quem ordenou a suspensão. Outro jornal que também enfrentou problemas com o governo de Floriano Peixoto foi o diário paulistano *A Platéia*, o qual foi suspenso após deflagrar sua oposição ao presidente⁶⁸.

Em *O Progresso da Ordem*, Lincoln de Abreu Penna defendeu a ideia de que, durante o período em que Floriano Peixoto esteve na presidência, não houve alterações na liberdade de imprensa. Para embasar tal afirmação, o referido autor escolheu a literatura da época como fonte documental, tal como crônicas de Raul Pompéia publicadas no *Jornal do Commercio* em 1892 e trechos do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto:

Os próprios opositoristas reconheciam que o governo centralizador de Floriano havia-lhes assegurado o direito à crítica, haja vista a liberdade de imprensa que se manteve inalterada apesar de momentos de tensão, provocados por uma guerra civil que dividira as Forças Armadas, e criara constrangimentos inerentes a uma situação dessa natureza.⁶⁹

⁶⁵ SODRÉ. *op. cit.*, pp. 262-263.

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 28 nov. 1893, p.1.

⁶⁷ “Gazeta de Notícias”. *O Paiz*. 28 nov. 1893, p.1.

⁶⁸ LUCA; MARTINS. *op. cit.*, p. 74.

⁶⁹ SILVA. *op. cit.*, p. 31 *apud* PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 155.

Como bem analisou Ana Carolina Feracin da Silva, a ocorrência das prisões de jornalistas, da suspensão dos jornais e dos assaltos devido ao fato de eles terem publicado críticas direcionadas aos atos do governo de Floriano Peixoto, entre 1892 e 1893, já demonstra que ocorreu censura na imprensa durante os anos do florianismo. A partir desses casos e dos ataques ordenados pela polícia contra as redações de jornais em 1892, Feracin contesta a ideia da liberdade “inalterada”, como afirmou Lincoln Penna⁷⁰. Para Ana Carolina Feracin, Penna utilizou a sua fonte histórica “como ilustrações de suas ideias, corroborando apenas os argumentos desenvolvidos no texto a partir de outros elementos. Em outros casos, o documento é até mesmo “amputado”, ameaçando com tal procedimento a própria confiabilidade da análise”⁷¹. Nesse sentido, Lincoln Penna se distanciou das publicações da imprensa ao longo do governo de Floriano Peixoto, por isso Ana Carolina Feracin tem razão ao desconstruir a teoria dele, uma vez que, durante o governo de Floriano Peixoto, ocorreram constantes represálias e perseguições a jornalistas, suspensão das atividades de jornais e assaltos às redações, como no caso de *A Capital* em fevereiro de 1892⁷².

O controle da liberdade de expressão não ficou submetido somente aos jornais, pois os jornalistas e intelectuais antiflorianistas precisaram fugir das perseguições do governo para não serem presos. Após o governo federal ter decretado estado de sítio, muitos intelectuais e jornalistas fugiram das perseguições da polícia florianista e se refugiaram em Minas Gerais, um estado respeitado pelo presidente da república devido ao fato de ele ser governado por Afonso Pena, político do Partido Republicano Mineiro que protestou contra o golpe do ex-presidente Deodoro da Fonseca. Além de Olavo Bilac, também foram para Minas “Magalhães de Azeredo, Carlos de Laet, Emílio Rouède, Álvares de Azevedo Sobrinho e outros antiflorianistas que temiam ser apanhados pela polícia”⁷³. Em um contexto de incertezas e em um regime autoritário, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac foi responsável por defender os direitos de liberdade de expressão que estavam sendo ameaçados cada dia mais durante o mandato de Floriano Peixoto. Contudo, o fato de Bilac haver escolhido escrever suas “livres” crônicas na *Gazeta* não foi um acaso, pois há rumores de que Olavo Bilac saiu da redação da *Cidade do Rio* em agosto de 1893, quando a ameaça de um golpe de Estado comandado pelo comando do ex-ministro Custódio de Melo se tornava cada vez mais possível de acontecer,

⁷⁰SILVA. *Op. cit.*, pp. 31-32.

⁷¹ *Idem*, p. 30.

⁷² *Ibidem*, pp. 31-32.

⁷³ *Idem*, p. 157.

segundo Bilac. Apesar de ser um intelectual que declarava oposição ao governo, Olavo Bilac deixou o jornal de José do Patrocínio, pelo fato de este último ter assumido um combate contra Floriano Peixoto:

O ilustre poeta [Olavo Bilac] trocou a Cidade do Rio pela vizinha da esquerda, e eu não tive pena porque - francamente - a política e ele não foram feitos um para o outro. Prefiro-o ali, porque ali o acho mais à vontade, mais alegre, mais espontâneo...⁷⁴.

Sendo assim, Olavo Bilac escolheu propor sua *Chronica Livre* para a *Gazeta de Notícias*, a qual declarava ser uma folha moderada e sem influências políticas⁷⁵, o que era uma jogada para não correr o risco de ser preso novamente. Logo, em agosto de 1893, Bilac escolheu a *Gazeta de Notícias* acreditando que ela não seria um jornal que fosse perseguido pela polícia de Floriano Peixoto, mas, nas páginas da *Gazeta*, ele não estava seguro. Após o fechamento da *Cidade do Rio*, em outubro de 1893, Olavo Bilac foi preso por um curto período para investigações a respeito do seu envolvimento ou não com José Patrocínio, segundo Raymundo Magalhães⁷⁶. Assim, a última publicação na *Chronica Livre* ocorreu no dia 24 de outubro, no mesmo dia em que *Cidade do Rio* foi suspensa. Depois dessa data, Olavo Bilac voltou a publicar na *Gazeta de Notícias* no dia 7 de novembro, mas direto de Ouro Preto. No dia 24 de outubro, o escritor comentou, em sua crônica, sobre uma conversa que teve com um velho no *Éden Concert*, onde tomaram uma cerveja na noite anterior. Na mesma noite em que a redação da *Cidade do Rio* organizava-se para lançar o manifesto de Custódio José de Melo, Olavo Bilac testemunhou, em sua crônica, que estava “ontem, no Éden Concert”⁷⁷. Para Olavo Bilac, essa crônica foi uma oportunidade de demonstrar que ele não estava envolvido com a edição do jornal *Cidade do Rio* na noite do dia 23 de outubro.

Ademais, usando o humor e a ironia, Olavo Bilac comentou a saudade que o “velho dandy” sentia do *Alcazar*, ou seja, em uma crônica melancólica, o cronista buscou demonstrar saudades dos tempos passados, quando a sociedade era mais feliz e os vícios ainda eram encantados. Aparentemente, a crônica narrou de forma despreziosa uma noite qualquer em um café concerto onde o cronista esteve, mas, ao detalhar a conversa com o velho, observa-se que Bilac estava fazendo referência aos acontecimentos políticos que estavam ocorrendo na capital federal naquele momento.

⁷⁴ *O Álbum*, ag. 1893 apud SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. **Do cárcere ao exílio: percalços do cronista Bilac (1892-1894)**. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de; ESTEVES, Antonio R.; CAIRO, Luiz Roberto (orgs.). *Estudos comparados de Literatura. Assis: FCL-Assis-UNESP, 2005*, p. 16.

⁷⁵ SIMÕES JUNIOR. *Op. cit.*, p. 16.

⁷⁶ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 156.

⁷⁷ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 24 out., 1893, p. 1.

E - por que não dizer? - para mim, como para toda a sala, o que dominava ali dentro, na atmosfera abafada, não era alegria, não era entusiasmo: era qualquer coisa de vago e de indefinido, misto de tédio e de saudade... de saudade, principalmente...⁷⁸.

O Decreto n. 1.565, que estava vigente, regulamentou a liberdade de expressão, proibiu a imprensa de publicar qualquer notícia ou boato sobre a Revolta e fez com que Olavo Bilac recuasse e não publicasse crônicas com críticas tão ácidas e diretas ao governo de Floriano Peixoto naquele momento. Dessa forma, todos os acontecimentos que se desenrolaram na cidade do Rio de Janeiro em torno dos bombardeios da Revolta da Armada, como a decretação do estado de sítio decretado, as perseguições policiais aos oposicionistas, a suspensão das liberdades individuais, o temor da sociedade quanto a um golpe de Estado e a recusa do governo de convocar novas eleições presidenciais, fizeram o cronista demonstrar saudade de um tempo em que essas questões não existiam. Logo, aquele cenário de conflitos deixava-o desanimado até quando saía para se divertir na noite carioca, como um bom boêmio que era:

Estou eu aqui a chorar, aos oitenta anos e o senhor [Olavo Bilac], aos vinte e oito, prefere tomar cerveja na companhia das minhas lágrimas românticas, a tomar lições de bom humor na companhia das cantoras. Por quê? Porque, aos vinte e oito anos, já o tédio o blindou contra as tentações do vício. Não escancare os olhos desse modo! não há motivo para tanto pasme... bem sei que seria mais natural que eu, em vez de impugnar a sua virtude e a sua castidade, tratasse, como velho que sou, de o afervorar e fixar nesse propósito louvável. Ai! menino! Só há uma moral possível, como só há uma possível higiene: a da alegria. E é preciso mesmo que a gente, quando se vê privada da alegria, finja que ainda a tem, para edificação dos outros. Alegria e mocidade, - isso confunde-se⁷⁹.

Diante desse cenário de crises políticas, supressão da imprensa e fuga dos jornalistas para outros estados e até países, a crônica abordou a privação da alegria. Isto é, a sociedade daquele tempo estava sendo “privada da alegria”, do mesmo modo que estava sendo privada de todas as liberdades individuais e garantias constitucionais que uma República democrática deve garantir. Nesse sentido, apesar de toda repressão, Bilac comentou aquele difícil momento de modo mais sutil e menos direto para não correr o risco de ser preso novamente. Logo, a censura durante os primeiros anos do regime republicano no Brasil se materializou de modo mais intenso no governo de Floriano Peixoto, pois, a partir dos decretos e da suspensão dos direitos civis, com os estados de sítios, o Estado abriu margem para interferir na produção dos intelectuais e, conseqüentemente, na imprensa. Esse órgão usou inúmeros recursos para

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem.

sobreviver a censura, como abrir mais espaços para os literatos no ano de 1894, como a *Gazeta de Notícias*, que promoveu até concursos literários para responder à censura florianista com literatura. Outros jornais, como o *Diário de Notícias*, continuavam defendendo o Governo Federal e emitindo opiniões favoráveis ao Decreto n. 1.565, haja vista que, para essa imprensa, a repressão política sobre as redações de jornais eram necessárias para manter o regime republicano e não desordenar a política.

Como Robert Darnton analisa três casos de atuação dos censores a mando do Estado, que ocorreram na França dos Bourbon, na Índia Britânica e na Alemanha Oriental, na obra *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*, a repressão imposta por Floriano Peixoto também objetivava o controle da ordem e do regime republicano, o qual foi muitas vezes ameaçado pelos monarquistas. Isso era feito por meio dos “agentes do Estado [que] vigiaram palavras, permitindo ou proibindo que aparecessem impressas e suprimindo-as conforme as razões de Estado”⁸⁰. Nesse sentido, os primeiros governos republicanos no Brasil iniciaram seus mandatos usando a autoridade política e os instrumentos legais para impedir que a oposição tivesse voz e espaço para publicar suas opiniões. Assim, foram anos de sucessivos estados de sítios, os quais traziam consigo atos de controle sob a liberdade de imprensa que acarretavam a suspensão de jornais e a violência policial contra os jornalistas.

Portanto, a censura durante os tempos florianista foi uma continuidade do projeto de censura posto em prática durante o deodorismo por meio das suspensões de jornais, das perseguições e das prisões de formadores de opiniões e jornalistas que publicavam artigos criticando atos do governo, abordando a Revolta da Armada e principalmente se posicionando como oposição ao florianismo. Todos eles eram perseguidos, presos, e, em casos como o de Olavo Bilac, precisaram fugir do estado do Rio de Janeiro ou do país para não caírem nas celas das prisões. Olavo Bilac não foi o único que deixou registrado nas páginas dos jornais a sua insatisfação com os primeiros anos do regime republicano, outros intelectuais, como Coelho Netto, José do Patrocínio, Pardal Mallet, Ruy Barbosa e outros, fizeram o mesmo. A intensa represália sofrida por esses intelectuais não foi motivo suficiente para eles se calarem e deixarem de publicar suas opiniões impressas. Além disso, a detenção e a fuga de Olavo Bilac não o calou, ao contrário, sobre esses tempos de incertezas e de repressão política, ele deixou registrado seus testemunhos em crônicas, poemas e folhetim-romances, como mostra o capítulo a seguir.

⁸⁰ DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 8.

CAPÍTULO 2: A *CHRONICA LIVRE* EM TEMPOS DE REPRESSÃO POLÍTICA

Deodoro da Fonseca, no dia 23 de novembro de 1891, renunciou ao cargo de presidente da república e deixou no seu lugar o vice-presidente Floriano Peixoto¹. Este, contrariando a Constituição de 1891, não convocou novas eleições presidenciais e nomeou militares-interventores para governar os estados da nação brasileira. Floriano Peixoto ficou conhecido como Marechal de Ferro por haver dado continuidade às tendências ditatoriais empregadas durante o governo de Deodoro da Fonseca e por ter enfrentado a oposição política com truculência. Durante o regime florianista, o país viveu 295 dias em estado de sítio e enfrentou duas revoltas: a Federalista e a da Armada. A Revolta Federalista eclodiu no sul do país, em fevereiro de 1893, e terminou somente em agosto de 1895, no governo de Prudente de Morais. Os federalistas gaúchos estavam insatisfeitos com o governo de Floriano Peixoto e almejavam tanto a queda do Júlio de Castilhos, o então presidente do estado, quanto uma maior autonomia política na nova República. Essa insatisfação culminou em uma guerra sangrenta que deixou, aproximadamente, 10 mil mortos². A segunda revolta, a da Armada, enfrentada também pelo governo de Floriano Peixoto, estourou em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro, quando um grupo de altos oficiais da Marinha começaram a exigir a convocação de novas eleições. Esses revoltosos, ao perceberem as poucas chances de vencer, juntaram-se aos federalistas do sul do país, pois acreditavam que assim teriam mais chance de suas reivindicações serem atendidas³. Nesse cenário de grandes tensões políticas contra os primeiros governos republicanos, a imprensa e a os membros da intelectualidade brasileira também estavam

¹ Existe uma vasta bibliografia sobre o governo de Floriano Peixoto, aponto algumas: GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Primeira república: um balanço historiográfico. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n° 4, p.267-269, 1979. GOMES, Ângela de Castro et al. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002. LUCA, Tania R. de. **República Velha: temas, interpretações, abordagens**. In: SILVA, Fernando T., NAXARA, Márcia R. e CAMILOTTI, Virgínia. *República, liberalismo, cidadania. Piracicaba*: Ed. da Unimep, 2003. FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de A. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?** In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 285-303. NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1.

² DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: República memórias (1889-1950)**. Vol 3. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017, p. 26-27. FAUSTO, Boris. História do Brasil. In: _____. **A Primeira República (1889-1930)**. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 219. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³ DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, Volume 3: República – memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, pp. 26-30.

centralmente inseridos, pois jornalistas, intelectuais em geral e literatos sofreram censura, repressões policiais e até mesmo exílio⁴.

Olavo Bilac foi um dos intelectuais que provaram a experiência de ser preso e desterrado durante o governo de Floriano Peixoto, consequência enfrentada por ele ter manifestado sua oposição ao governo, na imprensa carioca, entre os anos de 1892 e 1894. Por haver colaborado em diferentes periódicos, tanto nos contrários ao florianismo, como *O Combate*, quanto nos jornais autodenominados politicamente “imparciais”, como a *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac publicou textos em formato de crônicas e poesias, nos quais desferiu críticas contra a política brasileira e denunciou os problemas sociais da cidade do Rio de Janeiro. Este trabalho objetiva compreender essa produção literária de Olavo Bilac e o que nela representou o governo florianista.

Para tanto, neste primeiro capítulo, será analisada a sua série de crônicas intitulada *Chronica Livre*, que foi publicada na primeira página da *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1893 e 1894. Produzida no calor dos acontecimentos, essa série tinha como uma de suas principais temáticas a liberdade de imprensa no novo governo republicano. Intitulando-se “livre”, a nova coluna da *Gazeta* se propunha a pensar o momento político e as tensões que estavam ligadas a ele. A partir de narrativas curtas sobre os mais diversos eventos do cotidiano, o literato pretendia intervir e dialogar com a sua realidade. Nesse sentido, um dos objetivos do presente capítulo é analisar como essa série foi construída por Olavo Bilac, quais são as suas características principais e como era o seu diálogo com o jornal no qual ela era publicada, a *Gazeta de Notícias*. Ademais, pretende-se demonstrar como o tema da liberdade de expressão e de pensamento é o elemento estruturador da série a partir do pressuposto de que a série *Chronica Livre* é, mas não somente, uma resposta à repressão florianista empreendida contra a imprensa e seus integrantes. Enfim, o capítulo quer compreender os caminhos trilhados por Bilac através da literatura para criticar a situação política do país entre os anos de 1893 e 1894. Contrariando parte da bibliografia de Bilac, a qual afirma que, após as prisões e o exílio em Minas Gerais, ele teria deixado de abordar a política em seus textos, esta é uma tentativa de demonstrar como ele persistiu nessa luta em suas crônicas publicada no maior jornal da cidade. Outrossim, a variedade de assuntos presentes nos textos da série *Chronica Livre*, além do tom leve e descontraído típico do gênero cronístico, proporcionou a Bilac um espaço mais “livre” para escrever suas críticas políticas, que muitas vezes estavam presentes nas entrelinhas das crônicas, até mesmo após o fim da Revolta da Armada.

⁴ FREIRE, Felisberto. **História da Revolta de 6 de setembro de 1893**. Brasília: Editora UnB, 1982.

2.1 Olavo Bilac e a República de Floriano Peixoto

Antes de ser detido pela polícia de Floriano Peixoto, no dia 10 de abril de 1892, Olavo Bilac era cronista do periódico *O Combate*⁵ e responsável pela publicação da série intitulada “Vida Fluminense”, ainda que sob o pseudônimo de Pierrot⁶. Um dos objetivos da sua escrita combativa nesse periódico era fazer oposição ao governo de Floriano Peixoto, que havia demitido literatos nomeados para alguns cargos públicos, inclusive o próprio Bilac, que foi escolhido para ser oficial maior da Secretaria do Interior do Estado⁷. A demissão aconteceu após os literatos serem acusados de corrupção pelo comandante Baltazar da Silveira, interventor de Floriano Peixoto⁸, e fez Pardal Mallet e Olavo Bilac “reagir ferozmente através da imprensa contra as injustiças de que julgavam ser vítimas”⁹. Na época, Bilac e Mallet usaram as páginas do jornal *O Combate* para responder às acusações “de assaltar os cofres estaduais ou, na melhor das hipóteses, de terem sido descuidados e despreocupados com os negócios públicos”¹⁰. Através do uso de estratégias como a sátira e o chiste e “firmando cada vez mais a maneira escolhida” “para atacar o governo florianista”, Bilac indicava sua oposição ao governo da época. Por essa razão, nas páginas de *O Combate*, o Pierrot de Olavo Bilac era visto “como um distraído contador de “causos”, um apreciador de pilhérias aparentemente inocentes”¹¹. Assim, por meio do uso desse pseudônimo, Bilac construiu críticas diretas para atacar Floriano Peixoto. Na edição de 21 de janeiro, por exemplo, Pierrot questionou a permanência do Marechal Floriano na presidência ao usar repetidas vezes a palavra “legalidade” em sua narrativa:

Creio que não sou suspeito ao regime da legalidade. Amo o marechal Floriano com todo o ardor da minh’alma; com mais ardor ainda amo o 23, o sr. Custódio Mello, o irmão do sr. Custódio Mello, e toda a restante família da Legalidade. E amo tudo isso, porque já agora ninguém negará que o 23 veio fazer uma reforma radical aos nossos costumes, nas nossas ideias e em toda a nossa vida.

⁵ Periódico idealizado por Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Lopes Trovão, publicado durante os meses de janeiro a junho de 1892. Tal periódico constantemente publicava críticas ao governo e tinha como principal objetivo fazer oposição a Floriano Peixoto, após este assumir a presidência em 23 de novembro de 1891. O nome de Olavo Bilac não aparece nos créditos de *O Combate*, mas a sua participação na fundação e redação da folha foi amplamente divulgada pela imprensa quando essa publicava as boas-vindas ao novo jornal carioca. Para saber mais, ver SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada** *op. cit.*, p. 132-158.

⁶ Também é possível que Olavo Bilac tenha sido autor de “Pelos Teatros”, sob o pseudônimo de Notívago. SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da república (1889-1895)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001, p.137.

⁷ Outros literatos, como Coelho Netto e Aluísio de Azevedo também foram demitidos. SILVA, *op. cit.*, p.144.

⁸ SILVA. *Op. cit.*, p. 144.

⁹ *Ibidem*, pp. 132-158.

¹⁰ *Ibidem*, p. 146.

¹¹ *Ibidem*, p. 150.

A gente tinha ideias errôneas sobre a paz, sobre a leia, sobre o direito, sobre tudo.¹²

O termo “legalidade” era uma referência ao fato de o governo de Floriano contrariar a Constituição e não convocar novas eleições para permanecer no poder. Os ataques contra esse fato chegaram até o Ministro da Marinha, Custódio de Mello, o qual foi responsável pela queda do presidente Marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891. Por isso, Pierrot escrevia “número 23”, uma clara referência a Custódio de Mello. Assim, ao criticar o governo, Olavo Bilac sempre partia de um acontecimento para dar “voz às suas preocupações mais imediatas”¹³. Outro episódio que fomentou mais ainda as manifestações contrárias ao governo florianista foi a exoneração dos homens de letras dos cargos públicos do estado do Rio de Janeiro, que foram ofertados durante a presidência de Deodoro da Fonseca. Sobre esse assunto, Ana Carolina Feracin afirma:

Um dos motivos, portanto, que pode explicar a fundação de *O Combate* foi a intenção de Mallet e Bilac de reagir ferozmente através da imprensa contra às injustiças de que julgavam ser vítimas. Mas, o desenrolar dos acontecimentos naquele início de 1892 forneceriam mais elementos para que aqueles literatos incrementassem sua crítica ao governo federal e fizessem da nova folha uma trincheira cotidiana de luta contra Floriano Peixoto.¹⁴

Ao defender a convocação de novas eleições presidenciais, *O Combate* se somava às vozes de crítica ao governo Florianista. Por esse motivo, esse periódico, que era dirigido por Pardal Mallet, passou a ser cada vez mais alvo da repressão policial devido à sua oposição ao governo. Quando é feito um breve acompanhamento das publicações desse jornal, é possível observar que, antes mesmo da prisão, Olavo Bilac já denunciava a falta de liberdade de imprensa e as medidas de repressão adotadas pelo governo. Após um decreto criado para estabelecer o estado de sítio, publicado em fevereiro de 1892, o governo de Floriano Peixoto intensificou as represálias à imprensa carioca. Entre essas ações contra a imprensa, a redação do jornal *A Capital*, por exemplo, foi alvo de uma invasão policial e os jornais do dia foram apreendidos da mão do público leitor e dos vendedores na rua do Ouvidor. Ademais, a redação de *O Combate* recebeu o patrulhamento de um chefe da polícia¹⁵. Segundo Feracin:

A experiência do assalto *A Capital* e da ronda policial no *O Combate*, juntamente com os constantes boatos de ataque às oficinas, levaram os seus redatores a tomar uma atitude radical: passaram a pernoitar no escritório da folha, instalando-se no mesmo prédio onde ficava a tipografia. Certos que o

¹² “Vida Fluminense”. *O Combate*, 21 jan., 1892.

¹³ SILVA. *Op. cit.*, p. 150.

¹⁴ *Ibidem*, p. 147.

¹⁵ “O Combate”. *O Combate*, 21 de fev., 1892.

jornal corria riscos, decidiram que era “sua obrigação moral” formar uma barricada de defesa, permanecendo no edifício em tempo integral...¹⁶

Enquanto Olavo Bilac tecia duras críticas à Floriano Peixoto em *O Combate*, Raul Pompéia colocava-se ao lado do presidente e das forças governistas no periódico *Jornal do Commercio*, no qual o literato era autor da série *Lembranças da Semana*¹⁷. Por causa desse posicionamento, Pompéia foi alvo das críticas de *O Combate* e travou uma acirrada discussão com Olavo Bilac nas páginas dos jornais da cidade. Como eles não compartilhavam das mesmas posições políticas, o embate entre Bilac e Pompéia se consolidou principalmente quando as ideologias diferentes dos dois escritores começaram a aparecer em suas crônicas. Segundo Raymundo Magalhães, em um encontro casual numa confeitaria, Olavo Bilac tentou agredir Raul Pompéia, mas foi impedido pelos colegas presentes. O atrito entre esses dois escritores demonstra como os ânimos estavam exaltados por conta das divisões políticas provocadas pelas disputas na nova República. Por fim, ambos apertaram as mãos e encerraram o duelo¹⁸. Entretanto, “as relações entre os dois não voltariam a ser as mesmas de outrora”. “Ao término da polêmica, *O Combate* continuou cada vez mais antiflorianista e Raul Pompéia, cada vez mais entusiasmado com a energia do Marechal de Ferro”¹⁹.

Em meio aos embates dos literatos acerca do novo governo republicano, *O Combate* continuou defendendo novas eleições presidenciais e inclusive trouxe à tona uma carta do autor da Constituição, Rui Barbosa, de 24 de fevereiro de 1891, na qual ele se declarava favorável a convocatória de novo pleito²⁰. Logo em seguida, o *Manifesto dos Generais*, de 31 de março de 1892, assinado por um grupo de treze militares de alta patente, foi publicado na imprensa fluminense, intimando o presidente Floriano Peixoto a cumprir a Constituição vigente²¹. No dia 7 de abril, Floriano Peixoto respondeu ao manifesto por meio de uma carta que foi publicada por toda a imprensa²². Além dessa carta, o governo florianista decidiu afastar e reformar os treze

¹⁶ SILVA. *Op. cit.*, p. 159.

¹⁷ “Lembranças da Semana”. *Jornal do Commercio*, 7 mar., 1892.

¹⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974, p. 152. Para ver mais sobre a relação entre os escritores: SILVA. *Op. cit.*, pp. 162-163.

¹⁹ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 152.

²⁰ Rui Barbosa. “Eleição Presidencial”. *O Combate*, 19 mar., 1892.

²¹ BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio. Vol. XIX, 1892. Tomo III.** (Prefácio e revisão de Levi Carneiro – Tomo); Rio de Janeiro: MEC, 1956.

²² “Floriano Peixoto certamente entendeu o texto dos treze generais como uma afronta a sua autoridade. Considerando um “procedimento anormal”, o Marechal respondeu ao manifesto com um outro dirigido “à nação”, cujo teor já sugeria que seriam tomadas medidas enérgicas para conter o “inconveniente espírito de indisciplina” de “velhos camaradas”, os quais, segundo ele, intencionavam “plantar a anarquia no momento crítico da reorganização da Pátria e da consolidação das instituições republicanas”. SILVA. *Op. cit.*, p.167.

generais envolvidos na publicação do artigo²³. Dias depois, em 10 de abril de 1892, militares, congressistas, jornalistas e populares organizaram uma manifestação em frente à casa do ex-presidente Deodoro da Fonseca com o objetivo de homenagear o Marechal, que estava doente. Muitos acreditavam que os redatores de *O Combate* estivessem participando diretamente das articulações contra o governo, por isso Olavo Bilac, na época redator desse jornal, foi detido juntamente com seus amigos Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido de Abreu, entre outros civis e militares²⁴. Acusados de participação na manifestação de apoio ao ex-presidente Deodoro da Fonseca, ocorrida na tarde do dia 10, esse grupo de jornalistas, militares, escritores, políticos e populares tornaram esse ato, que se iniciou na porta da casa de Deodoro da Fonseca e terminou na sede do Governo Federal, mais um protesto contra o governo de Floriano Peixoto²⁵. Por entender essa atitude da oposição como uma ameaça à sua permanência na presidência, “às quatro da madrugada do dia 11 de abril, Floriano decretava estado de sítio por 72 horas e suspendia as garantias constitucionais pelo mesmo período”²⁶.

As prisões e o decreto de estado de sítio repercutiriam rapidamente na imprensa carioca e tornaram-se pauta dos grandes jornais da cidade. Na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, foi publicado um artigo intitulado *A noite de ontem*²⁷, o qual narra o episódio que levou Olavo Bilac à prisão por quatro meses. Ao longo da semana que sucedeu a manifestação, a *Gazeta* publicou também notas do *Diário Oficial* e novas notícias sobre os presos acusados de estarem envolvidos na organização do movimento²⁸. A *Gazeta de Notícias* se posicionou sobre as prisões no artigo chamado *A Situação*, que foi publicado dia 16 de abril de 1892, manifestou apoio aos presos e solicitou que o governo justificasse seus “atos políticos”, principalmente aqueles que pareciam ser “ataques à liberdade”. Esse artigo também pedia que o governo reconhecesse o erro de ter “excedido nas medidas que decretou”²⁹. Dessa forma, a *Gazeta*

²³ “[...] Foram reformados os 13 generais que apresentaram ao Sr. Floriano Peixoto um manifesto puramente político, aconselhando-o que decretasse a eleição presidencial como pedia a imprensa, a opinião pública, todo o país. Foram reformados!!!”. Jacques Ourique. “Finalmente”. *O Combate*, 8 abr., 1892.

²⁴ “José do Patrocínio foi preso à saída da *Cidade do Rio*. Pardal Mallet, Bilac e Plácido de Abreu alta noite, à saída da redação de *O Combate*. Muitos seriam deportados para a Amazônia, como Patrocínio, Mallet e o Coronel Jacques Ourique, autor de violentos artigos antiflorianistas no *O Combate*.” MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 153.

²⁵ SILVA. *Op. cit.*, pp.170-172.

²⁶ *Idem*, p. 171.

²⁷ “Foram ontem presos por ordem do governo e recolhidos ao estado maior dos corpos da brigada policial os Srs. Drs. José Joaquim Scabra, deputado pela Bahia; Campos da Paz, Climaco Barbosa, Pardal Mallet, Olavo Bilac, Manuel Lavrador, Severiano Rodrigues da Fonseca, José [ilegível] dos Reis, Joaquim Ferreira Junior e Constantino de Oliveira, criado do Sr. Campos da Paz. Além destes foram chamados a polícia para dar explicações outros cidadãos”. *Gazeta de Notícias*, 11 abr., 1892, p. 1.

²⁸ “Sedição”. *Gazeta de Notícias*, 12 abr., 1892, p. 1. “O dia de ontem”. *Gazeta de Notícias*, 13 abr., 1894, p.1. “Estado de sítio”. *Gazeta de Notícias*, 14 abr., 1892, p. 1.

²⁹ “A Situação”. *Gazeta de Notícias*, 16 abr., 1892, p. 1.

demonstrou sua preocupação com a liberdade suprimida dos intelectuais e dos jornalistas presos após o ato ocorrido no dia 10 de abril de 1892.

De modo mais contundente, o jornal *O Combate*, na edição do dia 12 de abril, dois dias após o ocorrido, também publicou informações sobre os jornalistas colaboradores³⁰ daquela folha: Olavo Bilac, Pardal Mallet e José do Patrocínio, o qual era redator do jornal *Cidade do Rio*. Naquela edição, *O Combate* apresentou, em seu editorial, o aviso de que Luís Murat assumiria a redação a partir daquele momento, já que os redatores da folha estavam presos. Contudo, a prisão dos redatores não intimidou o jornal, que continuou a publicar duras e diretas críticas ao governo de Floriano Peixoto. Ao final da mesma coluna, o novo redator publicou a seguinte nota:

A argamassa de uma ideia nem sempre é amassada pelo sangue e pelas lágrimas do infortúnio. Porque o infortúnio de hoje é quase sempre a glorificação de amanhã. *O Combate* continua a ser o que foi sempre. Se o governo entender que a liberdade de pensamento é uma tolice; que o prêmio de todos os sacrifícios é o exílio; é o esfacelamento geral da família e a desintegração completa da pátria, que havemos de fazer? Que havemos de fazer, nós, que lutamos, nós, que protestamos, nós, que esperamos? Lutar, protestar e esperar³¹.

Olavo Bilac, Francisco Portella e Dermerval da Fonseca ficaram presos por aproximadamente quatro meses na Fortaleza da Lage³², enquanto seus companheiros de letras, Pardal Mallet e José do Patrocínio, foram deportados para Amazônia. Sem permissão para receber visitas e longe da imprensa carioca, Olavo Bilac escreveu uma carta para Max Fleiuss, em 31 de julho de 1892³³. Nessa carta, Bilac agradeceu as notícias enviadas pelo amigo e contou sobre a experiência de estar encarcerado e “fisicamente vivo há quase quatro meses insulado no meio de [seu] tédio”. Durante o período em que esteve na Fortaleza da Lage, Bilac não escreveu nenhum texto: “A inspiração foi a primeira coisa que perdi, logo depois de perder a liberdade”, recordaria o autor³⁴.

Dias depois de trocar correspondência com Fleiuss, Olavo Bilac foi libertado logo após a aprovação do projeto de anistia para os presos e desterrados políticos pelo Congresso e a sanção de Floriano Peixoto. Em 5 de agosto de 1892, Bilac deixou a Fortaleza da Lage, enquanto seus amigos José do Patrocínio e Pardal Mallet, que estavam exilados na Amazônia,

³⁰O nome de Olavo Bilac aparecia no cabeçalho do jornal, ocupando o cargo de secretário, enquanto o nome de Pardal Mallet aparecia como redator-chefe de *O Combate*.

³¹ “Luiz Murat”. *O Combate*, 12 abr., 1892.

³² SILVA. *Op. cit.*, p.172.

³³ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, pp. 153-154.

³⁴ Idem.

se preparavam para regressar para o Rio de Janeiro no mês seguinte. Bilac e Mallet, após essa experiência, voltaram à rotina de cronistas do jornal *Cidade do Rio*, no qual Bilac também contribuiu como redator-secretário até meados do ano de 1893³⁵. Logo, os presos e desterrados estavam livres, mas não isentos de serem perseguidos e vigiados pelo governo florianista.

Enquanto Olavo Bilac e outros literatos como Pardal Mallet e José do Patrocínio sofriam desterros e prisões, Coelho Netto, após sua demissão do governo de Francisco Portela, governador do Rio de Janeiro, foi acolhido pela redação do grande jornal *O Paiz* e nesse periódico iniciou sua nova série de crônicas intitulada *Bilhetes Postais*³⁶, que era composta de cartas assinadas por “N” e escritas em tom leve. Ao escrever essas epístolas, Netto priorizava abordar assuntos “aparentemente banais”, o que era uma estratégia para se mostrar teoricamente afastado dos últimos acontecimentos relacionados à política. Contudo, mesmo que de forma ambígua e cautelosa, Coelho Netto não deixou de comentar e de manifestar sua insatisfação com a repressão praticada pelo governo florianista³⁷. Nesse mesmo período, Luís Murat, que além de literato era deputado, assumiu a redação de *O Combate* e deu continuidade ao objetivo inicial da folha: fazer oposição a Floriano Peixoto. Com o decreto de anistia publicado, aos poucos os literatos voltaram às suas atividades na imprensa fluminense, mas a polícia não tirou os olhos de cima daqueles que eram considerados intelectuais suspeitos, o que exigiu cautela dos escritores durante o processo de escrita.

Embora fossem perseguidos, era com o exercício da literatura que os intelectuais daquele período assumiam eles mesmos a missão de construir um projeto para a sociedade, de pensar os rumos da nação e de tentar “civilizar” tanto os hábitos políticos quanto os hábitos sociais dos cidadãos daquela recém-proclamada República. Apesar da intensa represália, especialmente sobre aqueles que assumiram uma oposição à política florianista, os literatos buscaram estratégias para continuar atuando politicamente através dos seus escritos. Assim, por meio da literatura muitas vezes publicada em jornais, eles continuavam a “difundir suas

³⁵ Olavo Bilac permaneceu na redação do jornal *Cidade do Rio* do dia 4 de fevereiro de 1893 a 18 de setembro do mesmo ano. Ver em: DIMAS, Antonio. **Bilac, o Jornalista: Crônicas**. Vol.2. São Paulo: Imprensa Oficial, Editora Unicamp, 2006, pp. 557-558.

³⁶ O conjunto de crônicas da série “Bilhetes Postais” foi organizado por Ana Carolina Feracin em uma edição que conta com uma apresentação geral da série e informações sobre os assuntos abordados nas crônicas de “N”, pseudônimo adotado por Coelho Netto. Coelho Netto. **Bilhetes Postais** (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva); Campinas: Cecult/Mercado de Letras, 2001.

³⁷ “[...] o estilo que Netto vinha construindo cotidianamente para seus “Bilhetes Postais” permitiu que ele fizesse da coluna um espaço no qual poderia expressar suas críticas mais imediatas sem que isso o tornasse suspeito ao regime, como foram acusados os redatores de *O Combate*. [...] Esta ambiguidade construída por Coelho Netto para os “Bilhetes Postais” permitiu que ele pudesse expressar mais uma vez a sua insatisfação com o governo florianista”. SILVA. *Op. cit.*, pp. 185-186.

discussões e seus projetos de uma maneira formativa (...) não se conformando com o “simples registro daquilo que viam no mundo das ruas”³⁸.

Em relação à imprensa, Olavo Bilac considerava que a atividade de um jornalista era menos importante, pois os seus escritos tinham somente o objetivo de informar a sociedade, mas, em contrapartida, a escrita de um literato tinha uma função formativa, ou seja, ela era capaz de transformar a sociedade de acordo com os ideais do próprio literato³⁹. Assim, em razão de entenderem que a atividade literária era um meio de intervenção social e que os escritores eram os principais agentes de transformação da sociedade, os literatos persistiram na ideia de comentar e atuar no mundo do qual faziam parte através de seus escritos. Entretanto, eles não insistiram apenas por esse motivo, mas também porque se preocupavam com a sua autoimagem, o que os levou a afirmarem que possuíam “uma posição especial na sociedade”⁴⁰. Nesse sentido, os intelectuais daquele momento se viam portadores da “missão” de construir “um outro padrão de nacionalidade”⁴¹ e responsáveis pelos rumos do país. Assim, eles continuaram escrevendo sobre política, pois acreditavam que esse era um dos papéis da literatura.

No entanto, Nicolau Sevcenko⁴² e Jeffrey Needell⁴³ afirmaram, em suas respectivas obras, que a literatura escrita na virada do século possuía o desejo de desenvolver-se conforme os padrões franceses. Segundo eles, os literatos da Belle Époque deixaram de se preocupar com política e passaram a escrever uma literatura “estéril em suas relações com o contexto brasileiro”⁴⁴. Para esses autores, tal orientação estaria presente também no modo como a elite carioca buscava introduzir em sua vida social urbana os aspectos culturais europeus, sobretudo os franceses. Segundo Needell, o gosto do leitor seguia a moda e, por isso, literatos como Olavo Bilac, João do Rio e Coelho Netto acataram o gosto do público carioca e abandonaram a literatura enquanto um espaço de militância. Needell conclui que tais escritores teriam adotado as formas europeias de criação literária para vender à elite carioca seus escritos.

Sendo assim, é possível afirmar que, para Nicolau Sevcenko e Jeffrey Needell, a “caracterização da literatura produzida no Rio de Janeiro na *belle époque*: era leve e centrada na produção prazerosa da vida de elite para distingui-la dos comuns e imitando, sobretudo, a

³⁸PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 42.

³⁹ SILVA. *Op. cit.*, pp.39-40.

⁴⁰ PEREIRA. *Op. cit.*, pp. 30-34.

⁴¹ Idem.

⁴²SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴³ NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁴⁴ SILVA. *Op. cit.*, p. 23.

literatura francesa”⁴⁵. Desse modo, para esses dois autores, Olavo Bilac escreveu frivolidades, abandonou a militância política e deu ênfase às “questões estilísticas e formais” em sua literatura na *Belle Époque*⁴⁶. Contudo, ao fazer uma análise das crônicas de Bilac publicadas na *Gazeta de Notícias* a partir de 1893 e escritas depois da situação dramática vivida no governo de Floriano, por exemplo, pode-se contestar a ideia de abandono do comprometimento político com a sociedade e da militância literária por parte desse intelectual. O Olavo Bilac que militou pela abolição e pela República continuou pensando a política em sua literatura, pois se importava com a realização de discussões sobre assuntos relacionados à sociedade. Entre os assuntos tratados pelo autor, estavam as mulheres, a imprensa, os problemas sociais e políticos, mesmo quando, aparentemente, ele parecia tratar de trivialidades do cotidiano. Isso pode ser comprovado, pois, na série *Chronica Livre*, nos textos assinados posteriormente como “Fantasio” ou ainda em folhetins para o rodapé da *Gazeta de Notícias*, publicados respectivamente entre os anos de 1893 e 1894, é possível encontrar um literato que, mesmo ainda sofrendo com a vigilância do governo, mostrava-se disposto a debater temas como política, liberdade de imprensa e trabalho intelectual, não apenas um escritor que seguia a moda europeia e visava ao consumo da elite carioca, como alega Jeffrey Needell. Assim, este trabalho tentará analisar quais estratégias foram adotadas por Bilac na série *Chronica Livre* para que ele continuasse tecendo críticas políticas naqueles tempos de censura e perseguição.

2.2 – Olavo Bilac e a *Gazeta de Notícias*

Ao regressar para o Rio de Janeiro, em agosto de 1893, após o turbulento período de prisão, Olavo Bilac decidiu retornar para a redação da *Gazeta de Notícias*, mesmo depois de quase três anos da sua última colaboração para esse jornal. A primeira participação de Bilac na *Gazeta de Notícias* ocorreu em 24 de abril de 1890 com a publicação de uma crônica no centro da primeira página. Entretanto, nessa primeira fase, ele publicou apenas textos esporádicos para o jornal, colaboração que rapidamente interrompida por conta de uma viagem que o autor fez no dia 10 de junho de 1890 para Paris, onde se tornou correspondente do jornal *Cidade do Rio*⁴⁷.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ SILVA. *Op. cit.*, p. 25.

⁴⁷No dia de seu embarque, a *Gazeta de Notícias* publicava uma nota dizendo: “Segue hoje para a Europa, onde vai ser correspondente da *Cidade do Rio*, Olavo Bilac. Não há no mundo das letras quem não conheça e não tenha apreciado o moço glorioso que em diversos jornais e ainda ultimamente na *Gazeta de Notícias*, deu as mais brilhantes provas do seu talento e engenho literário. Vemo-lo partir com a mágoa de quem perde um vibrante colaborador, mas essa mágoa é, em parte, suavizada pela certeza que temos de que, na sua nova posição, aquele

Os primeiros escritos de Olavo Bilac para a *Gazeta de Notícias*, eram crônicas eróticas, o que deixou evidente uma “associação naturalista entre o erótico e a natureza”⁴⁸. Depois da ausência, em 1893, Olavo Bilac encontrou uma nova oportunidade de ser colaborador da *Gazeta* com a série *Chronica Livre*.

Em 1893, a *Gazeta de Notícias* ainda era um dos maiores jornais da cidade, por isso ela atraía para a sua redação grandes nomes da literatura e do jornalismo da época. Ao lado dos grandes jornais do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Comércio* e *O Paiz*, a *Gazeta*, na década de 1890, atingiu uma tiragem de 40 mil exemplares diários. Entre seus colaboradores, estavam renomados homens de letras, inclusive Machado de Assis, que contribuiu como cronista da folha até meados de 1897. Um dos grandes atrativos do periódico era a boa remuneração dada aos seus colaboradores, a qual era uma forma de reconhecimento do trabalho desses homens de letra que compunham aquela redação. Assim, inúmeros folhetins, contos, novelas, poesias e crônicas eram publicados diariamente no jornal fundado por Ferreira de Araújo em 2 de agosto de 1875.

Entre toda a literatura divulgada pela *Gazeta*, também estava a série *Chronica Livre* de Bilac, que foi publicada entre 22 agosto de 1893 e 9 setembro de 1894. Por desejar viver da literatura, Olavo Bilac aceitou o convite para compor a redação da *Gazeta de Notícias* e, em 22 de agosto de 1893, o jornal divulgou sua chegada, ou o retorno do cronista ao jornal, e afirmou que ele iria abrilhantar suas páginas com uma coluna provocativamente intitulada *Chronica Livre*⁴⁹. A partir desse momento, Bilac se tornou o responsável pela publicação da mais nova série de crônicas de um dos periódicos mais populares da cidade.

Dessa forma, por ser um jornal de grande circulação, vendido a preços módicos, a *Gazeta* se tornou conhecida tanto pelo incentivo que dava à literatura quanto pela abertura que dava em suas páginas a campanhas políticas nacionais de destaque, como a abolição⁵⁰, e durante

espírito ainda mais se desenvolverá, pela convivência com o que de artes e letras se tem de mais requintadamente apurado.” *Gazeta de Notícias*, 10 jun., 1890, p. 1.

⁴⁸ João Rodrigo Araújo Santana analisa as crônicas de Olavo Bilac publicadas na *Gazeta de Notícias* entre os meses de abril a junho de 1890. SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA: 2013, pp. 139-140.

⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, 22 ago., 1893.

⁵⁰ Durante o processo de modernização da imprensa brasileira, ocorrido a partir dos anos de 1870 no Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* se destacou como um jornal que se organizava como uma grande empresa e que se pretendia popular e acessível ao maior público possível. Uma de suas marcas era o incentivo dado pelo jornal à literatura. Com o progresso das técnicas gráficas, que colaboraram para a criação de uma grande imprensa no Brasil, a *Gazeta de Notícias*, aos poucos, conquistaria seu espaço na imprensa brasileira, colocando ao alcance do grande público “não só notícias, colunas de atualidades, políticas, piadas, como também as artes e, principalmente, a literatura”. Com essa abertura de espaço para as letras dentro do jornal, a *Gazeta* tornara-se uma grande referência para os

dezesseis anos, entre 1893 e 1908, Olavo Bilac foi seu colaborador. Em uma crônica publicada no dia 2 de agosto de 1903, data do aniversário de vinte e oito anos do jornal e seis anos após assumir a série semanal de Machado de Assis na *Gazeta*, Bilac confessou o desejo que os literatos tinham de fazer parte da redação daquela folha e disse como era a sensação de fazer parte de um periódico de importância reconhecida na imprensa brasileira. Nessa crônica comemorativa, Bilac narrou a importância da *Gazeta de Notícias* no final do século XIX,

É que a *Gazeta*, naquele tempo, era a consagradora por excelência. Não era eu o único que a adorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa. Não era o dinheiro que queríamos: queríamos consagração, queríamos fama, queríamos ver o nosso nome ao lado daqueles nomes célebres.⁵¹

A partir das palavras do próprio Bilac, é possível considerar que a entrada definitiva do literato para o corpo de redatores da *Gazeta de Notícias* foi um momento de consagração profissional. Além de lembrar seu sonho adolescente de querer ter na *Gazeta* seu “dia marcado, o [seu] cantinho de coluna, o [seu] palmo de posse”, Bilac também recordou que sua geração “desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho”. Ainda que a *Gazeta de Notícias* remunerasse os literatos pela colaboração⁵², os jovens escritores como Olavo Bilac almejavam fazer parte daquela redação porque esse jornal contava com “homens de letras” importantes, como “Eça de Queiroz, Machado de Assis, Ramalho Ortigão, além de tantos outros”⁵³.

Bilac iniciou suas atividades na imprensa, em 1883, em jornais como a *Gazeta Acadêmica*, a *Gazeta de Sapucaia* e o *Vassourense*. Nesses periódicos, ele já militava pela profissionalização dos intelectuais e, diferentemente do que mostra a sua citação, lutava pela a

literatos, dentre eles Olavo Bilac. A admiração deste literato pelo jornal ficaria evidente no ano de 1900, quando falecera o jornalista Ferreira de Araújo, dono e editor chefe do periódico. Em momento de muita tristeza para a imprensa brasileira, escritores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Lulu Sênior, Araripe Júnior, Julia Lopes de Almeida, Quintino Bocaiúva, Valentim Magalhães, Alberto de Oliveira, Lúcio de Mendonça, Filinto de Almeida, J. Verissimo e M.S prestaram as últimas homenagens ao prestigiado jornalista nas páginas da *Gazeta* publicada no dia 21 de setembro de 1900. Ver: BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Vício de Leitura, 2000; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009; RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2016; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁵¹ Olavo Bilac. “Chronica”. *Gazeta de Notícias*, 2 ago., 1903.

⁵² “(...) a folha propiciou a escritores quase desconhecidos espaço para que eles apresentassem ao público leitor seus trabalhos e ideias, contiguamente a autores de renome nacional e internacional, como Eça de Queirós, Émile Zola, Machado de Assis, Coelho Netto, entre outros. Propiciava, ainda, uma fonte de renda para os seus colaboradores.” VALE, Jackson de Souza. **Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n.]. Juiz de Fora, MG: 2011, p. 20.

⁵³ Idem.

valorização financeira do trabalho que exercia, ou seja, pelo recebimento de uma remuneração suficiente para que eles pudessem viver exclusivamente do ofício das letras⁵⁴. Nesse sentido, a remuneração pelo trabalho intelectual foi um dos temas mais abordados por Olavo Bilac durante sua carreira como cronista e, em uma das suas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*, ele escreveu:

Até hoje no Brasil, temos tido talento, mas não temos quase trabalho. Exceção feita de dois ou três escritores que, quando morrerem deixarão um espólio razoável de livros, - todos nós, aos vinte anos publicamos um volume de poesia ou de prosa, e deixamo-nos ficar parados, apodrecendo no marasmo de um emprego público ou vegetando na banalidade do jornalismo, - sem a preocupação de levar a efeito uma obra séria, pelo menos, que nos consuma a metade da vida, mas que nos dê o direito de morrer satisfeitos.⁵⁵

No século XIX, muitos literatos gozavam de prestígio na sociedade e parte desse sucesso era alcançado devido à presença constante deles nas páginas de jornais e revistas através da publicação diária de textos literários. Entretanto, esse prestígio social nem sempre estava associado a uma boa projeção econômica, o que fez com que muitos literatos, como Machado de Assis e Artur Azevedo, recorressem aos cargos públicos⁵⁶. Essa dificuldade de viver somente da escrita fez Olavo Bilac e Coelho Netto dividirem um sobrado, as despesas e até mesmo os livros entre 1889 e 1890⁵⁷. Quando o poeta parnasiano voltou para o Rio de Janeiro, após ter morado em São Paulo para cursar Direito, dividiu um apartamento com Coelho Netto e registrou esse momento da vida dos dois na *Chronica Livre* publicada no dia 12 de setembro de 1893. Nesse dia, a crônica foi uma crítica literária ao novo livro de Coelho Netto intitulado *A Capital Federal*⁵⁸, o qual foi escrito sob o pseudônimo de Anselmo Ribas, a assinatura mais conhecida do escritor:

É que eu e ele, em tempos de boemia alegre, quando tínhamos mais ilusões e mais esperanças do que hoje, morávamos dentro da mesma casa e do mesmo sonho, e projetávamos fazer construir, com a fortuna que nos dessem as letras, um vasto palácio, abrigando no bojo umas termas voluptuosas e amplas como as do teu tio. Sem querer, sem saber, reproduziste o sonho nosso na tua Capital Federal.⁵⁹

Nessa crônica, Bilac deixou evidente que a relação de amizade com Netto era estreita e que ambos partilhavam do mesmo sonho: viver das letras. Após comentar sobre a *Capital*

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Olavo Bilac. "Chronica Livre". *Gazeta de Notícias*, 15 fev., 1894, p. 1.

⁵⁶ PEREIRA. *Op. cit.*, pp. 3-36.

⁵⁷ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 103.

⁵⁸ NETTO, *op. cit.* p. 22.

⁵⁹ O.B. "Chronica Livre". *Gazeta de Notícias*, 12 set., 1893, p. 1.

Federal descrita por Anselmo Ribas e compará-la com a verdadeira situação do Rio de Janeiro, Olavo Bilac usou o tema para criticar o estado de sítio declarado e os bombardeios da Revolta da Armada. Ao iniciar a crônica, ele afirmou que a “política e esta República são como o Cristo da anedota célebre: Não lhe toques, Magdalena, não lhe bulas, que é pior!”. Ao usar o chiste, Bilac pareceu dizer ao seu leitor que a República e a política eram como uma aposta no vazio, ou seja, uma ilusão. Ele cita a passagem da Bíblia em que Maria Madalena não pode tocar em Cristo, pois ele está ressuscitado, e isso alude que a república estava ausente e não podia ser tocada porque estava invisível. Logo, para o autor, no momento da escrita da sua crônica, no dia 12 de setembro de 1893, a república estava intocada diante das crises políticas.

Outra questão apontada por Bilac nessa mesma crônica é que os homens de letras daquele momento eram “homens de coragem real que, entre o terror de uns e a estupidez de outros, ainda vos dais ao trabalho de percorrer estas linhas, enquanto os canhões-revólveres trovejam no litoral...”⁶⁰. Para o cronista, esses homens de coragem estavam representados na imagem do personagem Dr. Gomes de Almeida, que foi retratado no do livro *Capital Federal*, de Anselmo Ribas. Em uma crônica, Bilac cita ainda outros “homens de coragem” sintetizados na personagem do livro:

Coelho Netto, a tua alma, em que a fantasia fez ninho, está dentro do Dr. Gomes! Está dentro dele o teu sarcasmo gelado, Mallet! Está dentro dele o teu lirismo de ouro, Guimarães Passos! Estão dentro dele o teu arreganho de herói, Luiz Murat. Mestre do verso, e a tua ironia de aço, Machado de Assis, mestre da crônica!⁶¹

Bilac, assim como os seus companheiros que foram surpreendidos pela repressão do governo florianista, dava pistas de que continuava a entender a literatura como um espaço para pensar a sociedade, mesmo em tempos melindrosos. Dessa forma, é viável concluir, assim como apontou Feracin, que a literatura brasileira da última década do século XIX não estava desligada das questões políticas e sociais⁶². Um dos indícios disso é a *Chronica Livre*, série que evidencia o quanto Olavo Bilac insistiu em abordar a política, a liberdade de imprensa e outros temas sociais candentes mesmo depois da sua experiência com a perseguição florianista. Ou seja, enquanto o presidente Floriano Peixoto intensificava a sua perseguição aos intelectuais opositores do seu governo, a *Gazeta de Notícias*, jornal que se autoconsiderava imparcial, isto

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² SILVA, *Op. cit.*

é, sem vínculos partidários⁶³, convidava Bilac para colaborar como cronista em suas páginas e escrever, entre outros assuntos, sobre política. Antes da estreia da *Chronica Livre* na *Gazeta de Notícias*, a folha já se posicionava criticamente frente às práticas políticas de Floriano Peixoto e, no ano de 1892, quando foi publicado o *Manifesto dos Generais*, a *Gazeta* marcou esse posicionamento nas seções *A Situação e Verdades*. Na edição do dia 8 de abril, em *Verdades*, o jornal questionou o papel e a influência dos militares na política brasileira:

[...] Mas o que foi o movimento de 23 de novembro, movimento que aplaudimos e louvamos, senão mais um ato do que se chama o militarismo? Depois de 23 de novembro, em que tem consistido a política do governo, senão em desviar a força pública das suas verdadeiras funções, chamando-a agir, não como sua auxiliar para manter a ordem e as instituições, mas como seu agente e representante na política local dos Estados?⁶⁴

A *Gazeta de Notícias* direcionava suas críticas à política de Floriano Peixoto ao cobrar, especialmente, a manutenção da constitucionalidade no país. Além de desejar que a política brasileira voltasse “ao seu eixo natural e legítimo”⁶⁵, a redação da *Gazeta* repudiava a participação da “classe militar” nas decisões políticas. Além disso, na edição publicada no dia seguinte, 9 de abril, a seção *A Situação* comentou sobre a “fiel e exata aplicação da lei”⁶⁶. Logo, parece claro que o modo como o Governo Federal lidou com a carta dos treze generais incomodou a *Gazeta de Notícias*, que, naquela coluna, criticou a ilegalidade do governo, pois “entre os generais havia representantes da nação, que [tinham] o pleno direito de fazer as publicações que [julgassem] convenientes”⁶⁷. Ao ler brevemente algumas edições da *Gazeta de Notícias* de 1892, observa-se que, apesar da suposta “neutralidade” alardeada pelo jornal, essa folha se posicionava contra as atitudes do governo de Floriano Peixoto, inclusive cobrava “a correção ou a justificação”⁶⁸ de todos os atos do governo após a saída de Marechal Deodoro.

Sendo assim, a *Gazeta de Notícias* decidiu abrir sua redação para a publicação da *Chronica Livre* de Bilac, que se juntou ao coro de críticas já feitas pelo jornal. Ademais, o fato de essa abertura ter sido feita para um intelectual, recentemente preso pelo regime, defender na sua literatura a liberdade de expressão da imprensa tem um grande significado político.

⁶³ A *Gazeta de Notícias* se considerava um jornal imparcial e não partidário. A autora Ana Flávia Ramos diz que, embora a *Gazeta* não fosse partidária, nem por isso era neutra ou deixava de encampar lutas políticas. Ver artigo: RAMOS, Ana Flávia Cernic. **A política imperial nas “Cousas Políticas” e nas “Balas de Estalo da Gazeta de Notícias: o jornalismo dos últimos anos da monarquia (1883-1884)**. História e Cultura, v. 3, p. 7, 2014.

⁶⁴ “Verdades”. *Gazeta de Notícias*, 8 abr., 1892, p. 1.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ “A Situação”. *Gazeta de Notícias*, 9 abr., 1892, p. 1.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Ibidem.

Nesse sentido, por que, em um momento de repressão, Olavo Bilac decidiu inaugurar uma nova série de crônicas na *Gazeta*? O que o título *Chronica Livre* e a sua temática central tinham de provocativo? Entre tantas perguntas, o factível pressupor que não deixava de ser extremamente provocativa a escolha de tal título. Portanto, a leitura e a análise dessa série ajudam a entender como a militância e a crítica política de Olavo Bilac não estiveram ausentes na atividade literária que ele realizou naquele momento.

2.3. A *Chronica Livre* de Olavo Bilac

A série intitulada *Chronica Livre* foi publicada na *Gazeta de Notícias* entre 22 de agosto de 1893 e 9 de setembro de 1894 e é formada por 78 crônicas. Ela não era publicada em dias fixos, não apresentava muita regularidade, mas, em geral, aparecia quatro ou três vezes por semana⁶⁹, ocupava sempre a primeira página do jornal, estava localizada bem no centro da folha⁷⁰ e era assinada com as iniciais O.B ou com o nome Olavo Bilac. Nessa coluna, o cronista ficou responsável por comentar e opinar sobre os diversos assuntos diários da cidade do Rio de Janeiro. Outrossim, é importante destacar que, ao longo da semana, a *Chronica Livre* de Bilac dividia as páginas do jornal com outros renomados literatos, entre eles, Machado de Assis, o qual era responsável pela série *A Semana*⁷¹, que saía aos domingos desde abril de 1892. Também é importante evidenciar que pela *Chronica Livre* circularam os mais diferentes temas. Nela, o cronista fez críticas ao momento político do país, comentou sobre os maus tratos dispensados às crianças em orfanatos, preocupou-se com os casos de cólera, fez críticas

⁶⁹ Ver a tabela de frequência das publicações nos anexos dessa dissertação.

⁷⁰ Durante o período estudado, 1892 a 1893, a *Gazeta de Notícias* veiculava em torno de 6 a 8 páginas todos os dias da semana. Entretanto, após a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, o jornal começou a publicar um número reduzido de páginas, 4 por dia. O espaço das duas primeiras páginas era dedicado especialmente para as Notícias vindas do exterior, que chegavam por meio de telegramas ou por cartas de correspondentes. Nestas primeiras páginas também eram usualmente publicados notícias e artigos sobre as instituições políticas brasileiras em colunas como “Diário do Congresso”. Também circulavam pelas primeiras páginas notícias gerais sobre o país e a cidade do Rio de Janeiro, bem como textos literários em forma de folhetins, contos ou crônicas. Anúncios e artigos publicados por leitores mediante pagamento se encontravam nas últimas páginas do jornal na seção “Publicações a Pedido”. Aos domingos a *Gazeta* publicava na primeira página e coluna a série “A Semana”, escrita por Machado de Assis, responsável em escrever sobre os principais acontecimentos da última semana.

⁷¹ Sobre a coluna “A Semana” de Machado de Assis conferir BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017. BRITO, Maria Luzia A. e SILVEIRA, Daniela M. **A República Contada A Cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas de machadianas (1892)**. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº1, ago. 2016. GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

literárias, narrou os bombardeios do início da Revolta da Armada e perscrutou a arquitetura e os costumes da cidade de Ouro Preto no momento em que lá esteve, fato que mostra o quanto Bilac era um observador atento do cotidiano da cidade e das questões que marcavam o país naqueles anos⁷². *Chronica Livre*, entretanto, não foi a primeira coluna de crônicas produzida por Bilac, pois, cronista de longa data, ele já guardava certa experiência com a escrita do gênero. Uma vez que passou tanto pela imprensa paulista quanto pela carioca, Olavo Bilac, após consolidar sua carreira aos vinte e três anos como poeta, com a publicação de *Poesias* (1888), começou a se dedicar à atividade de cronista. Ele iniciou suas contribuições com crônicas publicadas a partir da década de 1880 no jornal *Cidade do Rio*, mas passou por variados periódicos, como a *Gazeta de Sapucaia*, o *Vassourense*, a *Gazeta Acadêmica* (RJ), *A rua*, o *Correio do Povo*, o *Diário Mercantil* (SP), a *Vida Semanária*, *A Quinzena* e *O Combate*⁷³. Apenas em 1893 ele chegou à redação da *Gazeta de Notícias*. Segundo Antonio Dimas, os mais variados assuntos passaram pela pena do cronista Olavo Bilac:

urbanização, saúde pública, defesa do menor, escândalos políticos, ingerência da Igreja no Estado, festas populares, carestia, segurança urbana, deficiência do transporte público, violência sexual, política internacional, emancipação feminina, lançamentos literários, penúrias do funcionalismo, crueldade contra crianças ou velhos, maus-tratos de animais, invasão da privacidade ou ocorrências do momento⁷⁴.

Para Dimas, a crônica de Olavo Bilac se transformou gradualmente, pois, antes de 1893, o cronista se dedicou ao “humor forte e direto”, mas, dispensou “a fúria combativa” em suas crônicas posteriores. A justificativa de Dimas para a suavização do “impulso incendiário” de Bilac se dá “quando a *Gazeta de Notícias*, jornal burguês orientado para a informação e não para a disputa política, abre-lhe as portas”⁷⁵. Como mostrado anteriormente, apesar da “neutralidade” política almejada pela *Gazeta de Notícias*, a folha não deixou de se posicionar a favor da legalidade durante o governo do vice-presidente Floriano Peixoto. Ademais, além de noticiar a repercussão do *Manifesto dos Treze Generais*, as prisões e os decretos do presidente em 1892, a *Gazeta* cobrou uma justificativa e uma avaliação dos atos do Governo Federal. Logo, se a *Gazeta de Notícias* de fato fosse um jornal “orientado para a informação e não para a disputa política”, como afirmou Antonio Dimas, não teria aberto as suas portas para Olavo

⁷² Conferir, por exemplo, “Chronica Livre”, *Gazeta de Notícias*, nos dias 22 ago., 24 ago., 27 ago., 01 set., 12 set., 15 set., 07 nov., 10 nov., 13 nov., 22 nov., 1893.

⁷³ DIMAS, Antonio. **Bilac, o Jornalista: Ensaios**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Edusp, Editora Unicamp, 2006, p. 23.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 50.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 46.

Bilac publicar sua série, haja vista que ele era um intelectual preso e perseguido pela polícia florianista.

Assim, em 1893, agora num claro contexto de crise política e de acirramento das tensões com o governo de Floriano Peixoto, Olavo Bilac decidiu estruturar sua nova série em torno de uma temática fundamental: a liberdade de expressão. Nesse sentido, o título *Chronica Livre* evidenciava suas escolhas, mas, ao mesmo tempo, mantinha sentidos ambíguos para melhor proteger seu autor. Por um lado, a crônica podia ser “livre” no sentido de não apresentar temas obrigatórios, pois tratava sobre qualquer assunto ou banalidade do cotidiano. Outrossim, escrito ao “rés do chão”, o gênero cronístico pressupunha essa liberdade temática para vaguear pelos mais diversos eventos, desde os mais profundos e complexos aos mais inusitados abordados no jornal⁷⁶. Por outro lado, a liberdade indicada no título podia ser – e muitas vezes foi – sinônimo de uma reivindicação por liberdade de imprensa e de expressão frente a um governo autoritário.

Além disso, já na apresentação da série, na primeira crônica publicada na coluna *Chronica Livre*, Bilac indicou os possíveis sentidos dos textos que ali seriam publicados. A partir de um tema aparentemente banal, embora fosse um dos assuntos mais comentados no jornal naquela semana, o caso dos frontões foi o mote da apresentação dessa nova série de Bilac⁷⁷. Essa primeira crônica comentava as partidas do jogo de pelota com apostas, o que naquele momento gerava conflitos sociais, como a exploração de menores. O resultado dessa polêmica, em 1893, foi a produção de um relatório emitido pelas autoridades policiais, que exigia o fechamento dos frontões. Segundo esse relatório, os jogos de apostas eram considerados uma prática que afrontava os bons costumes⁷⁸. O caso movimentou as ruas e as páginas da imprensa do Rio de Janeiro, além de ter aparecido até mesmo em obras como *O Tribofe*, de Artur Azevedo⁷⁹. O.B., como ele assinava os textos da *Chronica Livre*, também

⁷⁶ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: _____ et, al. **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁷⁷ Em 1892 chegava ao Brasil, por meio dos imigrantes, o jogo da pelota, sendo os próprios estrangeiros os responsáveis em construir o primeiro espaço para as partidas. O lugar usado para a atividade ficou conhecido como “Frontão Brasileiro”. Na capital carioca podia-se encontrar vários frontões, sendo eles: o Frontão Boliche Nacional, o Frontão Fluminense ou Coliseu Lavradio, Electro Ball, o Municipal e o Frontão Catete. MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 – 1920)**. Dissertação de mestrado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004.

⁷⁸ No final do século XIX, os frontões eram conhecidos como casa de jogos. Na edição do dia 22 de agosto de 1893, a *Gazeta de Notícias* trazia a discussão a respeito do “Frontão Brasileiro” em várias colunas como: “Frontão Brasileiro” assinado por *A moralidade*; “O caso do Frontão” por J. C. Lima Drummond; e “Frontão” compartilhado do Editorial da *Cidade do Rio*.

⁷⁹ Em “O Tribofe” peça lançada por Artur Azevedo em 1892, o autor descreve uma cena do jogo de pelota que se passou no Frontão Fluminense: “Tribofe. - É verdade! Um joguinho esplêndido para o tribofe! Com uma pelota chamba um delantero pode arranjar uma boa maquia! Não há receio de que o zagueiro faça uma boleia! Que jogão! Mas desconfio que a Polícia qualquer dia mete o bedelho na cancha, e acaba com tudo aquilo!”. AZEVEDO, Artur.

comentou o assunto e o aproveitou para tecer críticas a Floriano Peixoto, o que delineou, de certa forma, o “programa”⁸⁰ de sua nova série de crônicas para a *Gazeta de Notícias*. Logo na abertura da série, é possível notar a presença das críticas elaboradas por meio da ironia, pois, naquele momento, a perseguição policial não era somente “contra o jogo, pregando a cruzada contra os vícios”⁸¹, mas também era contra intelectuais, jornalistas e toda imprensa que manifestasse opiniões contrárias ao governo. Assim, percebe-se que, para Bilac, o caso do frontão significou também mais um ato de restrição aos direitos dos cidadãos:

Santo Deus! Por que não hei de eu ter o direito de jogar o dinheiro que me pagam por este artigo, se tenho o direito de jogar a vida, continuando a ser cidadão brasileiro neste infável regime de revoluções e golpes de Estado? Pouco importa à polícia a minha opinião: também não é para impugnar a sua que abro a este caso a primeira página do meu registro diário.⁸²

Naquela conjuntura política, o cronista argumentou que o direito de jogar apostado era apenas mais uma liberdade que estava sendo tirada do cidadão carioca. Mais do que isso, a crítica de Olavo Bilac estava totalmente direcionada a à Floriano Peixoto uma vez que o “golpe de estado” citado na crônica poderia ser uma referência ao fato de o vice-presidente haver desrespeitado a Constituição ao se manter no poder e não convocar novas eleições presidenciais após a saída do Marechal Deodoro da Fonseca. Ao abordar o assunto de modo tão direto, Olavo Bilac ainda ironizou a pequena importância que a opinião dele tinha para as autoridades florianistas, mas começou a dar indícios sobre os rumos que a sua *Chronica Livre* iria tomar diante daquele conturbado cenário político. Logo, é evidente que o caso do frontão foi apenas um pretexto para Bilac fazer referências ao Governo Federal.

Contudo, para o cronista, havia na cidade e no país questões mais importantes para serem fiscalizadas do que o jogo de pelota, as quais não recebiam a mesma atenção por parte dos policiais. Entre os muitos problemas mercedores da atenção das autoridades, estava o caso dos abrigos de menores, que exploravam as crianças e não eram controlados regularmente pela polícia. Nesse sentido, ao descrever o relatório que decretava o fechamento dos frontões, Olavo Bilac destaca que uma das grandes preocupações das autoridades deveria ser as crianças que, ao invés de estarem nas salas de aula, estavam participando dos jogos: “E é para,

O Tribofe. Rio de Janeiro, 1892. Disponível em: Biblioteca Virtual Brasileira, <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37189>>. Acesso em 20 jun., 2019.

⁸⁰ Sobre isso ver mais em: PEREIRA. *Op. cit.*

ASSIS, Machado de. **História de quinze dias**. Organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

⁸¹ “Chronica livre”. *Gazeta de Notícias*, 22 ago., 1893, p.1.

⁸² Idem.

principalmente, roubar as bocas ávidas dos meninos a fonte envenenada dessas perniciosas tentações, que a polícia exige o fechamento imediato desses antros de perdição”⁸³.

Em razão de receber pouco apoio político, o presidente Floriano Peixoto, no momento da estreia da *Chronica Livre*, estabelecia a ordem do país controlando toda a imprensa, mas não apenas. Nesse contexto, pode-se considerar que Bilac, ao afirmar que a sua opinião pouco importava para a polícia, estava ironicamente criticando as intensas vigílias policiais que ele e seus colegas escritores enfrentaram em 1892. Dessa forma, Olavo Bilac, quando se refere ao descumprimento das leis sobre os frontões, parece ironizar o modo como a Constituição Brasileira não foi seguida por Floriano Peixoto, que se manteve no poder ao invés de convocar novas eleições presidenciais. Nesse sentido, o escritor aconselhou ironicamente: “e é bom que cada um de nós fique com o seu modo de pensar, porque é destas mútuas tolerâncias que nascem a harmonia das esferas e a paz entre os homens”⁸⁴. Entretanto, essa postura de silêncio não foi adotada pelo cronista na *Chronica Livre*, espaço que foi usado por ele para expor seu modo de pensar, mesmo que a partir do uso da ironia para que os florianistas pensassem que ele não estava fazendo nenhuma afronta.

Logo, na série de crônicas *Chronica Livre*, tudo o que Bilac parecia querer era reivindicar um espaço de liberdade de opinião na imprensa, liberdade para pensar e para criticar, se necessário fosse, as atitudes políticas do governo e das instituições. A partir desse viés, ainda sob censura ou sob a vigilância que pairava sobre a imprensa, ele buscou fazer isso por meio de alguns artifícios literários, como a ironia, a metáfora e a sátira. Talvez a série de Bilac não possuía a total liberdade de expor opiniões sobre o cotidiano da época, como o título sugere, mas, ao escolher o nome *Chronica Livre* para sua coluna na *Gazeta de Notícias*, Bilac, na verdade, reivindicava esse direito. Nessa série, o uso da ironia foi uma das primeiras estratégias utilizadas pelo escritor, como fica evidente já na primeira crônica da série, quando ele comenta que as autoridades políticas manuseavam os códigos de leis em favor dos próprios interesses:

A polícia lucra tanto fechando os Frontões para a moralização dos meninos vadios, quanto lucram os pais que, para lhes extirpar os vícios, os privam de gravuras obscenas. O mal está no sangue, na educação anterior. Fechados os Frontões, os meninos jogarão a mosca e o cunho ou coroa. E terá graça, afinal, que, para evitar que meia dúzia de rapazes vadios vá perder diariamente nas casas de jogo meia dúzia de notas de dois mil réis, fiquem privados de jogar os que jogam o seu dinheiro, os responsáveis, os maiores, os livres, - contra cujos vícios, tão respeitáveis como as mais respeitáveis virtudes, se invocam

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

as disposições de um código penal, feito, como todos os códigos, para ser violado por quem aplica, e aplicado contra quem não pode violar...”⁸⁵

No trecho final dessa crônica, Olavo Bilac chama a atenção do leitor quando relaciona o ato de jogar com a liberdade, pois, para o escritor, os homens “livres” e “responsáveis” deveriam possuir o direito de jogar o que quisessem e como tivessem vontade. Ou seja, a crônica de abertura já demonstrava que a temática sobre liberdade estaria presente naquela seção assinada por Olavo Bilac. Além disso, o recado que ele parecia querer passar para seus leitores era lembrar que uma das “mais respeitáveis virtudes” era seguir os “códigos”, isto é, as leis. Logo, Bilac abordava a importância da legalidade e da liberdade ao apontar a contradição do que estava sendo feito pelo governo de Floriano Peixoto.

Na véspera de eclodir a Armada, Olavo Bilac iniciou ironicamente a crônica do dia 28 de agosto com as expressões: “o sossego destes dias calmos” feitos para “reflexões inofensivas”. Ademais, o cronista relatou ser um domingo “molhado e cinzento”, que o fazia sentir uma “névoa melancólica”⁸⁶. Isto é, ele começa fazendo a crônica parecer trivial, pois descreve um domingo melancólico, caracteriza o som do sino da Igreja com “suas badaladas preguiçosas” e trata de sentimentos típicos de um domingo. Mas o contexto, ao contrário do que afirmava a crônica, não era nada trivial, uma vez que a melancolia não era a rotineira, e nem os tempos estavam calmos. Outrossim, após ler as páginas do livro *Les trophées*⁸⁷ e se deparar com o heroico personagem *El Cid*⁸⁸, Olavo Bilac confessou ao leitor que estava pensando no seu patriotismo, em política e especialmente na “eleição do presidente da república”⁸⁹:

A chuva continuava a cair. Continuei a olhar para dentro, imóvel na chaise-longue, fingindo dormir, para surpreender a conversa daquele par de pedaços de mim mesmo. Compreendi então que falavam de política. A leitura de Heredia inflama o meu patriotismo: e, ó singular! Ó estapafúrdia associação de ideias! Da eleição que, no poema de Heredia faz o velho Diego Laynez⁹⁰ do filho que o há de vingar e substituir, tinham os meus pensamentos caídos para a eleição do presidente da República...⁹¹

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1894, p. 1.

⁸⁷ Obra de José Maria de Heredia (1845-1905), poeta cubana naturalizada francesa, publicada em 1893.

⁸⁸ *El Cid*, foi um guerreiro que viveu no século XI na Espanha. O personagem aparece na história de “Heredia” e no romance “Tartarin de tarascon” de Alphonse Daudet, publicado em 1872 na França.

⁸⁹ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1.

⁹⁰ Diego Laynez foi um teólogo e jesuíta espanhol, responsável em substituir Inácio de Loyola como membro superior-geral da Companhia de Jesus, em 1558.

⁹¹ Idem.

Com ironia, Olavo Bilac caracterizou os assuntos políticos da história de Heredia como “estapafúrdia associação de ideias” na tentativa de demonstrar, em sua série de crônicas, que a política era descabida, ilógica. Essa sátira era usada para Olavo Bilac tentar esconder suas preocupações reais, pois aquele assunto sobre política despertava seu patriotismo. Entretanto, o cronista estava sim atento aos assuntos políticos e especialmente preocupado com a eleição presidencial, o que para ele se travava de uma discussão entre os personagens Cid e Sir John Falstaff⁹²:

Dizia o Cid: - Como queres tu, grosseiro beberrão, que o meu lugar fique vazio no comício dos que vão salvar a pátria e consolidar a sua felicidade, trazendo para o pleito eleitoral as suas convicções republicanas? Queres que me recolha a um silêncio criminoso, quando todos já estão dando a opinião, indicando o seu candidato, preparando a vitória do seu partido?⁹³

Nessa crônica, Olavo Bilac expressou suas opiniões a respeito das eleições para presidente da república por meio de um diálogo entre personagens admirados por ele. Cid era o guerreiro e herói do poema *Heredia* que ele estava lendo naquele domingo melancólico, enquanto Falstaff era um personagem de vários poemas de William Shakespeare. Na crônica, era como se cada um deles estivesse representando as ideias de Bilac, pois o que Cid dizia era o que estava ocorrendo naquela conjuntura: especulações acerca dos possíveis candidatos para a eleição presidencial, que deveria ocorrer em breve, uma vez que Floriano Peixoto não era um presidente da república legítimo:

Sir John Falstaff, neste ponto, riu mais alto, esvaziou mais quatro taças e cantou... Porque, dentro do meu espírito, sir John não falava, como nos poemas de Shakespeare: cantava, como na ópera de Verdi. E cantou, com uma voz em que ustalava a aza da ironia: “*Quando ero paggio Del Duca di Norfolk ero sottile*”⁹⁴...”. A voz de Cid trovejou outra vez: - Como? O bacharel Moreira Pinto quer que o presidente seja reeleito. Outros querem que o presidente seja novo. Tu que queres? Que quero eu?⁹⁵

Na crônica Bilac expressou um conflito entre opinar e não opinar, escrever ou não escrever, mas sua crônica não era livre? Então, por meio das sátiras, ele teceu suas opiniões a respeito das eleições naquele contexto:

- Meu pobre amigo! meu tolo amigo! meu entusiasmado amigo! que tenho eu com o teu patriotismo? Para que queres tu a minha opinião? olha como chove... Vê que preguiça anda no ar... Como é bom não ter opinião! Olha! se

⁹² *Sir John Falstaff* é um personagem criado por William Shakespeare.

⁹³ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1.

⁹⁴ Tradução: “Quando ele era pajem do Duque de Norfolk eu era magro...”.

⁹⁵ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1. (Grifos do autor!).

eu fosse obrigado a dizer o que penso, diria que estou de acordo com o bacharel Moreira Pinto...⁹⁶

Será que realmente Olavo Bilac estava de acordo com a manutenção de Floriano Peixoto na presidência? Não. Esse foi mais um traço da sua ironia para demonstrar um falso interesse pelo assunto e fingir não expor sua opinião, a fim de que isso não acarretasse graves consequências, como uma nova prisão. Além disso, por meio do personagem de Shakespeare, Bilac buscou demonstrar indiferença com os assuntos políticos, mas, caso fosse questionado pelas autoridades florianistas, concordaria com a permanência do Marechal Floriano na presidência. Assim, enquanto Falstaff tentava ignorar as questões acerca da política, ele acreditava que todos os outros políticos seriam iguais ao Floriano Peixoto:

Por que mudar de presidente? Este já nos conhece... Já o habituamos a contar com o nosso medo, com a nossa bravura, com as nossas virtudes, com os nossos vícios... Outro, que venha, terá de perder tempo a estudar-nos. Fique este mesmo, que este mesmo nos serve. Outro, que venha, virá fazer o mesmo que este faz. Olha: eles todos são bons...Shakespeare, o meu divino criador, quando me fez, fez-me para conviver com monarcas. Ando rolando com elas nas peças do meu criador! E conheço-os bem, meu tolo amigo... Que te importa a política? Estamos aqui abrigados dentro do nosso cronista; nosso cronista está deitado numa bela *chaise-longue*.⁹⁷

Isso tentou demonstrar que Olavo Bilac estava tranquilo e apreciava aquele melancólico domingo chuvoso, mas não. A mente de Bilac fervilhava a respeito daquelas questões políticas ao pensar se Floriano Peixoto iria ou não continuar na presidência. Após alguns dias, um novo estado de sítio foi declarado com o estouro da Revolta da Armada em 6 de setembro de 1893, o que criou um contexto político muito instável. Isso fez o cronista pensar que Floriano Peixoto não convocaria novas eleições e continuaria à frente do país, pois, apesar do novo regime republicano, a política não havia sofrido mudanças significativas, uma vez que a convivência com os monarquistas e o governo repressivo ainda eram realidade:

O Cid sumiu-se. Sir John dormiu. Eu dormi também. A chuva continuava a cair. Meus senhores! Não há nada como as reflexões de um dia de chuva para resolver uma crise política. Principalmente quando se trata de uma crise política do Brasil: canta-se a aria da indiferença, e está tudo acabado.⁹⁸

Olavo Bilac concluiu sua crônica com esse parágrafo, mas a crise política não estava resolvida, e muitas questões ainda iriam acontecer como o seu autoexílio. No meio de tanta

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷“Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p.1. (Grifos do autor!).

⁹⁸ Ibidem.

ironia, a falsa indiferença de Bilac fez muito barulho e gerou muitas consequências para ele, como a prisão em 1892, a fuga para Minas Gerais em outubro de 1893 e uma nova abordagem policial em 1894. Talvez, essa “indiferença” era um modo de continuar publicando nas páginas da *Gazeta de Notícias* apesar do cenário de censura. As eleições não aconteceram em 1893 e Floriano Peixoto ficou no poder até o fim do mandato, em novembro de 1894.

Sem a convocação de uma nova eleição presidencial por parte de Floriano Peixoto, o descontentamento da Marinha, da oposição e dos monarquistas aumentava a cada dia e, diante disso, no dia 6 de setembro de 1893, estourou a Revolta da Armada no Rio de Janeiro⁹⁹. Enquanto bombardeios ameaçavam toda a cidade carioca, o Exército se juntou ao Governo Federal para conter a Revolta, e a imprensa se agitou em torno da questão. Após o governo estabelecer o estado de sítio, em 10 de setembro, Olavo Bilac escreveu em sua *Chronica Livre*:

E hoje há quem use o título de barão ou de visconde, se bem que depois de quinze de novembro já não haja viscondes, e nem barões. E é justamente nisso que se parece esta crônica com os viscondes e os barões: continua a chamar-se – livre – como se não estivesse em estado de sítio. Que importa? Glorifiquemos a rolha... A imprensa tem necessidade de ser de quando em quando sufocada. Esses períodos de asfixia servem para lhe dar um repouso forçado: e durante esse repouso ela se fortalece, restaura a força esbanjada nas orgias da liberdade, e armazena de novo o fluido nervoso que dissipara, prolixamente, em artigos sem freio.¹⁰⁰

Com o seu texto, Olavo Bilac quis dizer que, uma vez que eles estavam vivendo o novo regime republicano, não havia a necessidade de exhibir títulos. Contudo, a chegada da República não anunciou nenhuma mudança significativa para a população brasileira, pois os títulos ainda tinham sua importância, assim como a liberdade de imprensa. Logo, a publicação dessa crônica foi mais um momento em que Olavo Bilac usou suas sátiras para tratar de política, ou seja, ao mesmo tempo em que se dizia proibido de falar, ele usava a crônica para criticar a censura imposta aos jornais. Assim, ao glorificar a “rolha”, Olavo Bilac lançou suas farpas num dos maiores jornais do país contra o “Decreto- Rolha”¹⁰¹, que foi promulgado em 23 de dezembro

⁹⁹ “Custódio de Mello romperá com o governo federal no dia 3 de setembro de 1893, por sentir-se lesado em suas pretensões políticas. O motivo, foi que o almirante planejava candidatar-se à presidente da república confiando na aprovação de um projeto da Câmara que incompatibilizava Floriano de concorrer ao cargo na próxima sucessão – o que foi imediatamente vetado por ele.”. SILVA. *Op. cit.*, p. 194.

¹⁰⁰ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 13 set., 1893, p.1.

¹⁰¹ “Determinava que os indivíduos que conspirassem contra a República e o seu governo, incitando por palavras, escritos ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar, fossem julgados militarmente por uma comissão nomeada pelo ministro da Guerra”. SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias**. Palhoça, RS: Editora Unisul, 2012, p. 98.

de 1889, um mês após a Proclamação da República. Para Bilac, o país estava vivendo “momentos históricos terríveis, durante os quais ouvir [era] melhor que falar”¹⁰².

Segundo o cronista, aquele momento pedia o silêncio dos escritores, dos jornalistas e de toda imprensa para que eles pudessem não apenas ouvir atentamente os tiroteios que estavam acontecendo, mas refletir e se organizar para reconstruir um novo ideal de sistema republicano. Porém, Bilac continuou insistentemente abordando e confrontando as atitudes do governo florianista ao disfarçar seu silêncio por meio desses momentos em que ele aparentava pedir silêncio. Olavo Bilac usou a metáfora da rolha e da garrafa de vinho para fazer sua crítica: a primeira era o governo, que buscava meios de silenciar toda a imprensa¹⁰³, e a segunda era os intelectuais, escritores e jornalistas que estavam lidando com repressão política:

Cabem cogitações filosóficas no bojo de uma garrafa, tão bem como no bojo de um crânio. Dentro da garrafa arrolhada, talvez o vinho esteja dizendo: - “O’ tu que me prendeste, espumante, dentro deste cárcere de vidro! Ó tu que, meu senhor absoluto, atarraxaste sobre minha paciência o jugo desta rolha que me oprime! Hoje, tu mandas e eu sou teu escravo... Mas, dia virá em que a tua própria mão me retire essa rolha. Beber-me-a voluptuosamente. E eu acenderei no teu sangue a loucura da embriaguez, e empolgarei o teu cérebro, e manietarei os pulsos. E então serei eu o teu senhor absoluto e tu serás o meu escravo!” Glorifiquemos a rolha, meus amigos! E reflitamos em paz, enquanto os obuses sibilam. Convém que aprendamos, á custa do terror das nossas mãos e do arrombamento dos nossos tetos, a condenar a passividade criminosa em que temos vivido, deixando que nos governem os que deviam ser governados por nós.¹⁰⁴

Apesar dos decretos e das ameaças que os intelectuais sofriam, caso conspirassem contra o governo de Floriano Peixoto, Olavo Bilac afirmava que, mesmo sendo obrigado a se manter em silêncio, continuaria pensando e problematizando conclusões acerca dos acontecimentos políticos, inclusive sobre a Revolta da Armada e os atos do Governo Federal. Para o autor, a rolha não matava as ideias, não as sufocava, ao contrário, elas apenas se intensificavam e se aprimoravam para, quando despertadas, embriagassem, causassem comoção e transformassem. Uma “rolha” não iria impedir o cronista de fazer suas “cogitações filosóficas”. Enquanto muitos de seus amigos, como Coelho Netto, estavam usando pseudônimos para tentar se “proteger” da censura, Olavo Bilac ainda escrevia na sua *Chronica Livre* e assinava seus artigos com as suas iniciais. Além disso, o autor chamava a atenção para o papel do presidente de uma república,

¹⁰² “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 13 set., 1893, p.1.

¹⁰³ *Gazeta de Notícias* em todas as edições trazia notícias sobre a Revolta da Armada e da Revolução Federalista, publicando todos os telegramas que Floriano Peixoto recebeu. No dia 24 de setembro de 1893, dias depois Armada deflagrada, a edição do jornal contava com a seção “Recrutamento” que informam os nomes dos homens convocados a servir as forças armadas na revolta.

¹⁰⁴ Olavo Bilac. *Gazeta de Notícias*. 13 set., 1893, p. 1.

pois acreditava que os cidadãos eram responsáveis por fiscalizar as ações do governo, não o contrário.

Também no dia 13 de setembro de 1893, Coelho Netto, sob o seu pseudônimo “N”, na série *Bilhetes Postais* de *O Paiz*, escreveu para seus leitores uma crônica também construída a partir de metáforas. Nela, um “oráculo” o aconselhou: “ser discreto é ser forte – e silencioso é uma grande armadura”¹⁰⁵. Abrigado numa folha considerada governista, Coelho Netto, amigo de Olavo Bilac e igualmente um dos alvos da repressão de Floriano¹⁰⁶, podia se manter seguro para publicar na imprensa quando seus amigos, como Pardal Mallet e Bilac, voltavam a ser perseguidos. Coelho Netto, como analisou Ana Carolina Feracin¹⁰⁷, usou o pseudônimo “N” para comentar os problemas políticos em suas crônicas e criou algumas estratégias literária, como versar sobre temas banais do cotidiano e, por meio desses, criar metáforas que comentavam indiretamente os problemas relacionados ao governo de Floriano Peixoto. Segundo Feracin:

Na verdade, o estilo que Netto vinha construindo cotidianamente para seus “Bilhetes Postais” permitiu que ele fizesse da coluna um espaço no qual poderia expressar suas críticas mais imediatas sem que isso o tornasse suspeito ao regime, como foram acusados os redatores de *O Combate*. Iniciada em 15 de maio, a série seria publicada em *O Paiz* entre 1892-1893 subscrita por “N”, um pseudônimo já usado pelo escritor nos anos anteriores quando assinava a série “A fumar” no *Diário de Notícias*¹⁰⁸.

A partir dos estudos dessa autora e os de Leonardo Pereira, observa-se que há semelhanças entre o modo como Coelho Netto conduziu sua série *Bilhetes Postais* e a forma como Olavo Bilac produziu sua *Chronica Livre* na *Gazeta* durante aquele período de intensas represálias à imprensa¹⁰⁹. Olavo Bilac não usava um pseudônimo como Coelho Netto, mas recorria, tal como o amigo, às metáforas literárias e a uma aparente banalidade dos assuntos escolhidos para tecer suas crônicas e críticas. Através do tom coloquial, engraçado e centrado em eventos “banais” do cotidiano, ambos cronistas conseguiam transmitir um descontentamento com as questões políticas da época. Segundo Feracin, Coelho Netto abordava ainda muitos temas femininos ou contava com a presença de personagens mulheres a fim de conquistar uma aparente neutralidade política e lhe assegurar “um espaço próprio de sobrevivência e expressão política”¹¹⁰ através da série em *O Paiz*.

¹⁰⁵SILVA, Ana Carolina Feracin. “Introdução”. In: NETTO, Coelho. **Bilhetes Postais**. *Op. cit.* p. 293.

¹⁰⁶ Idem, p. 16.

¹⁰⁷ Ibidem, pp. 7-26.

¹⁰⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Sonhos de Conquistador: Uma biografia de Coelho Netto**. Campinas, SP: 2000, p. 197 *apud* SILVA. *Op. cit.*, p. 186.

¹⁰⁹ PEREIRA. *Op. cit.*

¹¹⁰ FERACIN, Ana Carolina da Silva. “Introdução”. In: NETTO, Coelho. **Bilhetes Postais**, *op. cit.* p. 21.

Assim como Coelho Netto, Olavo Bilac buscava resistir na imprensa ao escrever para a *Gazeta*, uma vez que suas crônicas tratavam de assuntos cotidianos, que se tornavam uma brecha para ele abordar o governo e a revolta. Durante o regime de estado de sítio, no dia 16 de setembro de 1893, dias depois de estourar a revolta no litoral da capital federal, Olavo Bilac, por exemplo, comentou o suicídio de Manuel José de Soares, senador e banqueiro que havia perdido o filho recentemente¹¹¹. Para o cronista, esse caso passaria “quase em silêncio, sem grandes manifestações de pesar”¹¹², pois, naquele momento, os acontecimentos políticos eram o centro das atenções. Ao citar o suposto motivo da morte do senador, a perda precoce de um filho, Olavo Bilac lembrou seu público leitor dos muitos marinheiros e soldados que estavam perdendo suas vidas durante os bombardeios da Revolta da Armada:

Mas, justamente agora, este suicídio é eloquente como uma lição. Justamente agora, o desespero a que a morte de um filho arrastou este velho, clama alto como um protesto da bondade brasileira contra o horror dessas lutas de ambição e cruzeza. Cruzam-se balas. Morrem marinheiros e soldados. A milícia cívica, constituída pelos nossos pais, pelos nossos irmãos, pelos nossos filhos é mandada para os mais arriscados postos de combate. E há pais que, sabendo que esta luta só pode trazer amargura e descrédito para o Brasil, deixam que os filhos morram sem glória, anonimamente, estraçalhados por bombardas fratricidas...¹¹³

Na crônica do dia 16, ao escrever sobre “lutas de ambição e cruzeza”, Bilac reforçava que mais uma de suas crônicas seria sobre o Marechal Floriano Peixoto. Quando fez referência aos “bombardeios fratricidas”, ou seja, aos irmãos brasileiros que estavam se matando, ele argumentava que a disputa pelo poder entre Floriano Peixoto e Custódio de Melo estava gerando uma guerra de brasileiros contra brasileiros. Nesse sentido, Olavo Bilac demonstrou sua preocupação com os caminhos que o país estava seguindo sob o governo de Floriano: “Que alucinação, que loucura é esta que está sufocando o amor em todos os corações”, escreveu o cronista. Esse era o modo de o autor destacar que o presidente estava empurrando o país para uma guerra civil, isto é, era uma República genocida, que matava seus cidadãos com o aval do próprio presidente. Assim, por meio da notícia de um suicídio, Olavo Bilac criticou as ocorrências da revolta e demonstrou indignação com o fato de o país estar enviando homens para enfrentar um conflito armado com o objetivo de “conservar ou conquistar um poder que lhes não [cabia]”¹¹⁴. Logo, diante de um cenário de ameaças, como o desenhado nos dias da

¹¹¹ Para ver a notícia sobre o suicídio do ex-senador Manuel José de Soares: *Gazeta de Notícias*, 15 set., 1893, p. 2.

¹¹² “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 16 de set., 1893, p.1.

¹¹³ *Idem*.

¹¹⁴ *Ibidem*.

Revolta da Armada, em que a cidade ouvia, ao fundo, tiros e bombardeios, a *Chronica Livre* se consolidava como um espaço no qual Bilac expressava sua opinião política, utilizando a sátira e as analogias com as banalidades e notícias que movimentaram o cotidiano da cidade como armas.

O período de conflitos diretos exigia, no entanto, cautela, e, como estratégia, Olavo Bilac começou a se corresponder com seu público leitor ao longo de suas crônicas. Um exemplo de tal estratégia está na crônica de 20 de setembro de 1893, na qual Bilac usou o espaço da sua coluna para responder à carta de uma suposta leitora. Nessa carta, a leitora afirmava estar preocupada com a situação em que os literatos, jornalistas e escritores da imprensa se encontravam naquele momento de suspensão dos direitos políticos. Sobre essa missiva, Bilac escreveu:

Quem quer que sejas, tu que me escreves, ou moça e bela, ou velha e feia, e possa o teu interesse, no primeiro caso lisonjear o meu amor próprio de homem, ou, no segundo, acariciar apenas minha vaidade de escritor, beijo-te as mãos, já que não permitem que te beije os lábios em público e raso. Em pleno sítio, entre canhões que se esguelham numa grita alucinada, uma piedade cativante, uma comoção enternecedora, perfumam a tua carta. E os teus receios, a tua aflição, as tuas dúvidas, toda a tua bondade, alarmada pelo perigo que imaginas pairar sobre mim, dão-me pretexto para meia coluna de conversa despretensiosa. Não, minha querida amiga, não há, ou, pelo menos, não deve haver perigo nenhum a ameaçar-nos, a mim ou a qualquer dos outros que, como eu, carregam às costas o tetracórdio da poesia lírica ou a sinfonia da crônica literária. (...) não nascemos para a política, nem a política foi inventada para nós.¹¹⁵

Por meio da ironia, Bilac comentou que havia perigo de ele ser ameaçado por conta do estado de sítio, mas, um mês depois, em novembro, ele precisou fugir para Minas Gerais a fim de não correr o risco de ser preso novamente pelo governo de Floriano Peixoto. Certamente, quando essa crônica foi publicada, ele já sabia dos riscos e das ameaças que estava recebendo, por isso esse modo despretensioso e esse falso interesse em não querer comentar sobre os assuntos relacionados à política e à armada. Ademais, isso pode ser visto como uma manifestação de descrença para poder despistar as autoridades florianistas, ou seja, apenas um modo de resistir e não se calar diante do perigo.

Por outro lado, a crônica brincou com os sentidos da relação entre literatura e história e os ironizou porque concluiu que ele, enquanto poeta, tinha apenas o objetivo de “enfeitar as colunas do jornal e a vida da cidade”. Contudo, não era isso que a sua série de crônicas fazia, e o leitor bem sabia disso. Além disso, ao dialogar com o público feminino, Olavo Bilac usou a

¹¹⁵ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 20 set., 1893, p.1.

ironia para “tranquilizar” sua leitora a respeito das perseguições aos intelectuais, recorrendo novamente as estratégias que o permitiam expressar sua insatisfação com Floriano Peixoto, mas, atrás dessa ironia, certamente ele sabia dos perigos de uma nova prisão.

É interessante destacar que, ao longo da série, o escritor buscou dialogar com o público feminino, uma vez que o senso comum da época considerava que ele não tinha interesse pela política. Ao analisar a série *Bilhetes Postais*, de Coelho Netto, Ana Carolina Feracin também encontrou correspondências do cronista com suas supostas leitoras e concluiu que esse diálogo com as mulheres podia indicar uma estratégia, haja vista que os assuntos femininos pareciam estar afastados das questões políticas e sociais, visto que esses assuntos eram propriamente masculinos¹¹⁶.

No dia 13 de outubro de 1893, foi publicado um novo decreto, número 1565, que regulamentava os parâmetros da liberdade de imprensa durante o estado de sítio¹¹⁷. A partir daquele momento, ficou sob a critério do poder público o fechamento dos jornais e revistas que descumprissem os artigos previstos na nova lei. O jornalista Ferreira de Araújo, no dia 22 de outubro de 1893, escreveu o artigo *Uma Semana*, na *Gazeta de Notícias*, o qual comentava a respeito da proibição de divulgar na imprensa os boatos sobre os acontecimentos políticos. Segundo Ferreira de Araújo, os jornais estavam “chochos, porque nem a literatura os [salvava], pois que a revolta e a resistência a ela avassalaram por tal modo todos os espíritos e todas as atenções, [andava] tudo tão voltado para a política e para o bombardeio”¹¹⁸. Segundo ele, em um contexto de revolta, outros assuntos não interessavam mais aos leitores. A grande queixa do proprietário da *Gazeta de Notícias* era que o público tinha interesse somente pelos assuntos políticos naquele momento, entre eles a revolta e o direito constitucional, mas os jornalistas estavam proibidos de escrever a respeito desses assuntos. Segundo o dono¹¹⁹ da *Gazeta*:

Como esta crônica não pretende ter filhos, pois que, por moléstia ou alistamento, por Conceição ou por vilegiatura a bordo, não é de crer que o cronista deserte o seu posto por mais de uma semana, seria o caso de gastar de uma vez toda a pólvora, e dar a este bom público do Rio de Janeiro, tão boa pessoa, mas tão bisbilhoteiro, a satisfação de fornecer-lhe, uma bela manhã de domingo, uma vez só, uma crônica recheada de boatos. Oh! Os belos tempos dos boatos em letra redonda, os boatos editoriais, como os do *dizia-se ontem*, e os das mofinas, entre os quais predominavam as chapas inculcando ministério novo. Agora, o sujeito que dá o seu tostão e não depara aí tudo o que ouviu dizer na véspera no bonde, e no Paschoal, e no encilhamento, e por

¹¹⁶ SILVA. *Op. cit.*, p.186.

¹¹⁷ BRASIL. **Coleção de leis da República Brasileira**, 1893, p. 716.

¹¹⁸ “Uma Semana”. *Gazeta de Notícias*. 22 out., 1893, p. 1.

¹¹⁹ O artigo do editorial vem sem assinatura e suponhamos que seja de Ferreira de Araújo, por ele ser o redator-chefe da *Gazeta de Notícias*.

cima disso tudo mais alguma coisa saidinha do forno, o único consolo que tem, é descompor o jornalista, porque tem medo, como se ele, leitor, não tivesse também o preciso para isso. E os jornais são chochos, porque nem a literatura os salva, pois que a revolta e a resistência a ela avassalaram por tal modo todos os espíritos e todas as atenções, anda tudo tão voltado para a política e para o bombardeio, que bem pode um pobre cronista de ocasião tentar idílios as tranças louras e aos olhos lânguidos de alguma Madona fugida das iluminuras de um missal, bem pode cantar a música da paixão a mais exaltada, e esperar que cada *couplet* amoroso responda um estribilho de beijos; é contar como certo que em troca receberá notícia de quantas arrebetaram dentro de Villegaignon, com a única diferença que o número de umas e de outras cresce ou diminui em proporções medonhas, conforme a Madona acende as lamparinas pela vitória de uns ou promete velas de cera pelo completo triunfo de outros. Fora destes assuntos, não há atenção, não há ouvintes, não há leitores. E é isso o que torna extremamente interessante a posição dos jornalistas. Só uma coisa interessa ao público, ao público masculino e ao público feminino, ao público que trabalha e ao público que se dá ao trabalho de consentir que se lhe queira bem: a revolta. Pois é justamente da revolta que se não pode falar. É a eterna história do fruto proibido¹²⁰.

Nesse artigo, Ferreira de Araújo repudiou o decreto do Governo Federal pelo fato de os jornais não poderem abordar mais os assuntos referentes à Revolta da Armada e as questões políticas do momento. Isso demonstra que o momento de repressão, o controle e a censura à imprensa se intensificavam cada vez mais. Além disso, o redator da *Gazeta de Notícias* comparou a liberdade de imprensa dos tempos do Império com a vivenciada nos anos iniciais da República. Dessa forma, a ironia de Ferreira de Araújo sobre a literatura publicada no jornal mostra que, naquele momento, não falar sobre a política e sobre a Revolta da Armada estava impactando diretamente as colunas literárias do jornal. As crônicas e os folhetins eram o reflexo daquele contexto social e político, e as produções literárias estavam embebidas daqueles acontecimentos talvez porque elas fossem um dos poucos espaços possíveis para se tratar desses temas em momentos de censura e repressão política.

Na *Chronica Livre* não se escrevia sobre outros assuntos a não ser os bombardeios e o governo de Floriano, mesmo que o cronista aparentemente tratasse de assuntos banais e utilizasse ironias para mascarar sua opinião. Ademais, o redator chefe queria a liberdade de comentar os boatos com os seus leitores nas colunas de notícias ou nas de literatura, e o artigo de Araújo tanto evidenciava esse desejo da *Gazeta de Notícias* quanto reivindicava o poder de falar o que o público leitor queria ouvir. Sendo assim, a presença da *Chronica Livre* na primeira página da *Gazeta*, tratando de liberdade através das experiências de Olavo Bilac, foi mais uma forma de o periódico se posicionar diante do autoritarismo de Floriano Peixoto. Contudo, as

¹²⁰ “Uma Semana”. *Gazeta de Notícias*. 22 out., 1893, p. 1.

denúncias de repressão e os comentários sobre política se davam por meio de estratégias literárias, como a ironia e a metáfora, para expor as opiniões mesmo que entrelinhas.

Durante a perseguição política dos opositores, a imprensa fluminense sofreu diretamente os ataques do governo. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, após divulgar a coluna *Cousas Políticas*, de Ferreira de Araújo, no dia 27 de novembro de 1893, foi censurada, suspensa e voltou a circular somente no dia 5 janeiro de 1894. Ao analisar as crônicas de Machado de Assis escritas para esse jornal, Maria Luzia Alves Brito alega, contudo, que:

Diferente do que se poderia esperar, o retorno não foi marcado por um período de placidez política no jornal. Ao contrário disso, a *Gazeta de Notícias* continuou tecendo críticas muito duras ao governo Federal. O que mudou, todavia, foi a forma de construir essas críticas, que apareciam em formatos mais sutis, muitas vezes sem citar nomes, através de textos literários ou disfarçados de anedotas.¹²¹

Após as publicações ficarem suspensas entre 27 de novembro de 1893 e 5 de janeiro de 1894, a série *Chronica Livre* voltou a ser veiculada na primeira edição da *Gazeta de Notícias* do ano de 1894. De acordo com o conteúdo das páginas do jornal, esse retorno não foi isento de críticas e a redação do jornal continuou alfinetando a falta de legalidade do governo de Floriano Peixoto¹²². Entretanto, é possível observar uma mudança na postura da redação da *Gazeta de Notícias*, que após o retorno, estava mais cautelosa, porém continuava fazendo suas críticas políticas. Então, quais foram os impactos da suspensão da *Gazeta* e do seu retorno cauteloso nas crônicas do literato? Nessa época, Olavo Bilac, temendo mais uma prisão, refugiou-se na cidade de Ouro Preto, a partir de novembro de 1893, e, ao longo desse autoexílio, passou a enviar seus textos para a seção *Chronica Livre* diretamente de Minas Gerais.

¹²¹ BRITO. *Op. cit.*, p. 38.

¹²² PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2015. BRITO. *Op. cit.*

ADMONIÇÃO PARA O CAPITAL
PAGAMENTO AVANÇADO
70 AVA DO OTYVIDUAL 20

GAZETA DE NOTÍCIAS

ADMONIÇÃO PARA O CAPITAL
PAGAMENTO AVANÇADO
70 AVA DO OTYVIDUAL 20
NUMERO AVULSO DO RS.

Stereotypada e impressa nas machinograficas de Marinoni, na typographia da sociedade anonyma (Gazeta de Noticias)
A cada numero se entrega ao proprietario e ao editor...

Trigem 40.000 exemplares
O CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHOLERA e A POLITICA
A FRANÇA E A ITALIA

CHRONICA LIVRE
SAUDE PUBLICA

Diario do Congresso
CAMARA

CASO DO FRONTAO
O CASO DO FRONTAO

Imagem 1: A estréia da Chronica Livre de Olavo Bilac na Gazeta de Noticias. Fonte: Gazeta de Noticias, 22 ago., 1893, p. 1.

2.4. “*Libertas quae sera tamen*”: o autoexílio para Minas Gerais e o uso da imagem de Tiradentes na *Chronica Livre*

Após ser detido pelos “esbirros de Floriano”, Olavo Bilac prestou declarações e conseguiu novamente a liberdade¹²³. Enquanto José do Patrocínio estava foragido, Bilac sugeriu que a Cidade do Rio “publicasse um número de expressões violentas e que todos fugissem antes de o jornal entrar em circulação”¹²⁴. Luís Murat e Guimarães Passos fugiram a “bordo de navios estrangeiros”, e Olavo Bilac embarcou para Ouro Preto em outubro de 1893¹²⁵. Raymundo Magalhães Júnior acredita que o escritor escolheu se refugiar nessa cidade pelo fato de que o estado de sítio não afetou Minas Gerais¹²⁶.

Em terras mineiras, Bilac continuou sua colaboração na *Gazeta de Notícias* e assim manteve sua série *Chronica Livre*. Em Minas, ele passou também a colaborar em um periódico de Ouro Preto intitulado *A Opinião Mineira*¹²⁷. Diretamente de Minas Gerais, durante o seu autoexílio, o autor escreveu aproximadamente 34 crônicas para a *Chronica Livre*, mas voltou a publicar nessa série apenas a partir do dia 7 de novembro de 1893. Assim como no seu início, a série *Chronica Livre* não possuía dias fixos de publicação, pois as crônicas eram enviadas direto de Ouro Preto, assinadas e datadas pelo cronista. Na primeira crônica escrita em Minas Gerais, o cronista afirmou para o seu leitor, logo no início do texto, que seus escritos chegariam direto da então capital mineira e destacou que estava viajando e vivendo “longe do presente que nos angustia”. Ou seja, em meio a um conturbado contexto político, Olavo Bilac se retirou do cenário carioca e fugiu

para o alto das serras, para o sossego dos campos, para a castidade das colinas embalsamadas, trouxe eu a **minha livre crônica**, que carecia de alegria, e os meus pulmões doentes, que careciam de ar. Que importa a mudança a quem se habituou a ouvir diariamente nesta coluna as variações de minha **sinfonia inofensiva**? No Rio, a crônica nem pode já registrar o sibilo das balas que valem macabramente no ar incendiado. Em Ouro Preto, ela poderá ao menos

¹²³ JORGE, Fernando. **Vida e poesia de Olavo Bilac**. 6^aed. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2007, p. 200-201.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Minas Gerais foi um dos estados que não sofreu nenhuma intervenção dos decretos. MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, pp. 156-157. Entretanto, não acreditamos que essa seja a única justificativa para Olavo Bilac escolher o estado de Minas Gerais. Acreditamos que Bilac possa ter escolhido Ouro Preto pelo valor significativo que a cidade mineira carrega em torno da imagem de Tiradentes e o seu valor republicano. Outra hipótese é o interesse do cronista em construir um projeto político ao refugiar em Minas Gerais.

¹²⁷ No dia 10 de novembro de 1893, *Gazeta de Notícias* publicava uma nota do Cesário Alvim sobre a criação do periódico *Opinião Mineira*. “(...) Jornal político, não partidário, governamental no sentido mais elevado da palavra, a *Opinião Mineira* conta, para ser bem aceita, com o concurso empenhado de cidadãos notáveis que tão sábia e eficazmente colaboraram com a administração pública no melindroso e agitado período da nossa organização estadual, e de homens de letras do mais provado merecimento.” Cf. “Opinião Mineira”, *Gazeta de Notícias*. 10 nov., 1893.

fotografar alguns aspectos da nobre terra mineira. E o leitor que abrir este jornal, de manhã, com os ouvidos cheios ainda do canhoneio da véspera, poderá, depois de se informar do que houve quanto à revolta, repousar **o espírito na leitura de coisa menos triste**. E o seu nariz se alongará avidamente para o jornal, **buscando sentir o cheiro das matas** que a minha prosa bucólica celebrar... Assim possa a minha prosa se reabastecer e ganhar cores, como se estão tonificando os meus pulmões, neste ar que alegra e reanima como um vinho puro¹²⁸.

Bilac iniciou o seu texto justificando sua ida para Ouro Preto, pois, com as intensas repressões florianistas, que se intensificaram após a eclosão da Revolta da Armada, a *Chronica Livre* já não possuía mais liberdade para comentar os acontecimentos políticos e sociais que se passavam na cidade carioca. Entretanto, é possível verificar, nas entrelinhas de seus textos, que ele continuava escrevendo sobre os acontecimentos da revolta, mas mascarava-os com o que ele observava no seu cotidiano em Minas Gerais. Contudo, apesar da proposta inicial de mudança, Bilac não deixou de abordar em suas crônicas a falta de liberdade que os intelectuais estavam enfrentando naquele início de República. Após a sua saída do Rio de Janeiro, o cronista passou a escrever sobre a sua passagem pela cidade colonial de Ouro Preto, mas sem deixar de comentar os aspectos políticos e a ausência de liberdade de opinião que tanto o incomodava naquele momento. Isso começou a ficar claro quando Bilac inverteu o título da sua série para *livre crônica* e, independente das censuras, continuou escrevendo sobre a liberdade da sua seção de crônicas, mesmo que precisasse ter mais cuidado ao tecer suas críticas políticas. Segundo Olavo Bilac, a partir de então, sua coluna se tornou mais leve e afastou-se dos demais temas relacionados aos bombardeios na orla do Rio de Janeiro. O recado que o autor queria passar aos seus leitores era que “ficassem tranquilos”, pois ele não iria comentar a política federal, mas será que ele cumpriu essa promessa?

Inspiração para comentar sobre os aspectos da antiga Villa Rica não faltou para Bilac. Ao chegar em Minas, ele encontrou o advogado Afonso Arinos, um conhecido que se tornou grande amigo na época da Faculdade de Direito de São Paulo, e eles passavam dias pesquisando a história colonial da cidade de Ouro Preto no Arquivo Público¹²⁹, o que resultou em muitos artigos publicados por Olavo Bilac¹³⁰. Refugiar-se em Ouro Preto, cidade carregada de um passado simbólico ligado, entre outros, à imagem de Tiradentes, “o herói dos propagandistas

¹²⁸ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 7 nov., 1893, p. 1. (Grifos nossos!)

¹²⁹ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 161.

¹³⁰ Segundo Raymundo Magalhães Júnior, a passagem de Olavo Bilac por Minas Gerais resultou em um conjunto de textos que foram publicadas no livro “Crônicas e Novelas”, em 1894. A obra foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma série de textos sobre a paisagem e as figuras históricas de Minas Gerais, e a segunda parte intitulada de “Novelas” formada por um conjunto de textos românticos. Ver obra: BILAC, Olavo. **Chronicas e novelas: 1893-1894**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.

da república”¹³¹, era como estar no “reduito último da nossa nacionalidade”¹³², de acordo com Bilac. Nesse sentido, o cronista se afastou fisicamente dos acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, mas não parou de usar a ironia e a ambiguidade em suas crônicas para expressar seu descontentamento acerca das atitudes do governo de Floriano Peixoto.

Ademais, após instalar-se no ambiente da antiga Villa Rica, Olavo Bilac descreveu as paisagens daquele local com grandes detalhes em seus artigos. Tal prática, segundo ele, era justificada pelo desejo de levar o leitor carioca a vivenciar aquelas belas paisagens, igrejas e casarões do período colonial, elementos distantes daquele cenário de “bombardeios” e “cheiro de pólvora”¹³³. Entretanto, Bilac não se limitou apenas à descrição de tais lugares, mas persistiu na estratégia de falar de política por outros caminhos. Assim, a pretexto de comentar as características da cidade, o cronista passou escrever sobre os tempos conturbados que passou em Ouro Preto, e trechos desses escritos podem ser relacionados com o período da Inconfidência Mineira:

Enfrentando com a cadeia, erguiam-se as ameias e os torreões do Palácio do Governo, sorte do fortim que domina a praça, e a que só falta, para que o edifício tenha completa a sua aparência de cidadela, ocas sinistras de canhões furando as casamatas: **o povo de outros tempos não era em Ouro Preto sossegado e pacífico como o de hoje; - era inquieto, buliçoso, apoquentava com a agitação dos motins frequentes a tirania dos seus dominadores**, e o governo carecia de estar em casa como numa praça de guerra, abroquelado contra todas as eventualidades más, e alerta ao primeiro rebate da revolta¹³⁴.

Mergulhado na história de Vila Rica de Ouro Preto, Olavo Bilac se dedicou em contar suas experiências e descobertas no Arquivo Público da cidade, pois, longe de todos os acontecimentos da Revolta Armada, no Rio de Janeiro, ele buscou no passado colonial da capital mineira elementos para construir uma cultura política republicana. O cenário de crises políticas e de repressão que Bilac estava vivenciando não era o sistema político que ele e os demais intelectuais imaginaram para o Brasil antes do golpe de 1889. Sendo assim, o autor recorreu aos documentos históricos para recontar acontecimentos de Ouro Preto, antiga Vila Rica e, por meio da história colonial daquele estado, buscou construir um “imaginário” da República brasileira.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as

¹³¹ CARVALHO. *Op. cit.*, p. 69.

¹³² “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 7 nov., 1893, p.1.

¹³³ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 10 nov., 1893, p.1.

¹³⁴ Idem. (Grifos nossos!).

esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro¹³⁵.

Aqueles primeiros anos de República no Brasil estavam permeados de incertezas e crises. Diante de um regime que não respeitava as liberdades civis, Bilac, desterrado, buscou, a partir dos registros coloniais de Minas Gerais, recontar a história da formação da nação e então reinventar aquela república florianista que estava afundada no autoritarismo. Em uma crônica publicada no dia 14 de novembro de 1893, o literato comentou sobre a importância da fé em Deus que habitava no povo de Vila Rica no período colonial. A partir das histórias que encontrou ao manusear os documentos a respeito de dois quadros da sacristia da Igreja de Sant'Anna e de diversas cerimônias religiosas daquele tempo, ele escreveu:

Livro destinado a vivo sucesso, interessantíssimo como contribuição histórica para o estudo da era colonial, seria aquele em que, sob o título - Deus na Capitania de Minas - um escritor nacional estudasse o espírito religioso d'este povo, na época da sua formação. Ainda há poucos dias, visitando a antiquíssima Igreja de Sant'Anna, tive debaixo dos olhos dois preciosíssimos documentos de arte e de religião - dois quadros adoráveis de ingenuidade e de fé¹³⁶.

Os primeiros textos que Bilac escreveu Ouro Preto foram todos sobre as construções históricas, as suas andanças pelas ruas de Ouro Preto, o manuseio dos documentos no Arquivo Público, as antigas tradições e as histórias de Minas nos tempos coloniais. Esses textos, escritos para a sua série *Chronica Livre*, continuavam esboçando o objetivo do autor de defender a liberdade de expressão, direito que, aos poucos, era retirado dos jornais e dos intelectuais. Logo, Olavo Bilac demonstrou que, ao se voltar para a história da formação do Brasil enquanto colônia de Portugal, ele pretendia reinventar uma República diferente daquela que estava sendo executada pelos militares. No fim da crônica, Bilac demonstrou a importância do estudo dos documentos históricos, especialmente os que havia encontrado graças ao seu exílio em Minas Gerais:

São dois documentos, essas telas, para a restauração histórica da vida religiosa de Villa Rica. Como esses, outros documentos abundam, aos milhares, por todos os cantos da cidade e em todos os pontos do Estado. Que bela preocupação para um escritor brasileiro o empreendimento de estudar tudo isso e de reconstruir, palmo a palmo, linha a linha, a história dessa heroica e infatigável geração de trabalhadores, que, com o auxílio único da Fé, lançaram na terra virgem das Minas os alicerces deste prodigioso Estado, - que há de ser **o núcleo da reconstituição política, financeira e moral do Brasil, hoje estraçalhado por duas ou três facções de ambiciosos...**¹³⁷

¹³⁵ CARVALHO. *Op. cit.*, p. 10.

¹³⁶ O. B. "Chronica Livre". *Gazeta de Notícias*, 14 nov., 1894, p.1.

¹³⁷ Idem. (Grifos nossos!).

Então, diante do seu descontentamento com o governo florianista, Bilac buscou reinventar os significados de uma república por meio dos estudos dos documentos históricos do período colonial. Nesse sentido, estar em Ouro Preto foi significativo para o literato porque lá ele pôde se debruçar sobre o estudo do período colonial daquele estado com o intuito de resgatar a moralidade política do país. Para o cronista, o governo de Floriano Peixoto era ilegal, e a ambição pelo poder do vice-presidente estava deteriorando a República que acabava de ser instituída. Além disso, Ouro Preto estava intimamente ligada à figura de Tiradentes, o escolhido para ser o herói da República. Durante sua estadia em Ouro Preto, o cronista pôde acompanhar a colocação da estátua de Tiradentes em praça pública e, enquanto correspondente da *Gazeta de Notícias*, noticiou em primeira mão os detalhes daquele monumento. Sendo assim, no dia 4 de janeiro, Olavo Bilac publicou a notícia, intitulada *A estátua de Tiradentes em Ouro Preto* e acompanhada de uma imagem, de que a estátua já estava pronta no centro da praça. Além disso, ele aproveitou a oportunidade para tecer comentários sobre o artista Virgílio Cestari e sobre todas as ideias dele para projetar a famosa estátua de Tiradentes:

Já pronto, no centro da formosa praça Tiradentes desta cidade, está o monumento que o governo do Estado de Minas mandou erigir para perpetuar a memória do grande Inconfidente. Espera-se agora que se marque dia para a sua inauguração. A cerimônia tem sido demorada até agora propositalmente pelo ilustre Dr. Affonso Penna, presidente do Estado, porque S. Ex. espera, para que a festa do protomártir da República seja digna da sua memória, que a paz se restabeleça no Brasil¹³⁸.

Assim, Olavo Bilac aproveitou a situação para enaltecer aquele que foi escolhido para ser o “protomártir da República”. Ao comentar sobre a festiva cerimônia de inauguração do monumento, Bilac destacou que o atraso era proposital, pois a situação de revoltas e conflitos políticos não deixava aquele ser o momento ideal para a cerimônia. A figura de Tiradentes, herói da república e da liberdade, não combinava com a situação de supressão dos direitos civis e com o estado de sítio. Como analisa José Murilo de Carvalho, o novo regime político necessitava de um herói e Tiradentes representava tudo que os republicanos idealizaram para a república, a independência e a liberdade:

Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, os sentimentos de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia¹³⁹.

¹³⁸ O.B. “A estátua de Tiradentes em Ouro Preto”. *Gazeta de Notícias*. 10 jan., 1894, p.1.

¹³⁹ CARVALHO. *Op. cit.*, p. 68.

Tiradentes então era um símbolo da liberdade, como bem analisa José Murilo de Carvalho no trecho acima destacado. Olavo Bilac, ao se apropriar da imagem dessa figura histórica, apropriou-se também dessa liberdade, que, naqueles anos iniciais do período republicano, estava ausente. Escrever sobre Tiradentes, durante aquele contexto de revoltas e de divisões políticas entre florianistas e antiflorianistas, “unia o país através do espaço, do tempo, das classes”¹⁴⁰. No Dia de Tiradentes, 21 de abril de 1894, a *Gazeta de Notícias* publicou considerações acerca da imagem de Tiradentes¹⁴¹ no seu editorial. Naquele ano, foi comemorado o 102º aniversário de execução de José Joaquim da Silva Xavier, e a *Gazeta* considerava o Dia de Tiradentes um modo de fazer “justiça devida, resgate necessário”¹⁴² da memória do inconfidente. Na semana dessa data comemorativa, Olavo Bilac não deixou de escrever uma *Chronica Livre* sobre Tiradentes. Além disso, durante seu exílio em Minas Gerais, o autor aproveitou para visitar a cidade de São José del-Rei, lugar onde Tiradentes viveu grande parte da sua vida, e essa visita foi relatada na sua *Chronica Livre* do dia 24 de abril de 1894, como se fosse um diário de viagem. Bilac fez uma descrição muito detalhada da viagem, escreveu sobre o formato das ruas, sobre a gruta, sobre o altar da Igreja Matriz até sobre a hora em que se despede da cidade de Tiradentes. Um detalhe que chama a atenção é o modo como Olavo Bilac aborda o “silêncio de cemitério” que paira sobre a cidade, pois dá a impressão de que a cidade deveria ser pacata e melancólica por causa da morte de Tiradentes:

Que silêncio, que tristeza, que morte! S. José d’El-rei chama-se hoje - Tiradentes. Quizeram com essa mudança de nome perpetuar a memória do grande Inconfidente, fechando-a numa sorte de sacrário imenso, em que ninguém possa entrar sem um grande respeito e um a comoção invencível. Conseguiram-no. Em S. José d’El-rei, duvido que alguém tenha a coragem de rir. Aquilo é mais triste, mais horivelmente triste do que um campo santo. Não creio mesmo que o viajante que percorre as ruínas de Pompeia desenterrada, sinta a mesma impressão de tristeza inenarrável que senti percorrendo as ruas desta cidade morta, onde moram vivos, onde não se vê ninguém, mas onde se adivinha que uma população melancólica e cheia de tédio arrasta uma vida muda de espectros...¹⁴³

¹⁴⁰ Ibidem, p. 71.

¹⁴¹ Em 1890 o regime republicano instaurou o dia 21 de abril como feriado nacional: “21 de abril, consagrada à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes”. BRASIL. “Decreto n. 155 - B, de 14 de janeiro de 1890”. **Coleção de Leis do Brasil - 1890**. Vol. 1, p. 64, fasc. 1º (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 8 ago., 2020.

¹⁴² “Tiradentes”. *Gazeta de Notícias*, 21 abr., 1894, p. 1.

¹⁴³ Olavo Bilac. “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 24 de abr., 1894, p. 1.

Certamente esse relato foi uma forma de o cronista homenagearm ao herói republicano. Ademais, a tristeza sentida pelo cronista pode estar relacionada não só com a execução de Tiradentes, mas também com o fato de que, após a Proclamação República, nada havia sido alterado significativamente na política e na vida da população brasileira. A imagem de Tiradentes estava relacionada à liberdade e à República, elementos que estavam sendo debatidos durante o governo de Floriano Peixoto. Nesse sentido, ao usar a imagem de Tiradentes em sua *Chronica Livre*, resgatar o passado colonial e descrever onde surgiram os movimentos da inconfidência, possivelmente o literato trouxe à tona uma discussão sobre o cenário político nacional, que também estava repleto de “insurreições” e de governos tirânicos, como a Coroa Portuguesa, de acordo com a sua perspectiva. Além disso, a República recém-instalada também enfrentava seus movimentos de contestação: a Revolução Federalista e a Revolta da Armada.

Dez anos depois, Olavo Bilac, no discurso para a recepção de Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, recordou os momentos em que ambos estudaram juntos a história dos períodos antigos de Ouro Preto no Arquivo Público de Minas Gerais. Nesse discurso, é possível notar que Olavo Bilac tinha a real intenção de escrever, na sua série *Chronica Livre*, sobre o seu cotidiano longe da revolta após um momento turbulento de fuga da cidade do Rio de Janeiro. Assim, Bilac descreve os meses que passou em Ouro Preto da seguinte maneira:

[...]Tivemos ali meses de uma vida singular, intensamente vivida, cheia de completos prazeres intelectuais, – que só podem ser bem contados aqui, a uma assistência escolhida e culta como esta, capaz de compreender como dois homens em pleno viço da mocidade puderam passar semanas e semanas entre os vivos, não os vendo nem ouvindo, e só tendo ouvidos e olhos para um estranho mundo de sombras e de fantasmas. Bem vos deveis lembrar... **Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquele ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval, e os bombardeios, e as prisões, e as loucuras,** – nós dois, mergulhados no passado, conversávamos com espectros. [...] À medida que íamos virando as páginas, cobertas de uma escritura quase hieroglífica, miudinha e certa, retalhada de barras caprichosas, com fantasias de recorte nas maiúsculas e voltas faceiras nas vírgulas encaramujadas, as nossas impressões exteriorizavam-se; e, no pó finíssimo que pairava em torno de nós, percebíamos vagos. [...] E, não raro, subia e dominava todos os outros um cheiro acre de sangue, uma exalação de mortualhas podres, de cadáveres de mineiros soterrados nas minas, de **garimpeiros rebeldes esquarterados pela justiça, de pretos famintos e de reinóis insubordinados,** corridos a pontas de lança pelos dragões de El-Rei... Assim, no estudo dos tempos mortos, consumíamos as horas; e ou fulgurasse lá fora, em dias lindos, a luz do sol, ou, em dias de chuva, se emaranhassem no céu as cordas da água, a vida que nos preocupava não era a do povo que trabalhava ou vadiava nas ruas, mas a das **gerações que se tinham ido da terra.** Quando saíamos, os espectros saíam conosco, colavam os seus passos

aos nossos, sentavam-se conosco à mesa do hotel, acompanhavam-nos nas peregrinações pelos arredores cobertos de ruínas¹⁴⁴.

A partir desse contato com o passado, Olavo Bilac descobriu a história colonial do Brasil, dos povos que povoaram os sertões, das regiões das minas e das articulações dos movimentos separatistas. Os “rebeldes esartejados” citados no texto provavelmente faziam referência ao que ocorreu com Tiradentes e com todos aqueles que contrariavam a Corte Portuguesa, ou seja, o texto demonstrou que esses governos autoritários acompanhavam o país, isto é, eram uma espécie de tradição. Logo, na interpretação de Bilac, quando a República foi instalada, ela reproduziu uma lógica autoritária muito conhecida da história brasileira. Assim, naquele momento de inseguranças e desapontamentos com a República, talvez o cronista tenha sentido a necessidade de mergulhar profundamente nos documentos do Arquivo Público de Minas para compreender os sentidos da formação da sociedade brasileira. Segundo o próprio Bilac, foi no sertão que os “hóspedes” se transformaram em “filhos”, o que parece demonstrar que ali a “nacionalidade” criou “raízes tão fundas e tão fortes”, “que o seu extermínio só [podia] ser feito com o extermínio da própria terra”.¹⁴⁵

A Revolta da Armada terminou com a vitória do governo de Floriano Peixoto em março de 1894. Olavo Bilac, por sua vez, continuou desterrado até meados de julho daquele mesmo ano, quando realmente decidiu que era hora de deixar Minas Gerais e voltar para a capital federal. Assim, a *Chronica Livre* sobreviveu às arbitrariedades policiais e à censura instituída pelo comando florianista. De 15 de fevereiro a 11 de agosto de 1894, a série foi veiculada com a assinatura de Olavo Bilac, mas depois voltou a ser registrada apenas com as iniciais do cronista, O.B. Em alguns momentos, o cronista evitou comentar na *Chronica Livre* assuntos do cotidiano carioca que apareciam no jornal, pois preferia escrever textos voltados para questões mais íntimas dele enquanto poeta, um exemplo disso é a crônica do dia 11 de fevereiro de 1894. Nela, Olavo Bilac destacou que “entre os papéis de um poeta, encontrei há dias o trecho seguinte, que parece arrancado ao seio de um diário íntimo”¹⁴⁶. Esse trecho se tratava de um relato de desilusão amorosa e certamente fazia referência a algum dos romances que ele viveu e que não deu certo. Olavo Bilac recorria a esses artifícios para manter a *Chronica Livre* diante daquele cenário político, mas aos poucos os assuntos sobre a Revolta Armada retornaram e

¹⁴⁴ Discurso de Olavo Bilac para a recepção de Afonso Arinos. Academia Brasileira de Letras, 18 set., 1903. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos/discurso-de-recepcao>>. Acessado em jun., 2019. (Grifos nossos!).

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Olavo Bilac. “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 11 fev., 1894, p.1.

foram citados em suas crônicas, embora muitas vezes de modo oculto, por detrás dos acontecimentos vivenciados pelo próprio Bilac. Isso não fez de Olavo Bilac um cronista que não escrevia sobre questões políticas, como afirmou Dimas, ao contrário, o autor comentava sobre os problemas sociais enfrentados pela população do Rio de Janeiro, como a falta de água que os moradores enfrentavam, e escrevia sobre religião e o costume da sociedade de frequentar igrejas durante a quaresma¹⁴⁷. Além disso, ele publicou também sobre o perigo de as meninas venderem flores na porta de teatros, sobre espiritismo, sobre a exposição de fotografias dos malfeitores e sobre outros assuntos relacionados aos acontecimentos cotidianos, ou seja, a *Chronica Livre* era uma coluna de crônicas com temas variados, pois, tanto no Rio de Janeiro quanto em Minas Gerais, Olavo Bilac não se restringiu somente às questões políticas. Ademais, ao retornar para a capital federal, em junho de 1894, o escritor continuou publicando na sua *Chronica Livre* de 18 de julho a 9 de setembro desse mesmo ano.

2.5. O regresso de Olavo Bilac e o fim da *Chronica Livre*

Aos poucos, a série “Chronica Livre” começou a desaparecer das páginas da *Gazeta de Notícias*. No mês de junho, as crônicas assinadas por O.B. não apareceram e retornaram apenas na segunda quinzena de julho, período em que Bilac estava de volta nas ruas do Rio de Janeiro. Porém, ao chegar na cidade carioca, o literato foi preso novamente pela polícia florianista, por uma semana, para investigações¹⁴⁸. Em um poema escrito para Coelho Netto, Bilac comentou suas prisões arbitrárias:

CUSTÓDIA

Quatro prisões, quatro interrogatórios...
Há três anos que as solas dos sapatos
Gasto a correr de Herodes a Pilatos,
Como Cristo por todos os pretórios.

Pulgas, baratas, percevejos, ratos...
Caras sinistras de espíões notórios,
Fedor de escarradeiras e mictórios,
Catingas de secretas e mulatos!

Para tantas prisões é curta a vida!
Ó Dutra! Ó Melo! Ó Valadão! Ó diabo!
Vinde salvar-me, vinde em meu socorro!

¹⁴⁷ O. B. “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 14 fev., 1894, p. 1.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 179.

Livrai-me desta fama imerecida,
Fama de Ravachol, que arrasto ao rabo,
Como uma lata ao rabo de um cachorro.¹⁴⁹

Logo após sair dessa breve prisão, Olavo Bilac retornou para o trabalho de cronista na *Gazeta de Notícias* e publicou sua crônica no dia 18 de julho de 1894, na qual comentou o incêndio do Teatro Polytheama, que havia sido noticiado pelo jornal na edição do dia 16 de julho¹⁵⁰. Nessa crônica, é possível notar a mudança de postura de Olavo Bilac em relação ao que já havia sido publicado na *Chronica Livre*. Com o fim da revolta e a queda do estado de sítio, Bilac se preocupava mais em opinar sobre os problemas sociais do Rio de Janeiro, como fez ao escrever sobre as chamas que consumiram todo o velho teatro:

se foi Deus quem decretou a ruína do Polytheama, - decretou-a por uma alta razão de bom gosto, higiene, de limpeza. Nem todos os prefeitos municipais do mundo teriam energia bastante para fazer em um ano o que o fogo fez em poucas horas, livrando o Rio de Janeiro daquele hediondo barracão¹⁵¹.

A crítica à situação urbana do Rio de Janeiro e a campanha em prol de uma cidade moderna e higienizada foram esboçadas nas crônicas de Olavo Bilac a partir da década de 1890 e se intensificaram depois da virada do século, com a reurbanização ocorrida durante o governo de Rodrigues Alves, em 1902. Após tantos desapontamentos com a República recém-proclamada, após o retorno de Olavo Bilac para o Rio de Janeiro, é possível notar que o cronista não estava mais tão preocupado em direcionar críticas ao governo florianista. Na crônica do dia 3 de agosto de 1894, por exemplo, Bilac dissertou sobre a polca, uma dança europeia que havia chegado ao Brasil e gerado uma “polcomania” entre os cariocas:

Os editores musicais é que rejubilam com esse progresso contínuo do polcomania. Todos os dias chovem sobre o Rio de Janeiro as folhas de papel pintalgadas de risquinhos pretos. Os títulos, incisivos e curtos, ou longos e velados, celebram assuntos vários e vadias inspirações. Tudo se comemora por solfa, em cadência de polca. É *a Partida para o Mato Grosso, são os Tiros da Vovó, é o assassinato de Carnot*¹⁵². Tudo quanto comove o público, tudo quanto monopoliza as atenções gerais durante um ano, durante uma hora, ou mesmo durante um minuto, é logo posto em música e entregue aos quinhentos mil pianos que fazem a delícia da pátria. De modo que, entre nós, registra-se a História arrastando os pés. Assinalam-se os marcos miliários da civilização por compassos ternários ou quaternários, - segundo o gosto do compositor.¹⁵³

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 18 jul., 1894, p. 1.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Notícias que movimentavam as páginas da *Gazeta de Notícias* durante aquele momento em que a crônica foi publicada. Sendo o assassinato de Sadi Carnot tema da “Chronica Livre” veiculada na edição de número 200, em 20 de julho de 1894.

¹⁵³ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 03 ago., 1894, p. 1.

A *Chronica Livre* sob a assinatura de Olavo Bilac¹⁵⁴ encerrou suas publicações dia 9 de setembro de 1894 com uma crônica que criticava o arcebispo D. João Esberard¹⁵⁵, o qual recriminou o suicídio de Mancinelli¹⁵⁶. O suicídio do maestro e empresário italiano comoveu toda a cidade do Rio de Janeiro, mas, ao comentar o caso, Bilac não deixou de lembrar da recente Revolta da Armada. No texto, ele escreveu que a vinda de um arcebispo poderia consolar aquela sociedade após momentos de guerra e perdas de vidas que lutaram no bombardeio na baía de Guanabara:

Uma população ansiosa e comovida alongava olhos ávidos de esperança e de fé para a serena face do prelado, que irradiava sob o ouro do palio. Principalmente as senhoras, santo Deus! Com que ardor, com que piedade, com que compunção, ajoelhadas no chão do templo num ruge-ruge de sedas e num tilintar de joias, inclinavam para as lajes de mármore as formosas cabeças! E que sobre essas cabeças formosas a morte acabava de passar, havia pouco, numa dança macabra de balas. Depois quantos desses corações não choram ainda a ausência temporária ou perpétua de um filho, de um irmão ou de um pai quantas lágrimas escorrem ainda, inconsoláveis e ardentes, sobre os destroços morais dessa guerra de irmãos!¹⁵⁷

Após a turbulência da revolta cessada, o fim do estado de sítio e a eleição presidencial vencida pelo Prudente José de Moraes Barros, Olavo Bilac acreditava que a sociedade precisava de um consolo e que a chegada do arcebispo D. João Esberard seria um acalento para os cariocas. Entretanto, o cronista não esperava que a atitude do arcebispo em sua primeira aparição fosse condenar o suicídio do maestro Mancinelli, mas, por meio da fé e das orações, consolasse a população que havia perdido seus entes queridos para a Revolta da Armada. Esse também foi um modo de Olavo Bilac encerrar sua *Chronica Livre* denunciando as mortes causadas pelos bombardeios, que, na sua coluna de crônicas, foram delatados por mais de um ano, mesmo que o cronista tenha sido perseguido e ameaçado com decretos pela polícia florianista. Quando o momento de bombardeios e mortes começou, Olavo Bilac já estava conduzindo sua série de artigos, que era escrita por um “cronista livre”, como ele mesmo se autodenominou¹⁵⁸. Então, como ele iniciou a *Chronica Livre* com severas críticas às

¹⁵⁴ Vale ressaltar que a série “Chronica Livre foi escrita sob as iniciais de “O.B.”, e por alguns momentos aparecia com o nome de “Olavo Bilac”.

¹⁵⁵ O arcebispo D. João Esberard, em setembro de 1893, assumiu o bispado e foi elevado a arcebispo no Rio de Janeiro, era um monarquista, conhecido por sua inflexibilidade e intolerância, além disso, condenava os suicidas e não aceitava que esses fossem enterrados em terra santa. Ver mais em: ASSIS, Machado de. **A Semana – 119**. Edição, apresentação e notas por John Gledson. Machadiana Eletrônica, v. 1, n. 2, p. 219-223, jul.- dez. 2018.

¹⁵⁶ A *Gazeta de Notícias* publicou a notícia sobre o suicídio do maestro Mancinelli na edição do dia 4 de setembro. “Marino Mancinelli”. *Gazeta de Notícias*, 4 set., 1894, p. 1.

¹⁵⁷ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*. 09 set., 1893, p.1.

¹⁵⁸ Na crônica do dia 03 de outubro de 1893, Olavo Bilac dizia: “E eu, cronista livre, o translatei e mandei imprimir fielmente”. “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 03 out., 1893, p. 1.

autoridades, após retornar do desterro em Minas Gerais, finalizou-a com críticas mais cautelosas direcionadas às consequências dos bombardeiros no litoral fluminense. Com um programa de abordar a falta de liberdade na imprensa e denunciar a falta de legitimidade do governo de Floriano Peixoto, a *Chronica Livre* resistiu durante a repressão florianista.

Por meio das crônicas de Olavo Bilac e da mudança que nela ocorreu após a suspensão da *Gazeta de Notícias*, em novembro de 1893, compreende-se a luta de Olavo Bilac pela liberdade de expressão em sua *Chronica Livre*. Assim, a escrita mais combativa de Bilac se encerrou em 1893, mas, por meio dos recursos literários, como a sátira, a ironia e a metáfora, ele denunciou toda a repressão e todo o autoritarismo imposto pelo Estado. Até setembro de 1894 a *Chronica Livre* ocupou as páginas da *Gazeta* para manifestar seus descontentamentos com a política de Floriano Peixoto. Entretanto, nas edições finais da série, Olavo Bilac não sentia a necessidade de combater como fazia no início, afinal, os tempos eram outros e o governo havia vencido os revoltosos da armada, o estado de sítio havia chegado ao fim em 30 de junho e Floriano Peixoto tinha deixado a presidência em novembro de 1894.

Apesar do fim da *Chronica Livre*, Olavo Bilac continuou publicando crônicas na *Gazeta*, mas sob o abrigo do pseudônimo Fantasio. Além dessas contribuições, Bilac, em 25 de novembro de 1894, publicou uma série de treze sonetos denominada *As Viagens* e, logo depois, publicou o romance *O Sanatorium*, que foi escrito durante sua estadia na cidade de Juiz de Fora, em parceria com Carlos Magalhães de Azeredo. Esse romance foi publicado na seção de folhetins da *Gazeta de Notícias* entre 11 de novembro de 1894 e 12 de dezembro daquele mesmo ano sob o pseudônimo de Jayme de Athayde. Apesar do fim do governo autoritário de Floriano Peixoto, Olavo Bilac não deixou de comentar os tempos de exílio em Minas Gerais e a repressão política que passou. A literatura de Olavo Bilac que foi produzida entre 1892 e 1894 foi a principal arma que o cronista utilizou para enfrentar os anos de política autoritária florianista. A censura durante os primeiros anos do regime republicano no Brasil se materializou de modo mais intenso no governo de Floriano Peixoto. Além disso, após os decretos e a suspensão dos direitos civis com os estados de sítios, abriu-se margem para o Estado interferir na produção dos intelectuais e, conseqüentemente, na atuação da imprensa. Ela usa inúmeros recursos para sobreviver a censura, como abrir mais espaço para os literatos e um exemplo disso foi o concurso literário promovido pela *Gazeta de Notícias* no ano de 1894¹⁵⁹.

¹⁵⁹ SOUZA, Ana Paula Cardozo. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015, pp. 106-107.

CAPÍTULO 3: ENTRE PSEUDÔNIMOS E FOLHETINS: OS NOVOS CAMINHOS DA CRÍTICA POLÍTICA DE OLAVO BILAC

Em janeiro de 1894, Olavo Bilac deu início a um novo projeto na *Gazeta de Notícias*. Em paralelo à publicação da *Chronica Livre*, que foi encerrada apenas em setembro daquele ano, ele estreou uma nova série de crônicas, que eram publicadas sem título de seção, pois ele variaria conforme o assunto da coluna, mas eram reunidas pela mesma assinatura: Fantasio. Se até então o escritor assinava suas crônicas com suas iniciais (O.B.) ou com seu nome por extenso, agora ele havia criado um pseudônimo para comentar o cotidiano da cidade e os assuntos do momento. Será que a decisão de recorrer a um pseudônimo foi uma possível resposta a todos os eventos repressivos vividos por ele nos últimos meses? Sem poder responder ao certo a essa questão, o que se sabe é que, a partir de janeiro de 1894, o literato trilhou, paralelamente à *Chronica Livre*, novos caminhos para fazer suas críticas à política republicana.

Além disso, o uso de pseudônimos não era novidade na imprensa carioca, pois outros literatos tinham o costume de escrever e assinar com nomes fictícios. Machado de Assis, por exemplo, na série *Balas de Estalo*, publicada na *Gazeta de Notícias* entre 1883 e 1886, assinava suas crônicas com o seu pseudônimo Lélío¹. Coelho Netto escreveu *Bilhetes Postais* em *O Paiz*, entre 1892-1893, sob o pseudônimo “N”². Segundo Leonardo Pereira, o uso dessa ferramenta se tornou um “artifício literário”, por não ser considerado somente um instrumento para esconder a identidade do autor³. Ao considerarmos o contexto de censura à imprensa, Olavo Bilac, ao adotar o anonimato, parecia querer se resguardar das retaliações políticas. Entretanto, é preciso levar também em conta que Fantasio não foi um pseudônimo escolhido por Bilac somente para se ocultar, já que ele era usado pelo escritor mesmo antes do período de repressão florianista em outros jornais. Nesse sentido, o que diferenciava as duas séries? Qual era a função do pseudônimo Fantasio e a sua diferença com a assinatura O.B.?

Além de Fantasio, meses depois, em dezembro de 1894, quando o governo de Floriano caminhava para o fim, Olavo Bilac recorreu ainda a uma outra estratégia literária para abordar sua experiência política dos últimos anos. Como se fosse uma espécie de sínteses dos dilemas

¹ RAMOS, Ana Flavia Cernic. **As Máscaras de Lélío: Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

² SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da república (1889-1895)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001.

³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Introdução**. In: _____. Machado de Assis. História de quinze dias. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 18.

e enfrentamentos travados com a política florianista, ele iniciou a publicação de um romance-folhetim, no rodapé da *Gazeta*, intitulado *Sanatorium*. Assinado com seu pseudônimo Jayme de Athayde, o romance foi escrito em parceria com Magalhães de Azeredo, companheiro do escritor durante sua estadia em terras mineiras. O uso de pseudônimos coletivos na produção de romances também não era estranho para o público carioca, pois o folhetim *O Esqueleto: mistérios da Casa de Bragança*, por exemplo, já havia sido publicado na *Gazeta de Notícias*, de 17 de março de 1890 a 31 de março de 1890, sob o pseudônimo de Victor Leal. Esse pseudônimo foi construído coletivamente por Pardal Mallet e Olavo Bilac para assinar, no rodapé da *Gazeta*, um folhetim-romance baseado na notícia de que um esqueleto havia sido encontrado no Paço Imperial. Esse romance tinha como tema a discussão sobre o período imperial e relacionava a imagem do D. Pedro I a “crimes e mistérios”⁴. Dessa forma, o romance *Sanatorium* se encaixou num conjunto de folhetins-romances que a *Gazeta de Notícias* já estava habituada a publicar, romances que envolviam os temas políticos e polêmicos mais comentados na imprensa, e adotava uma publicidade que transformava o pseudônimo coletivo em um ator real.

Essa estratégia a qual muitos outros literatos já haviam recorrido era uma brincadeira entre escritores ou uma maneira de dispersar o foco das atenções de uma possível censura? Muitas são as possibilidades de resposta. O que se sabe, porém, é que Bilac, mesmo utilizando novos recursos literários, como a criação de narradores personagens, insistiu em fazer comentários críticos sobre a república, a repressão e a liberdade de imprensa. Essas duas produções literárias de Olavo Bilac ajudam a pensar o modo como a liberdade de imprensa, a política e a relação com a república marcaram a produção do autor ao longo do governo florianista, especialmente em seu último ano. No dia 31 de agosto de 1894, o decreto n. 1.565 suspendeu o estado de sítio e a regulamentação da liberdade de imprensa vigentes até então. Mesmo com o fim do governo autoritário de Floriano Peixoto, Olavo Bilac continuou demonstrando seu descontentamento com a censura e as marcas disso ficaram em sua obra. Nesse sentido, as lembranças da prisão, o autoexílio em Ouro Preto e os enfrentamentos com o governo florianista parecem ter deixado uma forte impressão no literato que, por isso, continuou a tratar de tais questões nos seus escritos, tanto as crônicas de Fantasio quanto *Sanatorium* são exemplos disso.

⁴ PORTO, Ana Gomes. **Um esqueleto no Paço Imperial: literatura e política em alguns folhetins no início da República**. Cadernos AEL, 9 (16/17), 2010.

O primeiro mostrava que o cronista, o qual se queria livre, teve que usar um pseudônimo que lhe garantisse maiores possibilidades de expressão. Ao criar uma voz narrativa, um narrador personagem, talvez Bilac acreditasse impingir ao seu texto um caráter mais literário e ficcional a fim de promover um distanciamento maior entre o autor e o narrador das crônicas⁵. O segundo, escrito após o decreto n. 1.565 e a liberação da imprensa, recriou ficcionalmente, com humor e ironia, as tensões vividas pelos intelectuais durante o estado de sítio. Além disso, ele sintetizou impressões sobre aquele período político e, o mais importante, atingiu um público amplo, heterogêneo e tradicional do jornal: os leitores dos romances-folhetins.

Constatados esses novos caminhos de Bilac, o objetivo deste capítulo é compreender como o uso de pseudônimo e a migração para novos gêneros – como o folhetim – foram cruciais para o literato rearticular suas críticas ao governo. A partir desse viés, analisar essas crônicas e folhetim é um meio de constatar que Olavo Bilac, em nenhum momento durante o governo de Floriano Peixoto, deixou de abordar a república e a política em suas narrativas. Ao contrário, em 1984, o cronista, diante daquele cenário de repressão e supressão dos direitos civis, apenas mudou o modo de construir suas críticas políticas na *Gazeta de Notícias*. Assim, nesta última parte da dissertação, pretende-se: analisar a relação de Olavo Bilac com seu pseudônimo Fantasio; perscrutar as diferenças de tratamento que os mesmos assuntos recebiam nos artigos de Fantasio e na *Chronica Livre* e compreender como a prisão e o autoexílio em Minas Gerais impactaram a produção do folhetim *Sanatorium*.

3.1. As fantasias de Fantasio contra o governo do Marechal de Ferro

Em janeiro de 1894, ainda em Ouro Preto, Olavo Bilac iniciou a publicação de uma nova coluna na *Gazeta de Notícias*. Sem título fixo, pois os títulos variavam a cada novo texto, as crônicas dessa nova seção eram sempre assinadas com o pseudônimo Fantasio, elemento fundamental para atribuir a elas um caráter de unidade, uma vez que o uso desse pseudônimo possibilita a problematização de questões interessantes para o estudo da produção literária de Bilac no ano de 1894 porque, entre outros fatos, ele não abandonou a *Chronica Livre*.

⁵Sobre pseudônimos e narradores em crônicas, ver: CHALHOUN, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs). **Apresentação**. In: _____. História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. RAMOS, Ana Flavia Cernic. **As Máscaras de Lélío: Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Introdução**. In: _____. Machado de Assis. História de quinze dias. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Entre as perguntas possíveis, por que ele decidiu manter as duas séries? O que as diferenciava? A temática? A voz narrativa? A abordagem dos mesmos temas? Aproximadamente 182 crônicas foram escritas e publicadas entre 30 de janeiro de 1894 e 6 de março de 1897 na *Gazeta*, e a sua vida longa mostra o sucesso da seção junto ao leitor⁶. Fantasio, contudo, não foi um pseudônimo criado especificamente para a *Gazeta de Notícias*, pois Bilac já o havia utilizado em outros periódicos. Segundo Antonio Dimas, entre os meses de fevereiro e junho do ano de 1893, foram publicadas em torno de 34 crônicas assinadas por Fantasio nas páginas do *Cidade do Rio*⁷. Ademais, segundo Fernanda Munhão Silvestre, entre 1896 e 1897, período posterior ao estudado por esta dissertação, foram publicadas quatorze crônicas em *A Bruxa* sob o pseudônimo de Fantasio. Em 1895, vinte e cinco crônicas saíram n’*A cigarra* sob o mesmo pseudônimo. Além desses periódicos, Bilac também usou a assinatura em *Almanak da Gazeta de Notícias*, *A República*, *O Filhote* e *Revista Ilustrada*⁸. Sobre esse uso, Galante de Sousa destaca que o modo encontrado para identificar o verdadeiro autor de Fantasio foi a forma gráfica utilizado por Olavo Bilac para assinar o pseudônimo:

Em *Cigarra*, de 20 de março de 1895, no sétimo número da revista, o pseudônimo de “Fantasio” é assinado com o mesmo traço gráfico em que aparece a assinatura “Olavo Bilac” no poema “Terza Rima”, em 13 de junho de 1895, na mesma revista. Considerando os estudos sobre o autor, a data de publicação, a revista e a função de Bilac como redator, cronista, jornalista e, esporadicamente, poeta nesses periódicos, pode-se afirmar que Bilac é “Fantasio” e que “Fantasio” é Bilac.⁹

Por meio dessa técnica usada por Galante de Sousa, para identificar que Olavo Bilac era o autor de Fantasio, pode-se deduzir que, durante as publicações em 1894, o público leitor provavelmente ainda não tinha consciência de que Bilac era o responsável pela criação do pseudônimo. Fantasio foi uma das assinaturas mais utilizadas por Olavo Bilac no final do século XIX e, quando ele passa a ser utilizado nas páginas da *Gazeta de Notícias*, em 1894, ainda era um narrador-fictício de Bilac muito novo e pouco amostrado na imprensa. Após desertar para

⁶ Para esta pesquisa foi feito um recorte temporal entre os anos de 1893 e 1894, porque o objetivo central é analisar a militância política de Olavo Bilac pelo direito da liberdade de expressão, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, durante o governo autoritário de Floriano Peixoto. Para tal análise foi selecionado as crônicas de Fantasio publicadas somente até dezembro de 1894.

⁷DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista. Crônicas: Volume 2**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora Unicamp, 2006, pp. 557-558.

⁸SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. **As Crônicas de Bilac nas Revistas Ilustradas *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896-1897)**. Dissertação de Mestrado em Letras: Literatura e Vida Social. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2008, *apud* SOUZA, J. Galante de. **Olavo Bilac e seus pseudônimos**. In: Machado de Assis e outros estudos. Rio de Janeiro: Editora Catedra. Brasília. Instituto Nacional do Livro, 1979, pp. 41-75.

⁹ Idem.

Minas Gerais, o cronista então decidiu, em janeiro de 1894, retomar o pseudônimo de Fantasio na *Gazeta de Notícias*.

No primeiro ano dessa nova série, Olavo Bilac conciliou a escrita das crônicas do seu personagem Fantasio com a sua *Chronica Livre* até setembro de 1894, e talvez foi por esse motivo que as crônicas de Fantasio levaram um tempo para se tornar frequentes. A primeira aparição aconteceu no dia 30 de janeiro de 1894, a segunda e terceira nos dias 24 e 26 de fevereiro, respectivamente, e se tornaram mais regulares somente a partir do mês de abril daquele mesmo ano, assim como mostra a tabela das crônicas, que está anexada a este trabalho. Diferentemente da *Chronica Livre*, as crônicas publicadas sob o pseudônimo de Fantasio surgiram nas páginas da *Gazeta de Notícias* sem nenhum anúncio. No seu primeiro ano de publicação, elas sempre apareceram na primeira página do jornal, eram caracterizadas por um tom mais leve do que o empregado na *Chronica Livre* (que era construída a partir de um humor irônico) e preocupavam-se em opinar sobre diversos temas que envolviam o cotidiano. Nelas, apareciam comentários sobre as cartas de seus leitores, crimes de adultério, atos de corrupção, jeitinho brasileiro, beleza feminina, divórcio, críticas literárias, elogios a amigos literatos, denúncias políticas, religião e emancipação feminina.

Quando Fantasio se apresentou na *Gazeta*, o jornal havia recentemente voltado a circular após passar por um período de fechamento da redação devido às ordens de censura impostas pelo Governo Federal de Floriano Peixoto. Assim, a *Gazeta de Notícias* voltou dia 5 de janeiro de 1894 com um número de páginas reduzidas, mas sem deixar de abordar as notícias políticas nacionais e internacionais nas respectivas colunas: *Boletim do Congresso*, *Estado do Rio*, *Notícias Officiaes* e *Telegrammas*. Com o retorno da *Gazeta de Notícias*, em 1894, a forma de escrever as críticas direcionadas ao governo não foi modificada apenas por Olavo Bilac, pois isso também foi perceptível na crônica dominical *A Semana*, de Machado de Assis, o qual mudou o formato de tecer críticas ao governo de Floriano Peixoto. Segundo Maria Luzia Alves Brito,

O que mudou, todavia, foi a forma de construir essas críticas, que apareciam em formatos mais sutis, muitas vezes sem citar nomes, através de textos literários ou disfarçadas em anedotas. A implicação disso na série foi visível e, a partir desse momento, Machado selecionou mais assuntos da esfera privada para tecer suas crônicas. Talvez nesse momento houvesse até mesmo uma maior demanda para discutir os fatos políticos no espaço da crônica de Machado, mas a cautela era a palavra de ordem¹⁰.

¹⁰ BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017, p. 38.

Apesar da suspensão de sua publicação, a *Gazeta de Notícias*, ao retornar suas atividades, não se calou diante do Governo Federal, o que mudou na redação do jornal foi o modo de opinar sobre o governo de Floriano Peixoto. Ademais, as colunas reservadas para a literatura foram espaços em que a *Gazeta* mais aproveitou para fazer uso dos artifícios literários e publicar duras críticas ao governo disfarçadas de ironia. A colaboração de Bilac na *Gazeta de Notícias* por si só já era um afrontamento, pois ele era um colaborador que estava na mira das autoridades florianistas, exilado até então nas terras mineiras, e a *Gazeta*, quando retomou sua circulação, abriu mais espaços para esse autor em suas páginas. Nesse sentido, o reflexo dessa postura do jornal nas séries de crônicas de Bilac foi visível, uma vez que, assim como Machado de Assis, ele também abordou assuntos da esfera privada para debater questões políticas e sociais, tanto nas últimas edições da *Chronica Livre* quanto nos artigos de Fantasio. Logo, naquele momento de suspensão da liberdade de imprensa, a *Gazeta de Notícias* voltou a circular:

ocupando-se de todo e qualquer assunto. As notícias iam das discussões parlamentares ao homem que fora recolhido no Hospício de Alienados porque se dizia perseguido por “baratas de bigodes grandes”. Inova ainda com a publicação diárias de gravuras, no mais das vezes fazendo galhofa com o assunto do momento. Cabe ressaltar que antes as ilustrações só apareciam em casos excepcionais, como em algum crime de grande repercussão, ou o busto de uma figura célebre¹¹.

Na sua *Chronica Livre* do dia 15 de fevereiro de 1894, Olavo Bilac, ao escrever sobre a inauguração da revista literária *A Semana*, de Max Fleiuss e Valentim Magalhães, deu a entender que a *Gazeta* recorria à literatura para ocupar as colunas destinadas às notícias sobre política, e uma prova disso foi a elaboração de dois concursos literários promovidos pelo jornal no decorrer do ano de 1894. É perceptível então que a literatura foi o meio encontrado para continuar atacando o governo de Floriano Peixoto e, ao mesmo tempo, chamar menos a atenção das autoridades que estavam atentas à movimentação da imprensa, ou ela provavelmente estava sendo vista como uma estratégia que apresentava um risco menor de o jornal ser suspenso novamente. Logo, ao anunciar a abertura do primeiro concurso literário, no dia 2 fevereiro de 1894, a *Gazeta de Notícias* demonstrou que voltou oferecendo ainda mais oportunidades aos “homens de letras” do país:

¹¹SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 114 *apud* *Gazeta de Notícias*, 5 jan., 1894, pp. 1-2.

Fica aberto desde hoje, e será encerrado no dia 28 do corrente mês, no escritório desta folha um concurso de contos literários. Os contos devem ser calculados de modo a ocupar duas colunas a duas colunas e meia da *Gazeta de Notícias*, em tipo comum, entrelinhado¹².

No fim do concurso, em março de 1894, foi divulgado o nome do vencedor, o literato Magalhães de Azeredo, parceiro de Olavo Bilac na escrita do folhetim *Sanatorium*, que foi publicado na *Gazeta de Notícias* em novembro e dezembro de 1894. Magalhães de Azeredo não era um literato desconhecido, certamente ele já havia estabelecido um laço de amizade com Bilac antes de ambos se encontrarem em Minas Gerais e escreverem esse romance juntos. Nas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*, Bilac não deixou de comentar sobre esses espaços que foram abertos para novos literatos durante aquele cenário de revoltas e censura. Assim, na coluna de Fantasio, o cronista publicou sobre Magalhães de Azeredo somente meses depois de haver ocorrido concurso, porém, na *Chronica Livre*, Olavo Bilac mencionou o concurso literário e a inauguração de *A Semana*, revista ilustrada de Sylvio Romero e Araripe Júnior:

Refiro-me a florescência inesperada e rica que se manifesta nas letras brasileiras, justamente agora, no ciclo de sangue da revolta, quando era mais natural que todas as atenções dos moços estivessem voltadas exclusivamente para a política, - sereia maldita cuja voz sabe, em nossa terra, com tanta sedução tentar e matar as vocações literárias. [...]os jornais, em plena liberdade, em pleno uso de garantias, dedicavam todas as suas colunas a artigos de combate e a noticiários sem cor, de que a literatura parecia propositalmente afastada¹³.

A partir daquele momento, de acordo com a crônica de Olavo Bilac, a literatura ganhou ainda mais destaque na *Gazeta de Notícias* e abriu oportunidades para os novos mestres das letras. Por causa da represália contra a imprensa, ficou restrito aos intelectuais a publicação de críticas contundentes às revoltas e ao posicionamento do governo provisório de Floriano Peixoto. Outrossim, por conta da falta de liberdade da imprensa e da repressão florianista, que se intensificaram no decorrer do ano de 1894, a *Gazeta* tinha ampliado os espaços em suas páginas dedicados à publicação de contos, crônicas, folhetins e poemas. Se o incentivo à literatura e a presença de escritores eram uma tradição do jornal desde sua fundação em 1875, em 1894, isso soou vital para a sobrevivência do jornal e a sua liberdade de expressão. No contexto da repressão, o preenchimento do jornal cada vez mais com literatura podia ser

¹² “Concurso Litterario”. *Gazeta de Notícias*, 2 fev., 1894, p. 1.

¹³ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 15 fev., 1894, p. 1.

entendido como uma clara estratégia para suprir a falta de notícias e artigos sobre política. Nesse sentido, a crítica política não ficava ausente, pois continuava sendo abordada nas entrelinhas e sátiras dos artigos literários. Para Bilac, a situação política daquele período abriu portas para a literatura brasileira e para novos literatos, por isso era um momento de a literatura entrar em combate contra os atos repressivos do governo de Floriano Peixoto nas páginas da imprensa. A hipótese de Olavo Bilac de que a *Gazeta* se ocupava mais da literatura do que de política no seu retorno às atividades da redação pode até ser válida, entretanto, o propósito da *Gazeta de Notícias*, desde o seu nascimento, era abrir espaços para os literatos, pois, embora ela tenha intensificado sua parceria com a literatura durante os tempos de Floriano sob o controle da liberdade de imprensa, usou a literatura como um instrumento para vingar a sua suspensão em 1893 e denunciar os atos autoritários do governo florianista.

Nas pequenas mudanças ocorridas no retorno das atividades da redação da *Gazeta de Notícias* é possível observar os impactos que a suspensão do jornal causou nas crônicas de Olavo Bilac. Dessa forma, ao observar o quadro de colaborações desse autor, nota-se que foi comum, ao longo da sua carreira, a publicação de textos com assinaturas diferentes num mesmo periódico. Exemplos disso podem ser encontrados na *Cidade do Rio*, em 1893, quando Olavo Bilac publicava crônicas a cada três ou quatro dias durante a semana com assinaturas diversas, como O.B., Fantasio, X, Puck e Gil¹⁴. A postura de Bilac não foi muito diferente na *Gazeta de Notícias*, uma vez que, no jornal de Araújo, o cronista publicou, entre os anos de 1893 e 1894, a *Chronica Livre* que era assinada como O.B. e Olavo Bilac, os textos escritos por Fantasio, além de uma pequena série de quatro crônicas sobre a construção da nova capital mineira intitulada de *Belo Horizonte – A nova Capital de Minas*” e assinada como O. B. e Olavo Bilac. No final de 1894, o literato, juntamente com Magalhães de Azeredo, publicou ainda um romance no rodapé do jornal, intitulado *Sanatorium*, que foi assinado como Jayme d’Athayde, pseudônimo usado pela dupla de autores. Mesmo durante um período carregado de autoritarismo, repressão e censura aos periódicos e seus colaboradores, Olavo Bilac construiu Fantasio no momento em que abraçava vários projetos do mesmo jornal, isso demonstra que, apesar das dificuldades de driblar a censura e a prisão, ele não deixou de ser atuante na imprensa carioca.

A estreia da série de Fantasio não foi anunciada pela *Gazeta*, como aconteceu com a *Chronica Livre*”. Contudo, ao observar as edições da *Gazeta de Notícias* que saíam nos dias anteriores à crônica de Fantasio, verifica-se que muitas vezes o jornal fazia a divulgação prévia

¹⁴ DIMAS. *Op. cit.*, pp. 557-558.

e antecipava temas e características dos escritos do pseudônimo. Um exemplo disso apareceu na edição do dia 12 de abril de 1894, quando o jornal anunciou, em sua primeira coluna, a crônica de Fantasio do dia seguinte: “além da *Árvore do Pranto*¹⁵, daremos também *Cobras e...Cobras*, esplêndida fantasia de Fantasio”¹⁶. Algo semelhante ocorre também na edição do dia 14 de maio, quando a redação anunciou: “Publicaremos amanhã Maio, um bonito capricho de *Fantasio*”¹⁷. Em vários anúncios como esses a *Gazeta* denominava as crônicas de Fantasio como uma fantasia destinada a divertir seu público leitor e a redação do jornal parecia criar um mistério sobre os artigos ao adiantar o título da próxima publicação nessas propagandas. Mas, por que a *Gazeta de Notícias* anunciava as crônicas de Fantasio como fantasia? Será que foi pelo fato de o pseudônimo escolhido por Olavo Bilac estar relacionado com o ato ou o efeito de se fantasiar? Afinal, onde Bilac buscou inspirações para a construção desse personagem?

Alvaro Santos Simões Junior¹⁸ e Fernanda Munhão¹⁹ destacam que Bilac buscou inspiração para a criação de Fantasio na literatura francesa, mais especificamente na obra de *Van Musset*, que apresenta um personagem do mesmo nome, Fantasio. Nessa trama francesa, Fantasio era um jovem que, ao receber a notícia de que o bobo da corte havia falecido, vestiu-se como um novo bobo da corte, infiltrou-se no palácio do rei da Baviera e ficou no lugar do morto. Sendo assim, Fantasio, o personagem de Olavo Bilac, foi construído como um:

“bobo da corte” abrigado que observa atentamente a elite carioca no final do século: ele critica, revela, acusa e elogia os casos cotidianos da vida do Rio de Janeiro sem que a realeza desse palácio, nesse caso os homens públicos e políticos da capital do país, censure o discurso produzido em suas crônicas²⁰.

Mais do que um bobo da corte, pode-se entender que Olavo Bilac criou seu personagem com o intuito também de mascarar e fantasiar suas críticas, ou seja, o disfarce era uma estratégia para ele ficar livre das represálias. A unidade da série de Bilac era mantida por meio das crônicas que eram identificadas pela assinatura do pseudônimo Fantasio e pelo modo como o narrador fantasiava suas críticas e opiniões sobre os assuntos políticos e sociais latentes. Naquele fim de século XIX, era tradicional os literatos adotarem pseudônimos para assinar suas

¹⁵ Conto de Gil Castro, autor que foi premiado no concurso organizado pela *Gazeta de Notícias*.

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 11 abr., 1894, p.1. (*Grifos do autor!*).

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, 14 mai., 1894, p. 1.

¹⁸ SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. *A Sátira do parnaso: estudos da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 125.

¹⁹ SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. *As Crônicas de Bilac nas Revistas Ilustradas A Cigarra (1895) e A Bruxa (1896-1897)*. Dissertação de Mestrado em Letras: Literatura e Vida Social. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2008, p.70.

²⁰ Idem.

narrativas, e Olavo Bilac não deixou de usar esse artifício. Ademais, a “regra era manter uma individualidade específica para cada um dos narradores criados” e assim estabelecer uma diversidade de opiniões sobre o mesmo assunto, o que evidenciava que “a realidade podia ser discutida de diversas formas, sempre determinadas pelo lugar de onde se falava”²¹.

Consideramos que o uso pseudônimo pode ter atribuído maior liberdade a Bilac, pois, nas crônicas de Fantasio o cronista era mais livre para fantasiar suas opiniões acerca dos acontecimentos, como fez em 1894 com os assuntos a respeito da política do Marechal Floriano Peixoto. Em um texto publicado no ano de 1897, na série *Chronica* da *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac escreveu: “o uso do pseudônimo não quer dizer que o escritor não queira assumir a responsabilidade do que escreve”²², isso demonstra que, para Bilac, o pseudônimo ia além do disfarce, ou seja, era mais um narrador para debater as várias faces dos mesmos acontecimentos²³. Com Fantasio, Olavo Bilac construiu narrativas mais humorísticas devido ao tom jocoso e irônico que o cronista adotava para amenizar a agressividade das palavras que discorria sobre as questões políticas e sociais abordadas em suas crônicas.

Enfim, o narrador ficcional servia para Bilac como uma máscara, que lhe proporcionava meios de criar um distanciamento, prudente em tempos de repressão, entre o cronista a voz que articulava as críticas nas crônicas. Além disso, Fantasio oferecia a Olavo Bilac uma certa liberdade para que o cronista não se prendesse ao teor opinativo e extrapolasse as fronteiras da realidade. Desse modo, para Bilac, a máscara de Fantasio o protegia para que ele pudesse expor sua opinião e crítica sobre vários assuntos, inclusive a Revolta da Armada ocorrida em 1894 e os temas ligados à higiene e à sanitização da cidade do Rio de Janeiro, sem expor seu nome. Por meio de uma escrita comprometida com o exercício literário e que convidava o leitor à imaginação, Fantasio atingia assuntos polêmicos sobre a política de Floriano sem correr riscos. Como um bobo da corte, Fantasio adentrava temas políticos, durante a censura florianista, parecendo descompromissado com o real. Assim, em 1894, por meio de Fantasio, Olavo Bilac e suas crônicas políticas resistiram na *Gazeta de Notícias*. Apesar dessa fantasia que Olavo Bilac criou com Fantasio, acredita-se que esse narrador ficcional foi cuidadosamente arquitetado por Bilac e que sua aparição na *Gazeta de Notícias*, no mesmo momento de publicação da *Chronica Livre*, possuía um propósito e uma estratégia para continuar publicando literatura naquele contexto de repressão. Sobre o uso de assinaturas diversas do nome nas

²¹ RAMOS. *Op. cit.*, p. 65.

²² “Chronica”. *Gazeta de Notícias*, 25 jul., 1897, p.1.

²³ SOUSA J. Galante de. **Olavo Bilac e seus pseudônimos**. In: Machado de Assis e outros estudos. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

crônicas, Sidney Chalhoub, Margarida de Sousa Neves e Leonardo Pereira alertam sobre como era:

[...]cuidadosa a escolha dos pseudônimos, artifício frequente entre os cronistas brasileiros desde meados do século XIX. [...] Mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meios de elaboração de personagens-narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo da série.²⁴

Sendo assim, é possível imaginar que Olavo Bilac criou Fantasio não somente como um pseudônimo para se esconder, mas como um narrador ficcional daquela série de crônicas. Esse foi o modo que Bilac encontrou para lidar com a censura florianista naquele momento, “um instrumento fundamental na construção desse espaço de liberdade, não pelo anonimato, mas pela instauração do humor e do caráter literário nos textos”²⁵. Além de atacar a falta de legalidade e os bombardeios da Revolta da Armada, outros assuntos relacionados a sociedade chamavam a atenção de Fantasio, mas os mais destacados pelo narrador, em 1894, eram os problemas cotidianos do Rio de Janeiro, pois esse era um modo de atirar críticas às políticas públicas e ao mesmo tempo idealizar uma capital federal moderna e civilizada. Assim como Bilac fez na *Chronica Livre*, Fantasio também abordou em suas crônicas temas como a monarquia e a epidemia de gripe que assolava a capital federal, uma vez que essas eram grandes pautas para Fantasio defender o esquecimento do regime anterior e defender tanto a modernização quanto a higienização da cidade. Ademais, Fantasio também defendia o divórcio em prol da liberdade masculina e ironizava ora a política municipal do Rio de Janeiro ora os assuntos relacionados às mulheres e os decotes usados pelas meretrizes. Fosse política ou assuntos astronômicos, Fantasio sempre tinha um tema para comentar, por meio da ironia, do humor e da insinuação, essas eram as expressões mais frequentes em suas crônicas publicadas ao longo do ano de 1894²⁶.

A partir do pressuposto de que a crônica de abertura de uma série cronística tem o objetivo de estabelecer o programa²⁷, independentemente dos acontecimentos, e delinear toda a série, foi analisado o texto *Sejamos sérios!*, a primeira crônica de Fantasio na *Gazeta de Notícias*, publicada em 30 de janeiro de 1894. Nesse texto, o narrador comentou que as comemorações do carnaval já haviam começado em Ouro Preto, citou os adereços usados

²⁴CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de S.; PEREIRA, Leonardo A. M. (Orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 13-14.

²⁵RAMOS. *Op. cit.*, p. 62.

²⁶Conferir, *Gazeta de Notícias* nos dias 24 fev., 05 jun., 22 ago., 06 set., 15 set., 13 out., 26 out., 29 out., 1894.

²⁷CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: ____ (orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

nessas festividades e repudiou as brincadeiras de jogar “limões de cheiro” pela janela das casas, o que deixava as ladeiras escorregadias²⁸. Ademais, o personagem de Olavo Bilac fez uma breve ligação entre os limões jogados pela janela e as “balas de canhão-revólver”, uma referência aos bombardeios da Revolta da Armada. Assim, nota-se que as referências aos conflitos armados no litoral do Rio de Janeiro eram feitas tanto nas crônicas de Fantasio como na *Chronica Livre*. Nessa crônica de estreia, Fantasio, ao se deparar com uma “mascarada barulhenta” enquanto andava pelas ruas de Ouro Preto, ficou convencido da ideia de ser “muito fácil de contentar é o homem quando se quer divertir”²⁹:

Seriam 10 horas. Já havia pouca gente às janelas, para apreciar o divertimento do bando. Mas, ainda assim, como os mascarados se divertiam! De cada lata de querosene saía uma trovoadas ensurdecadora; de cada corneta saltava um clangor de Juízo Final; de cada garganta explodia um vozear de furacão. Encontrei o bando, justamente quando ele, hesitante, parava no ponto de junção de duas ruas.³⁰

Ao ver o grupo de mascarados, o cronista observou uma briga entre dois homens fantasiados, que discutiam a respeito de qual rua deveriam seguir. Enquanto isso, o “chefe do bando” gritava sobre a direção, mas ninguém o ouvia, o que evidenciava que ele não possuía autoridade diante da turma. Então, Fantasio comentou o que o chefe desconsolado lhe disse: “– Veja o senhor! É por isso que não se pode fazer nada direito... Não me obedecem, não tem disciplina, não têm seriedade nenhuma! E sem seriedade não se pode fazer nada, não acha o senhor? ...”³¹. A expressão “sejamos sérios!” usada na narrativa demonstra a disposição do cronista para abordar com seriedade todas as suas críticas naquela série de crônicas que se iniciava ali. Nesse sentido, independentemente do assunto, dos problemas políticos, econômicos, culturais ou sociais, Fantasio levou seriedade para todos os temas, mesmo que tenha por meio de uma leitura humorada e carregada de fantasias. O carnaval de rua de Ouro Preto deixou o cronista pensativo a respeito do momento que ele presenciou e, ao relatar que um homem, usando máscara de “gargalhada viva”, pedia seriedade ao grupo de foliões, “Vamos, meus senhores! Sejamos sérios! Sejamos *sérios* com todos os diabos!”³², demonstrou, nas entrelinhas, que a intenção de Olavo Bilac, ao construir Fantasio como narrador daquela coluna literária, era comentar os assuntos do cotidiano com seriedade por detrás de toda fantasia

²⁸ Sobre a relação literatura, política e carnaval ver em: CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O Carnaval das Letras**. *op. cit.*

²⁹ “Sejamos sérios!”. *Gazeta de Notícias*, 30 jan., 1894, p.1.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Idem*. (*Grifos do autor!*).

proposta pelo pseudônimo escolhido. A partir daquele momento, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, Fantasio foram as fantasias de Olavo Bilac para desenvolver, indiretamente, suas críticas em relação ao florianismo e às questões sociais da época.

Um dos artifícios que Fantasio usava para atingir o Governo Federal era comentar as notícias internacionais, como ocorreu na crônica do dia 19 de maio de 1894, em que o cronista ironizou a candidatura de um padre espanhol ao cargo de carrasco de Madrid após a morte do antigo. Ao iniciar a crônica, Fantasio, usando um tom de conversa entre autor e leitor, apresentou o tema que seria abordado naquele dia e, como se quisesse mostrar que era o próprio Fantasio quem falava por trás da voz do narrador, usou o pronome “eu” para apresentar o ponto de vista do texto:

É justamente dessa sucessão comovedora que vamos tratar, leitor amigo, - eu e tu, arredados do mundo, nesta coluna calma, sobre a qual, como sobre um tapete de circo, a minha fantasia costuma cabriolar para gáudio da galeria. Tratemos da sucessão do carrasco de Madrid...!³³

Ao deixar clara a voz ficcional que narrava aquelas crônicas assinadas por Fantasio, em um tom de convite, o cronista chamava o leitor para embarcar na leitura de mais uma fantástica crônica. Sendo assim, por meio do pseudônimo, Bilac destacava que aquele texto tratava-se da imaginação do autor, assim como era colocado nos anúncios das crônicas publicados um dia antes na *Gazeta de Notícias*. De um jeito leve e com um humor irônico, Fantasio construía suas crônicas literárias para divertir o público leitor, mas, nas entrelinhas dessas “fantasias”, marcava suas críticas sobre as questões sociais e políticas da época. No final das crônicas, o autor costumava expressar uma reflexão ou uma opinião a respeito do tema abordado, o que deixava suas críticas e ironias mais evidentes. Quando as crônicas abordavam um contexto internacional, como o caso da eleição ao cargo de carrasco da Espanha, Fantasio fechava o texto com a seguinte ideia:

O dever de um diretor da opinião pública é olhar não só para o presente como também para o futuro... Suponhamos que se restabeleça um dia no Brasil a pena de morte, - coisa que eu, sanguinário e ultra-robepierriano como sou, ambicioso e desejo... Nesse dia, não servirá para alguma coisa esta crônica? Sim! Servirá para alguma coisa... Servirá para mostrar a conveniência de, a fim de favorecer as finanças do Estado, dar-se a um padre o cargo de carrasco oficial...³⁴

³³ “O Carrasco de Madrid”. *Gazeta de Notícias*, 19 mai., 1894, p. 1.

³⁴ Idem.

A partir desse contexto internacional, o autor procurava uma brecha para abordar sua própria realidade local, ou seja, Olavo Bilac usava a técnica de comentar sobre um assunto estrangeiro para no final elaborar críticas ao contexto social e político nacional. Além disso, ao longo da crônica sobre o carrasco, o cronista se posicionou enquanto um formador de opinião, pois essa era uma função que os literatos daquela geração atribuíam a si mesmos. Assim, ao afirmar seu lugar de “diretor da opinião pública”, ele demonstra que aquele artigo não era uma simples fantasia para entreter os leitores da *Gazeta de Notícias*, mas também para direcionar a opinião e aconselhar seus leitores.

Na série de Fantasio é possível ainda descobrir um diálogo entre os dois narradores ficcionais de Olavo Bilac. Nesse sentido, Fantasio resgatou outro pseudônimo de Olavo Bilac, Pierrot, que foi usado por ele em *O Combate* no ano de 1892. Depois que os tempos de Revolta da Armada, o estado de sítio e o governo de Floriano Peixoto passaram, no dia 19 de novembro de 1894, Fantasio narrou um encontro com o Pierrot na rua Direita:

Vestia uma espécie de ampla camisola branca, com enormes botões de várias cores, caindo em pregas fartas sobre bombachas larguíssimas. Tinha o nariz vermelho, a cara cheia de obreias, a cabeleira polvilhada de farinha. Eu, aparvalhado, fiquei por longo tempo a mirar o singular personagem, duvidando do que via. Mas ele, depois de duas cambalhotas, escancarou a boca numa risada retumbante, e deu-se a reconhecer amavelmente: - Sou eu mesmo, Fantasio, sou eu mesmo! Pierrot verdadeiro, em carne e osso! o Pierrot dos teatrinhos de Guignol, o amigo de Pierrot, o espancador dos gendarmes e dos credores, a alegria viva de todas as crianças do mundo! Compreendo o teu pasmo: olhas para a minha barriga com um espanto natural... Ah! engordei a força, Fantasio! [...] Aqui onde a vês, esta minha gordura nasceu no Paraíso da casa de correção...³⁵

Nesse trecho, Fantasio fez referência à prisão de Olavo Bilac que ocorreu em 1892, quando ficou preso na Fortaleza da Lage por longos quatro meses, sem contato com a imprensa e com o mundo exterior. Condenado por haver conspirado contra o governo de Floriano Peixoto, naquele ano, quando foi preso, Olavo Bilac era colaborador das páginas do jornal *O Combate*, que foi fundado para ser um periódico oposicionista do Governo Federal. Além disso, a descrição das vestes do Pierrot faz referência ao palhaço triste da *Commedia dell'Arte*, na qual Bilac se inspirou para criar o seu pseudônimo usado para assinar a série de crônicas *Vida Fluminense*, em *O Combate* de 1892. Durante a sua primeira prisão, Bilac escreveu uma carta a Max Fleiuss em que reclamava por estar parado na prisão e “engordando, prodigiosamente,

³⁵ “Pierrot”. *Gazeta de Notícias*, 19 nov., 1894, p. 1.

monstruosamente”³⁶, assim como Pierrot relatou a Fantasio anos depois. Olavo Bilac usava as fantasias de Pierrot e de Fantasio para expor, na *Gazeta de Notícias*, suas experiências no cárcere após ser um opositor do Marechal Floriano Peixoto. Na crônica de Fantasio, Olavo Bilac colocou frente a frente os seus dois pseudônimos, ambos inspirados em personagens caracterizados de palhaços. Enquanto Pierrot contava a Fantasio sobre sua experiência na prisão, Fantasio questionava Pierrot sobre o motivo que o levou ao cárcere:

-Tu, preso, meu pobre Pierrot! Tu preso?!... - Eu preso, Fantasio! eu, preso! Deram-me uma ceva forçada de sete meses... - Mas que fizeste tu, desgraçado? por que conspiraste? por que arrasaste dez estradas de ferro e duzentos edifícios públicos, a choques de dinamite? por que perturbaste a ordem pública, pondo em perigo a solidez das instituições? - Não conspirarei, Fantasio! Não arrasei coisa nenhuma! Não abalei nenhuma instituição! Fui preso por ser alegre... E, no que parece, a alegria é sebastianista: ofende e perturba a boa marcha dos negócios públicos. Parece que cada uma das minhas risadas fazia baixar o câmbio, esgotar-se o Tesouro, naufragar a lei, crescer o *déficit*, esbandalhar-se o crédito. Não sei! Mas já me disseram que, para ser bom republicano, é preciso ter uma lagrima perpetua ao canto do olho e um perpétuo gemido ao canto da boca.³⁷

Pierrot explicou os motivos pelos quais ficou sete meses preso, quantidade resultada da soma de tempo de todas as vezes que Olavo Bilac foi detido pela polícia florianista, entre os anos de 1892 a 1894³⁸. A justificativa da prisão de Pierrot seria o fato de ele ser alegre, o que é uma ironia acerca do humor do verdadeiro personagem Pierrot, um palhaço triste que por isso carrega uma lágrima desenhada em sua face. Nesse sentido, a sátira do cronista revelava aos poucos as críticas e as consequências dos atos de Floriano Peixoto durante o seu governo, pois, para ele, ser um “bom republicano” era justamente ser um palhaço triste, que ecoava risadas diante das desgraças do país, assim como o palhaço Pierrot foi retratado no teatro. Nessa crônica dialógica entre os dois personagens, Pierrot e Fantasio, Olavo Bilac lembrou as crises enfrentadas naqueles últimos anos de governo do Marechal de Ferro, e Pierrot encerrou dizendo a Fantasio: “[...] ah! Fantasio! Deus permita que já se possa rir um bocado, sem ir dar com as costas na palha do cárcere...”³⁹. Esse comentário é feito uma vez que os tempos estavam mudando, na presidência, Prudente de Moraes já havia assumido o cargo em 15 de novembro de 1894, e, para o cronista, isso era motivo de alegria. Por essa razão, Pierrot e Fantasio já

³⁶ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, pp.153-154.

³⁷ “Pierrot”. *Gazeta de Notícias*, 19 nov., 1894, p. 1.

³⁸ De acordo com o biógrafo Raymundo Magalhães Olavo Bilac foi preso por três vezes. Em 1892 por quatro meses, em 1893 antes de deixar o Rio de Janeiro, e quando retornou de Minas Gerais ficou detido por alguns dias na Chefatura de Polícia para averiguações.

³⁹ “Pierrot”. *Gazeta de Notícias*, 19 nov., 1894, p. 1.

podiam livremente dar risadas e comemorar, pois o governo autoritário de Floriano havia se encerrado.

As crônicas de Fantasio, por mais que fossem voltadas para as questões sociais e literárias, naquele momento de intensa represália política, não deixaram de, uma vez ou outra, citar a censura e a falta de liberdade de expressão dos intelectuais e da imprensa impostas pelo governo de Floriano Peixoto. No dia 11 de junho, por exemplo, Fantasio iniciou uma crônica expondo que havia descoberto um buda lá no íntimo da sua “alma de cronista”. Ao longo da crônica, o narrador descreveu a experiência que teve ao caminhar “por sítios agrestes”, quando encontrou “um pobre africano, velho e trêmulo, a porta de uma choupana miserável, trançando a palha de um chapéu com os seus magros dedos descarnados e pretos”⁴⁰. Após tentar dialogar com o “brâmane preto”, e ele continuar trançando o chapéu sem responder, Fantasio decidiu falar tudo que lhe veio à cabeça na hora:

Disse-lhe primeiro que tinha errado o caminho; que a tarde estava bonita; que já estava fazendo frio; que a tarde estava bonita; que já estava fazendo frio; que a noite ia ser medonha. Depois falei-lhe da minha saúde; disse-lhe que estava com fome. E entrei pela política: referi-lhe que o Saldanha havia fugido; que o Torterolli tinha sido preso; que já não tínhamos ministro português; disse-lhe ó diabo! E ele calado...⁴¹

Logo, é viável relacionar essa crônica de Fantasio ao momento em que o seu autor estava vivendo com pouca liberdade de expressão, pois nela ele aproveitou para abordar tudo o que desejava ao encontrar o senhor, uma vez que nos espaços dos jornais ele deveria ser cauteloso, portar-se como um buda e manter-se calado sobre as questões que envolviam a política e o governo florianista: “Oh! Meus amigos! Não há nada tão bom como estar calado... principalmente quando não há outro remédio!”⁴². Nessa crônica, é possível observar a ironia quando Fantasio declara o quão bom seria se manter calado, especialmente naquele contexto de política autoritária e repressiva⁴³. Contudo, a sua vontade de se tornar um buda reforça mais uma vez essa ironia e a crítica do autor, que, mesmo diante do estado de sítio, da Revolta da Armada e da espionagem das autoridades do governo, não ficou calado e buscou estratégias para continuar escrevendo na imprensa carioca.

Assim, por meio de máscaras e brincadeiras de carnaval do Fantasio, Olavo Bilac inaugurou na *Gazeta de Notícias* um modo de expressar sua opinião política naquele período

⁴⁰ “Buddha-Fantasio”. *Gazeta de Notícias*, 11 jun., 1894, p. 1.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ FREIRE, Felisberto. **História da Revolta da Armada de 1983**. Brasília: Editora UnB, 1982.

de repressão da imprensa. O tom sarcástico e brincalhão que Fantasio usava na sua escrita demonstrava a seriedade dos assuntos levantados por ele em suas crônicas. Essa foi a estratégia que Olavo Bilac encontrou para não deixar de falar sobre os assuntos políticos relacionados ao governo de Floriano Peixoto, o grande alvo do literato. A República se instaurou no Brasil de uma forma que atormentava Olavo Bilac, pois diferia do modo como ele a idealizava. Por essa razão, ele estava sempre buscando um modo de construir seu ideal republicano por meio da literatura. Assim, os projetos literários de Bilac não acabaram com o folhetim *Sanatorium* e com as crônicas de Fantasio, pois ele também lançou, naquele mesmo ano, duas paródias baseadas nas fábulas de *La fontaine*.

3.2. Os bombardeios políticos de Fantasio nas páginas da *Gazeta de Notícias*

A estratégia de Olavo Bilac era aproveitar aquele momento de mais liberdade e espaço na *Gazeta de Notícias* para publicar suas considerações políticas acerca daquele período sombrio que se encerrava com a posse do novo presidente Prudente de Moraes. Sendo assim, Bilac ainda usou seu pseudônimo Fantasio para publicar um pequeno projeto literário, o *Lafontaine Adaptado*. Esse projeto contava com a adaptação de duas fábulas de *La fontaine* e foi anunciado em uma crônica de Fantasio, intitulada de *Post-gaudium* e publicada no dia 4 de dezembro de 1894:

[...] estou vivo, enfim, vivo como vós, como o brilho do vosso olhar, como a graça do vosso sorriso! E se desapareci, se me tranquei a sete chaves dentro de um silêncio discreto, - uma alta razão de Estado me impôs essa reserva, selando-me os lábios, e estancando-me neles a fonte dos conceitos e das frases. [...] Ah! minhas senhoras! A casa de correção é grande, mas o mato é maior! Fui para o mato, espairecer a alma e deliciar os olhos...⁴⁴

Depois de alguns dias, quando o presidente da república estava recebendo o povo de Uruguai para confraternizações, Olavo Bilac comentou a sua ausência e silêncio a respeito daquelas cerimônias. Fantasio dizia ter medo de entrar nos assuntos entre duas nações e ir para a “casa de correção”. Contudo, ao comentar sobre o seu silêncio, o cronista não deixou de fazer uma conexão com os tempos em que foi perseguido por manifestar sua opinião na imprensa em relação ao florianismo. Logo, observa-se que esse desaparecimento do cronista, citado na crônica acima, foi um modo de ele dizer ao seu público leitor que, apesar de todos os contratempos enfrentados nos últimos tempos desde o início do mandato de Floriano Peixoto,

⁴⁴ “Post-gaudium”. *Gazeta de Notícias*, 4 dez., 1894, p. 1.

a partir daquele momento ele podia voltar a escrever críticas mais direcionadas ao governo, pois não havia mais chances de a polícia florianista detê-lo. Era dezembro de 1894, e Olavo Bilac, por detrás de Fantasio, continuava combatendo a política de Floriano Peixoto e todos os problemas sociais e políticos de forma aberta e direcionada:

Agora, porém, é tempo de desamarrar a língua. Meu bom La fontaine! Doe-me o teres morrido tão cedo! Em que frios e irônicos versos perpetuariam a lembrança destas comovedoras festas. Não vades agora pensar que sou contra a paz... não amo a guerra, porque não amo a bordoadá⁴⁵.

Nessa crônica, Fantasio já deu indícios aos seus leitores sobre a estreia do *Lafontaine Adaptado*, pois ele já estava pronto para “desamarrar a língua”, ou seja, usar a liberdade de expressão e manifestar sua opinião política sem correr o perigo de ser preso a qualquer momento. Assim, o cronista iniciou suas adaptações das fábulas de *La fontaine* para fazer suas sátiras à política de forma livre:

E eu, por mim, já estou de joelhos, ao fim desta coluna, pedindo à Discórdia, deusa perigosa e humana, que nunca se lembre de transformar os fios das serpentinas em fios de sabres, e as chuvas de confete em chuvas de balinhas niqueladas... E seja surdo o diabo, e os anjos exercem esta prece!⁴⁶

Essa crônica parece um marco nos textos até então assinados por Fantasio na *Gazeta de Notícias* em 1894, uma vez que o cronista sinalizou no *Post-gaudium* que estava agora nas páginas da *Gazeta* para escrever suas opiniões de forma aberta e livre. As “chuvas de balinhas niqueladas” faz uma alusão às balas de canhão tão frequentemente mencionadas por Olavo Bilac em suas crônicas durante o período da Revolta da Armada. Além disso, na edição do dia 7 de dezembro de 1894, a redação da *Gazeta de Notícias* informou, na primeira página, a nova contribuição de Fantasio na folha: “a imitação do que tem feito Brioux no *Figaro*, de *Pariz*, o nosso colaborador Fantasio está fazendo a adaptação de algumas fábulas de *La fontaine* aos homens e às cousas da nossa terra”⁴⁷. Então, nos dias 9 e 10 de dezembro, foram publicadas na primeira página da *Gazeta de Notícias* duas paródias da fábula de *La Fontaine*, intituladas de *Lafontaine Adaptado* e assinadas pelo pseudônimo Fantasio.

A primeira adaptação que o cronista fez foi da fábula *A cobra e a Lima*, que recebeu o nome de *Cosme e Rodolpho ou a serpente e a lima*. Nela, Fantasio, por meio da paródia, criticou uma discussão que vinha acontecendo nas páginas do jornal entre Cosme Peixoto e Rodolpho Bernadelli, o responsável pela estátua do General Osório, monumento que foi erguido em

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ “Lafontaine Adaptado”. *Gazeta de Notícias*, 7 dez., 1894, p. 1.

homenagem ao General e inaugurado no dia 12 de novembro de 1894. A inauguração da imagem do General Osório no centro da cidade do Rio de Janeiro foi uma forma de homenagear a atuação do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). Abordar esse acontecimento em um texto era uma amostra de que Bilac estava recorrendo a vários gêneros literários para comentar publicamente suas opiniões por detrás das sátiras seu narrador Fantasio:

Conta-se que uma cobra (era Cosme essa cobra)
 Tinha na vizinhança um célebre escultor,
 Que, modesto e tenaz, ganhara, de obra em obra
 Fama, dinheiro e amor.
 Um dia, a cobra invade a oficina do artista.
 Tinha fome: e, feroz, põe-se a roer-lhe a fama,
 Eis que o escultor a avista:
 Não a esmigalha aos pés, não a arremessa à lama,
 Mas diz-lhe com um sorriso:
 “Morde! Mordes em vão,
 Serpente sem juízo!
 Minha reputação
 Há de quebrar-lhe os dentes,
 Porque o trabalho e a glória
 Só receiam do tempo as presas inclementes,
 É a justiça da história!”
 Isto a vós no dirige, almas envenenadas,
 Que, tem nada fazer, a todos criticaís...
 Em vão vos fatigais:
 O aço zomba de vós e das vossas dentadas!⁴⁸

Na segunda e última paródia de *La fontaine*, Olavo Bilac publicou uma crítica ao *Encilhamento* por meio da fábula *A galinha dos ovos de ouro*, que foi renomeada pelo cronista como *O Encilhamento* e na qual Fantasio relembrou a crise econômica que ocorreu nos primeiros anos da Primeira República, ainda durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca. O encilhamento já estava sendo tema de outras crônicas de Fantasio, como a que foi publicada na edição de 19 de outubro de 1894⁴⁹, e alguns casos também foram citados ao longo do folhetim *Sanatorium*, no qual personagens perderam toda a riqueza durante o encilhamento e foram para o interior de Minas Gerais. Assim, retornar à crise econômica de 1890 era uma forma de o cronista discutir as questões que estavam sendo debatidas acerca da economia brasileira na Câmara dos Deputados e no Senado naquele ano de 1894. Sendo assim, o cronista não perdeu a oportunidade de comentar sobre o encilhamento na fábula adaptada de *La fontaine*:

Não ganhou o que quis, e perdeu o que tinha...
 Assim, no Encilhamento, ó cupidos zangões,

⁴⁸ “LaFontaine Adaptado”. *Gazeta de Notícias*, 9 dez., 1894, p. 1.

⁴⁹ “Chronica espantada”. *Gazeta de Notícias*, 19 out., 1894, p. 1.

Quisestes esgotar a fonte dos milhões...
 Loucos! Menos durou essa quadra opulenta
 Que as apoteosis de teatro:
 Milionários em Noventa,
 E pobres em Noventa e Quatro!⁵⁰

Em *A galinha dos ovos de ouro ou O Encilhamento*, de Fantasio, foi feita a comparação entre o transtorno econômico que levou inúmeros senhores à falência por não conseguirem pagar o empréstimo facilitado pelo Governo Federal e a galinha que de vez em quando botava alguns ovos de ouro. O dono da galinha, estava curioso para saber o que havia de diferente no ovário da ave e a matou, mas não havia nada de incomum, pois seu sistema reprodutor era normal. Contudo, quando o homem decidiu matar a galinha por mera curiosidade, ficou sem a galinha e sem os ovos de ouro. Para Fantasio, assim também foi a política econômica do encilhamento, pois, no início da República, quem ostentava dinheiro e patrimônios eram os mesmos que, no final de 1894, estavam endividados.

Portanto, todos os projetos literários de Olavo Bilac que surgiram nas páginas da *Gazeta de Notícias* durante o governo de Floriano Peixoto comentaram sobre o cotidiano e, principalmente, sobre os acontecimentos políticos, inclusive sobre o modo de governar adotado pelo vice-presidente. Os bombardeios e a falta de liberdade de imprensa foram os principais assuntos de suas crônicas, fábulas e folhetim, os publicados com a assinatura de Olavo Bilac, Fantasio ou Jayme de Athayde. A diferença entre as publicações é que, antes do seu desterro para Minas Gerais, a escrita do autor e a sua militância pela liberdade eram mais diretas e combativas, mas, após a suspensão da *Gazeta de Notícias*, em 1893, o cronista fazia referências ao governo florianista por meio de sátiras, nas entrelinhas de seus textos, e criava “máscaras” para poder comentar sobre o florianismo de modo mais livre e sem riscos de enfrentar uma nova prisão.

Contudo, o que mais difere Olavo Bilac de Fantasio é que, na série *Chronica Livre*, o cronista estava mais preocupado em explicar suas experiências pessoais e suas opiniões políticas, e Fantasio abusava muito mais da sátira e do humor em suas narrativas. Além disso, a partir de elementos ficcionais e de uma linguagem mais elaborada e menos preocupada com a realidade, Fantasio evidenciava seu comprometimento com o humor político para, por meio desse artifício, deixar transparecer para os seus perseguidores que suas crônicas não criticavam a política.

⁵⁰ “Lafontaine Adaptado”. *Gazeta de Notícias*, 10 dez., 1894, p. 1.

3.3. Chegada do *Sanatorium* no rodapé da *Gazeta de Notícias*

No final de 1894, Olavo Bilac, juntamente com Carlos Magalhães de Azeredo⁵¹, publicou um folhetim intitulado *Sanatorium*, que foi escrito durante a passagem desses dois “homens de letras” por Minas Gerais, quando ambos se encontraram em Juiz de Fora⁵². No entanto, os dois escritores escolheram assinar o romance-folhetim com o pseudônimo de Jayme de Athayde e não identificarem a verdadeira autoria da obra naquele primeiro momento. *Sanatorium* foi publicado pela *Gazeta de Notícias* entre os dias 11 de novembro e 12 de dezembro de 1894⁵³. Como de costume, a redação do jornal carioca iniciou as propagandas do novo folhetim nas edições de setembro de 1894, dois meses antes da estreia. Os anúncios do folhetim *Sanatorium* continham interessantes vestígios dos interesses do jornal ao publicar o romance porque já reiteravam uma série de denúncias feitas, após a suspensão do estado de sítio, sobre a censura e os exílios políticos durante o governo de Floriano Peixoto. Um exemplo disso é o anúncio publicado no dia 16 de setembro de 1894, sete dias depois que Olavo Bilac havia encerrado a série *Chronica Livre*. Em sua primeira página, o jornal escreveu:

Logo que termine a publicação dos contos do segundo concurso literário, a *Gazeta de Notícias* começará a publicar um romance da atualidade, com o título acima. A ação passa-se em uma cidade de Minas, onde se reúnem foragidos políticos, gente fugida à febre amarela, doentes, uma companhia dramática, e o diabo a quatro. Toda essa gente faz política, intriga, tagarela, joga a roleta, ama, e dá escândalo. Os tipos são todos conhecidos. Dir-se-ha que foram fotografados. Chamamos muito especialmente a atenção dos nossos leitores para o **SANATORIUM**⁵⁴.

Pela propaganda, observa-se que a *Gazeta de Notícias* já dava indícios dos assuntos principais que o romance iria abordar nos rodapés daquele jornal: intrigas, política e a vida dos foragidos do regime. De acordo com o anúncio, o romance era um enredo sobre a “atualidade” e sobre pessoas que estavam “foragidas” dos problemas sociais e políticos da capital federal. “Os tipos são conhecidos”, afirmava o jornal, o que indica possíveis correspondências com a

⁵¹ Carlos Magalhães de Azeredo nasceu no Rio de Janeiro em 1872. Bacharel em Direito, escritor, ensaísta, crítico e poeta, foi embaixador do Brasil no Estado do Vaticano. Entre suas principais poesias contam-se “Procelárias”, “Horas Sagradas”, “Odes e Elegias”. Como ensaísta e crítico é autor de “Homens e Livros”, além de numerosos discursos e estudos. Foi representante da fase final do parnasianismo e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

⁵² Como indica Raymundo Magalhães Júnior, o *Sanatorium* foi escrito quando Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo se encontraram em Juiz de Fora, em meados de março e abril de 1894. MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, 177.

⁵³ Ainda que a obra fosse assinada por um pseudônimo, a responsabilidade pelo seu conteúdo seria, no limite, da própria *Gazeta de Notícias*.

⁵⁴ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 16 set., 1894, p. 1.

vida “real” ou com os acontecimentos da “atualidade”. A partir desse anúncio, é possível identificar o desejo da obra de tematizar alguns problemas que assolaram o país após o vice-presidente Floriano Peixoto assumir a presidência em 1892.

Durante todo o romance, episódios como o estado de sítio e a Revolta da Armada estavam presentes como tema, pano de fundo e, principalmente, como os motivos da fuga da maioria dos personagens para Minas Gerais em busca de um lar temporário. Com esse anúncio, a *Gazeta* chamou a atenção do público leitor não só para o enredo da história, mas para o tipo de debate que a obra traria para o seu rodapé. Na edição seguinte, de 17 de setembro, o jornal anunciou mais uma vez o novo folhetim, mas o foco foi os personagens, a exaltação da presença masculina no romance e, ao mesmo tempo, o menosprezo das personagens femininas:

Logo que termine a publicação dos contos do segundo concurso literário, a *Gazeta de Notícias* começará a publicar um romance da atualidade, com o título acima. A ação passa-se em uma cidade de Minas, onde se reúnem foragidos políticos, gente fugida à febre amarela, doentes, uma companhia dramática, e o diabo a quatro. Toda essa gente faz política, intriga, tagarela, joga a roleta, ama, e dá escândalo. Os tipos são todos conhecidos. Dir-se-á que foram fotografados. Está claro que nos referimos aos masculinos. As senhoras que figuram no romance, são puras fantasias do autor. Chamamos muito especialmente a atenção dos nossos leitores para o **SANATORIUM**⁵⁵.

Nessa nova propaganda, esmiuçou-se o enredo do romance e foi chamada a atenção tanto para o local onde se passava a trama quanto para os motivos que levaram as pessoas a buscar refúgio em Minas Gerais. A *Gazeta* informou que o folhetim ia tratar de um passado recente, de uma política autoritária que acometeu diversos setores da sociedade, inclusive a imprensa, e de seus colaboradores que estavam representados nos personagens masculinos. Essa foi uma estratégia do periódico para ampliar seu número de vendas e, conseqüentemente, o público leitor⁵⁶. Durante quatro edições do mês de setembro, a *Gazeta de Notícias* anunciou que o folhetim *Sanatorium* iria estreiar somente após o final das publicações do segundo concurso literário que estava se desenrolando. Os anúncios sempre traziam alguns detalhes novos do folhetim, além de breves descrições do contexto da história e de alguns personagens:

A ação deste romance, que a *Gazeta de Notícias* vai publicar brevemente em folhetim, passa-se em uma cidade de Minas, para onde fugiu muita gente, uns por causa da febre amarela, outros por causa do estado de sítio. Entre os tipos conhecidos, há um que os autores descrevem nos seguintes termos: “... barão de Raymond, - corpanzil de Falstaff, - rico, acariciando de momento em momento as barbas grisalhas, com uma gramenhice de velho conquistador,

⁵⁵ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 17 set., 1894, p. 1.

⁵⁶ PORTO, Ana Gomes. **Um esqueleto no Paço Imperial: literatura e política em alguns folhetins no início da República**. Cadernos AEL, 9 (16/17), 2010.

olho cupido, eternamente fixo nas mulheres que passavam, mão constantemente metida na algibeira, remexendo moedas, como a apregoar a sua bonita fortuna que o *Encilhamento* consolidara.” Não continuamos a transcrição, para não privar o leitor das surpresas do livro. Chamamos muito especialmente a atenção do público para o **SANATORIUM**⁵⁷.

Abordar a temática do encilhamento era um modo de passar para o leitor que o folhetim ia tratar das consequências deixadas pela política econômica elaborada durante o governo de Marechal Deodoro da Fonseca. Por outro lado, novamente a *Gazeta de Notícias* dava enfoque na cidade em que a história iria se passar, uma cidade fictícia de Minas Gerais, espaço no qual os personagens iam se metamorfosear em caricaturas de literatos e jornalistas importantes que precisaram fugir por causa do estado de sítio. Logo, não existia tema mais atual para a *Gazeta de Notícias* repercutir no rodapé das suas páginas, pois, com o estado de sítio suspenso, aquele parecia ser o momento ideal para chamar o público para apreciar um folhetim que iria explicitar críticas contundentes ao governo de Floriano Peixoto, sem correr o risco de o jornal ter suas publicações suspensas. Por meio de *Sanatorium*, os autores abordaram as dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira, inclusive os intelectuais e os jornalistas durante os primeiros anos da Primeira República. Além disso, o romance ressaltou ainda uma crítica ao sistema monarquista, que deveria ter sido superado e esquecido. Um sinal disso eram os personagens monarquistas. Foi através do Barão de Raymond, do casal Marquês e Marquesa do Tijuco e do Comendador Romaguera que Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo fizeram críticas à monarquia e ao uso dos títulos de nobreza após a Proclamação da República.

Ademais, é importante ressaltar que a criação de um autor ficcional, o pseudônimo coletivo de Jayme de Athayde, abriu inúmeras brechas para que fossem reforçados os paralelos entre a realidade e a ficção no romance. Por ser a junção das características de Bilac e de Azeredo, o pseudônimo na verdade se transmutava numa síntese da experiência dos intelectuais nos primeiros anos da República brasileira. Como já havia feito antes, a *Gazeta de Notícias* gostava de brincar com os pseudônimos nas propagandas dos folhetins e fazia eles parecerem pessoas reais ao mesclar elementos ficcionais e realidade.

Para conseguir esse efeito, o jornal publicou um artigo sobre Jayme de Athayde, no qual descreveu suas características e sua trajetória de vida, e isso deu uma certa “materialidade” à sua existência. Ademais, a *Gazeta* juntou características dos dois autores de *Sanatorium*, construiu uma pequena apresentação do perfil do autor, a qual vinha acompanhada de um retrato que divulgava o suposto rosto de Athayde. Ainda na primeira semana de publicação do

⁵⁷ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 19 set., 1894, p. 1.

folhetim, no dia 14 de novembro de 1894, saíram na primeira página do jornal informações sobre o escritor mineiro, que havia nascido em Bom Sucesso, no dia 24 de agosto de 1852. De acordo com a *Gazeta de Notícias*, Jayme Fernando de Nogueira de Athayde não era um escritor “principiante em literatura” e “nem um moço, era descendente dos Athaydes, os quais eram conhecidos como “fidalgos de alta linhagem, tão célebres na história lusitana”⁵⁸. Além disso, a suposta imagem de Jayme de Athayde que foi publicada lembrava muito a do escritor Pardal Mallet, amigo de Olavo Bilac, que, naquele novembro de 1894, estava sofrendo de tuberculose e faleceu no dia 24 de novembro de 1894 em Caxambú, Minas Gerais. Tudo indica que retratar Jayme de Athayde com os traços físicos de Mallet foi uma forma de os escritores, Bilac e Azeredo, homenagearem o companheiro de letras adoentado, e as semelhanças são notadas na vestimenta, nos cabelos, na barba e no bigode.



Imagem 2: Retrato do suposto Jayme de Athayde, pseudônimo criado por Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 14 nov., 1894, p. 1.

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, 14 nov., 1894, p. 1.



Imagem 3: Retrato de Pardal Mallet, literato e amigo de Olavo Bilac que faleceu em Caxambú (MG), durante a publicação do folhetim *Sanatorium*, em 24 de novembro de 1894. Fonte: Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Pardal-Mallet/6000000017877228478>>. Acessado em 12 ago., 2020.

Segundo o anúncio da *Gazeta de Notícias*, Jayme de Athayde iniciou sua carreira como escritor quando estava no Seminário de Mariana para estudar humanidades, mas depois cursou a *Escola de Direito do Recife*, onde colaborou em jornais acadêmicos, “entusiasmando os rapazes e estremecendo as mulheres com poesias de um lirismo romântico que era as delícias daquele tempo”. Sem concluir os estudos na Faculdade de Direito, ele viajou para Europa e se apaixonou por uma mulher de “família ilustre”. Segundo a “biografia” de apresentação feita pela *Gazeta*, Athayde também colaborou na imprensa de Minas, de São Paulo e de “grandes órgãos do Rio”. O artigo destacou ainda que Athayde, por ser uma pessoa tímida, nunca apareceu muito em público e, “passando de umas terras para outras, a fim de escapar a uma guerra de rancores, tenaz e sem tréguas”⁵⁹, mudou de endereço várias vezes. A nota biográfica de Jayme de Athayde ainda trouxe a informação de que, no momento da escrita do romance, o autor estava em sua cidade natal “ouvindo de testemunhas oculares a crônica do *Sanatorium*”⁶⁰, afirmação que também pretendia dar aparência de “veracidade” para os fatos que seriam narrados no romance.

Dessa forma, o folhetim foi anunciado como expressão de um tempo vivido pelo autor, composto por fatos “verdadeiros e outros de mera fantasia”. Além dessa detalhada descrição da biografia de Jayme de Athayde, a *Gazeta de Notícias* também trouxe no anúncio um soneto

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Ibidem.

que, segundo ela, havia sido “digno do primeiro prêmio no *Espírito dos Outros*”⁶¹. Assim como os escritores Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo, o pseudônimo Jayme de Athayde compartilhava de uma história de vida muito próxima da experimentada pelos dois autores. Entres as “coincidências”, estavam o curso de Direito, o estilo de escrita de poesias formais, as viagens, a dedicação à imprensa, além da experiência nas terras de Minas Gerais causada pela fuga da represália do governo de Floriano Peixoto. Propositalmente, o jornal parecia embaralhar características reais dos escritores com dados ficcionais do pseudônimo criado para a publicação do folhetim.

As publicações de poemas assinados por Jayme de Athayde apareceram nas páginas da *Gazeta de Notícias* durante o momento em que *Sanatorium* estava sendo publicado, a ideia provavelmente era dar aparência de realidade à existência daquele autor até então “inédito” na imprensa carioca. Outra nota de publicação a respeito do *Sanatorium* e do Athayde apareceu no dia 20 de novembro de 1894, e, segundo o redator, a *Gazeta* havia recebido uma carta de um leitor anônimo, que escreveu direto de Bom Sucesso, comentou sobre o *Sanatorium* e relatou boatos do escritor Jayme de Athayde:

Sr. redator. - Temos todos nesta cidade acompanhado com interesse o romance *Sanatorium*, que a *Gazeta* está publicando atualmente em folhetins; e, permita V. que lhe digamos, a quantas pessoas sensatas e respeitadas aqui o têm lido, causa pesar, verdadeiro pesar, que uma folha como a sua, tão bem estreada no conceito do Brasil inteiro, admita a colaboração deste ignóbil tipo, que se chama Jayme de Athayde. Naturalmente, V. não o conhece, como o conhecemos nós, seus patrícios; sim, porque é uma triste verdade, Jayme de Athayde nasceu em Bom Sucesso, e é um dos poucos, pouquíssimos valdevinos que esta terra tem produzido. Ah! mas como tipo vicioso e malvado, é completo, Sr. redator! Invoque, se quiser o testemunho de toda a população desta cidade! Caloteiro de marca, deve quantias, consideráveis umas, outras ridículas, a todas as pessoas capazes de emprestar conto de réis ou um tostão; não há aqui vendeiro ou açougueiro, que não seja seu credor. Habitualmente bêbado, só até o meio-dia tem as vezes boas pilhérias (mas quase sempre ofensivas e imorais) dessa hora em diante se torna insuportável; a noite, é em geral necessário levarem-no em braços para casa, quando ele não fica a dormir, brutalmente, como um animal, no meio do campo; cômico de que o alcoolismo serve de desculpa a muitos excessos, aproveita-se disso para insultar os capitalistas mais distintos deste lugar - e estes, receosos de escândalo ou compassivos até o desespero, não se animam a puni-lo. Em suma, é um homem de péssima fama. Diz a *Gazeta*, no artigo biográfico publicado há dias, que ele cultivava a sátira com proficiência e êxito? É verdade, Sr. redator, porque talento o tem, não vamos até o ponto de lhe negar, e pena é que o empregue, tão veemente. Cultiva a sátira... mas que sátira! Não basta

⁶¹ Concurso literário promovido pela *Gazeta de Notícias* no dia 5 de agosto de 1894, em que era permitido o envio de caricaturas, sátiras, epigramas, anedotas, poesias, ou artigos de fantasias bem humoradas, e que era permitido o uso de pseudônimo. “O espírito dos outros”. *Gazeta de Notícias*, 5 ago., 1894, p. 1. De acordo com o resultado do concurso, publicado na *Gazeta de Notícias*, o pseudônimo de Jayme de Athayde não apareceu na lista de premiados. “O espírito dos outros”. *Gazeta de Notícias*, 19 ago., 1894, p. 1.

para prova o soneto perverso, que ele ousou atirar às faces de uma veneranda senhora, só porque está se casou na idade de sessenta e tanto anos com um distinto moço de vinte e cinco? Casou-se; e que mal há nisso? Que têm o Sr. Athayde com a vida alheia? Com que direito se mete no que lhe não pertence? [...] No próprio *Sanatorium*, quanto desaforo! Quanta indecência! Enfim, agora que já começamos a lê-lo, havemos de lê-lo até a última linha. Mas é uma lástima, repetimos, que a *Gazeta* o acolha com essas honras todas, imerecidas... E com certeza, pagando-lhe bem o trabalho. Morto por isso estava ele, morto por se atirar ao joguinho com esses cobres! Porque, para nada lhe faltar é também frequentador assíduo de uma roleta que aqui há... Desculpe a liberdade que tomamos, Sr. redator, de fazer-lhe estas observações, só inspiradas pela simpatia decidida que sempre votamos a *Gazeta de Notícias*. Com a mais alta estima nós assinamos de V. etc. - O; e L⁶².

Essa carta do suposto conhecido de Jayme Athayde trouxe mais credibilidade para que o público acreditasse na existência do suposto escritor, pois descreveu características típicas dos intelectuais da época - um homem da boêmia que andava sempre sem dinheiro e com dívidas - e fez referência a má remuneração dos literatos e ao espírito satírico. Esse senso comum a respeito da vida dos “homens de letras” no final do século XIX era um misto de informações que convenciam, chamavam a atenção dos leitores e os motivavam a acompanhar a publicação do *Sanatorium*. Naquele momento, a *Gazeta de Notícias* e os autores do folhetim não publicaram a verdadeira autoria, apenas anos mais tarde foi desvendado que Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo eram os autores de *Sanatorium*. Segundo Raymundo Magalhães, vinte anos depois da publicação do folhetim, Carlos Magalhães de Azeredo, em uma carta que escreveu para Max Fleiuss, declarou sua parceria com Olavo Bilac na escrita do romance *Sanatorium*:

Foi aquele, para mim, um tempo de álaçre produção literária, e propriamente às impressões de São João del-Rei, dediquei um livro - aí! bem pouco adequado e condigno! - escrito em colaboração com Olavo Bilac no nosso breve exílio em Juiz de Fora. O glorioso poeta não terá esquecido talvez a nossa excelente camaradagem de então, as prosas diárias no Hotel do Rio, e no seu ermo plácido de Santo Antônio, e os capítulos alternadamente compostos, com febril atividade, por algumas semanas, do famoso Sanatório, que Joaquim Nabuco chama o nosso pecado literário⁶³.

Dias antes da publicação do folhetim, em 8 de novembro de 1894, Ferreira de Araújo, sob o pseudônimo L.S., na coluna *Flanando*, escreveu sobre o romance *Sanatorium*, que estava sendo anunciado nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Segundo ele, os personagens daquele

⁶² “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 20 nov., 1894, p.1.

⁶³ Segundo Raymundo Magalhães “essa carta foi transcrita por Max Fleiuss, em 19/9, em seu livro *Páginas Brasileiras*. Os trechos citados constam das páginas 181 e 182. Quando Magalhães de Azeredo escreveu, Bilac era ainda vivo.” MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 178.

folhetim-romance viveram “em Minas nos tempos tormentosos da revolta e da febre amarela”⁶⁴. A descrição do local em que se passava a história foi indispensável para que os leitores se atentassem para o contexto político do folhetim, afinal, Minas Gerais, por não ter declarado o estado de sítio em 1893, acolheu inúmeros desterrados que estavam com a liberdade ameaçada pelo Governo Federal⁶⁵. Araújo ainda tentou ressaltar para o leitor que aquele folhetim não estava fantasiando os personagens masculinos, pois muitos deles poderiam ser reconhecidos, como Olavo Bilac, Magalhães de Azeredo e Valentim Magalhães, por causa da censura florianista e dos problemas sociais que assolavam o Rio de Janeiro, como as doenças de gripe, febre amarela e cólera. Segundo L.S., ao ler *Sanatorium*, o público ia conseguir imaginar os personagens com outros nomes e como pessoas que frequentavam as ruas do Rio de Janeiro:

[...] que nós acotovelamos aí todos os dias na rua do Ouvidor, e na rua da Alfândega. [...]E não se esqueçam de que, para bem entendê-lo, convém substituir os nomes dos personagens machos por nomes conhecidos em toda esta vasta amarelopolis⁶⁶.

Com isso, o diretor do jornal buscou chamar a atenção do leitor para os traços de realidade que continham nos personagens e nos acontecimentos de *Sanatorium*. Além disso, essa foi uma forma de a *Gazeta* abordar, com criticidade, temas como a Revolta da Armada, o estado de sítio e o controle da liberdade de imprensa ocorridos durante o governo de Floriano Peixoto. Essa estratégia usada pela *Gazeta de Notícias* confirmava “o poder do folhetim para atrair novos leitores como o interesse do grande público em acompanhar o debate de questões sociais latentes através de textos ficcionais”⁶⁷. Ademais, o comentário de Ferreira de Araújo foi direcionado para os personagens que faziam caricaturas de escritores conhecidos do público, como Olívio Bivar, Manhães de Azevedo e Vincentim de Guimarães, os quais correspondiam, respectivamente, aos literatos Olavo Bilac, Magalhães de Azeredo e Valentim Magalhães. Bilac e Magalhães de Azeredo aparecem no enredo com os nomes fictícios de Olívio Bivar e Manhães de Azevedo, respectivamente. Azevedo é o primeiro a aparecer na história e foi descrito como um:

homem de letras já conhecido, dotado de espírito observador sarcástico, um pouco pedante; quando deixava em paz os livros, divertia-se a estudar

⁶⁴ “Flanando”. *Gazeta de Notícias*. 8 nov., 1894, p. 1.

⁶⁵ O decreto de nº 1.617, de 25 de Dezembro de 1893, suspendia as garantias constitucionais em algumas partes do território da República, sendo declarados o Distrito Federal e os Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil - 1893**, p. 800, vol. 1, pt II.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ RAMOS, Ana Flavia Cernic. **Barricadas em rodapés de jornais: Revolta popular e cidadania política na *Gazeta de Notícias* (1880)**. Revista de História, n.179. São Paulo: 2020, p. 13.

miudamente todos os tipos da casa e da rua e, em apanhando um ajeito, traçava-lhe a caricatura num caderno de esboços⁶⁸.

Manhães de Azevedo era um desses intelectuais possíveis de se encontrar na rua do Ouvidor e na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Segundo Jayme de Athayde, ele era um estudante e estava de passagem em Minas Gerais para desfrutar de suas férias. Em contrapartida, o personagem caricatural de Bilac aparece apenas no capítulo XX do romance, como um novo hóspede do *Sanatorium* e amigo de Manhães de Azevedo:

Dois novos hóspedes do Sanatorium eram requisitados pelos rapazes; eram dois homens de letras, de nome conhecido. Tinham chegado na véspera. Manhães de Azevedo, amigo de ambos, apresentara-os logo à roda. Um deles, Vicentim de Guimarães, jornalista e advogado, era magro, pálido, rosto imberbe, de criança, apesar dos seus 38 anos⁶⁹. Muito míope, moviam-se-lhe os olhos inquietos por trás dos grossos vidros do *pince-nez* de tartaruga. O outro, Olívio Bivar, poeta e cronista feíssimo, vesgo, muito míope também, olhava para todos de través, analisando fisionomias e *toilettes*⁷⁰.

Uma vez que o folhetim foi publicado no final do mandato de Floriano Peixoto, não fazia mais sentido Bilac e Magalhães de Azeredo esconderem suas identidades atrás do pseudônimo Jayme de Athayde, inclusive porque a biografia do Athayde se misturava com a trajetória desses escritores, que possuíam experiências de vida semelhantes aos intelectuais da época, como a Faculdade de Direito e a boêmia. Logo, a *Gazeta de Notícias* se apropriou do folhetim para publicar denúncias dos atos do governo de Floriano Peixoto, mesmo depois do fim do governo, pois esse era um modo de não deixar cair em esquecimento o autoritarismo que consolidou a República. Nesse sentido, a publicação do quarto capítulo do *Sanatorium*, no dia 14 de novembro, foi o último dia do governo florianista, uma data relevante para a publicação de um romance que denunciava a censura do governo, e essa foi uma forma de a *Gazeta* e os autores do folhetim, mesmo por detrás do pseudônimo, exporem as experiências vividas naqueles primeiros anos de República. Enfim, as colunas literárias eram o meio utilizado para tratar de política e convidar o público leitor a participar daquelas reflexões acompanhando os capítulos daquele enredo, como era costume naquele final do século XIX. Portanto, a *Gazeta de Notícias*, com o fim do estado de sítio, denunciou tudo o que não pôde, em suas páginas e de modo mais explícito, após a suspensão das atividades que sofreu em novembro de 1893.

⁶⁸ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 16 nov., 1894, p. 1.

⁶⁹ O personagem Vicentim de Guimarães faz referências ao escritor Valentim Magalhães, que nessa época, 1894, possuía essa idade de 38 anos e esteve desterrado em Minas Gerais com Olavo Bilac e Magalhães de Azeredo.

⁷⁰ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 2 dez., 1894, p. 2.

3.4. O *Sanatorium* como expressão do autoritarismo do governo de Floriano Peixoto

O romance-folhetim *Sanatorium* tinha, como pano de fundo uma cidade muito pacata do interior de Minas Gerais que, entre os anos de 1893 e 1894, vivenciou um momento incomum: as ruas ficaram movimentadas por conta do êxodo de pessoas que chegavam da cidade do Rio de Janeiro em busca de sossego, tratamentos para doenças respiratórias e fuga do calor da capital federal, especialmente quem estava fugindo dos bombardeios da Revolta da Armada. A história se inicia na embarcação de trem de São Bernardo, onde chegavam as primeiras notícias e desembarcavam refugiados e turistas. Assim, em um dia especial, chegou a comitiva do Dr. Silveira Jacques, um médico responsável pela compra do falido Hotel Oriente. A cidade esperava ansiosamente para conhecer essa personalidade, que chegou em São Bernardo com o grande projeto de transformar um hotel em um sanatório-hotel-cassino. Os hóspedes que lá se encontravam e reclamavam dos serviços de hotelaria do Oriente, estavam ávidos pelas mudanças projetadas pelo Dr. Silveira Jacques, porque desejavam uma hospedagem aconchegante, funcionários atenciosos e serviços que funcionassem. Esses hóspedes possuíam partidos políticos diferentes, alguns eram monarquistas, uns republicanos florianistas e outros eram intelectuais republicanos. Ademais, as mulheres casadas precisaram conviver com as atrizes da companhia dramática, que foram acolhidas pelo Dr. Silveira Jacques no *Sanatorium*, e muitas contendas marcaram a presença da “troupe” no local, pois as vestimentas e a boemia das atrizes incomodavam as senhoras comprometidas.

Enquanto desenrolava-se a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, o dono do *Sanatorium* começou a se endividar, seu projeto de reforma foi parado por falta de dinheiro e os empregados ficaram sem pagamento. Logo, por estar sendo perseguido pelos comerciantes de São Bernardo e sempre perdendo no cassino do *Sanatorium*, Dr. Jacques decidiu fugir e deixou todos os hóspedes e funcionários desiludidos e sem hospedaria. O fim do hotel-sanatório-cassino coincidiu com o fim da Revolta da Armada, em março de 1894, enquanto os hóspedes monarquistas choravam a derrota dos revoltosos Saldanha Marinho e Custódio de Melo, os florianistas comemoravam a consolidação do governo.

Enquanto o governo de Floriano terminava, os capítulos iniciais do *Sanatorium* eram publicados na primeira página da *Gazeta de Notícias* e ganhavam destaque no jornal⁷¹. A história narrada nesse romance se passa nos tempos da Revolta da Armada, a qual desencadeou motivos que fizeram muitos escritores e antiflorianistas fugirem, tanto da censura quanto do

⁷¹A partir de dezembro de 1894, o *Sanatorium* era publicado nos rodapés das páginas 2 ou 3 da *Gazeta de Notícias*.

estado de sítio na capital federal, e escolherem o acolhimento das terras mineiras, como Ouro Preto, cidade que Olavo Bilac escolheu para se esconder por um tempo, e São João d’El-Rei, cidade onde Magalhães de Azeredo ficou até encontrar com Bilac em Juiz de Fora. A intriga do romance se passa em uma cidade fictícia de Minas Gerais, intitulada São Bernardo, que, pela descrição, é a junção das cidades onde os escritores ficaram refugiados:

Em São Bernardo, dominam os costumes do interior, e respira-se um ambiente de memórias e lendas, que falam de venerandos esplendores antigos. As serras imensas, ásperas e sombrias, recortadas em duras angulosidades no azul do céu, com o qual contrasta fortemente a sua cor férrea, parecem proteger o burgo pacato contra as invasões do espírito hodierno, tão leviano na sua irreverência céticas, e impõem à alma do povo simples e o culto das velhas crenças e dos velhos hábitos, conservando-lhe com eles a aspiração de liberdade indômita, que a nenhuma tirania se curvou jamais. Ainda pelas ruas tortuosas - ladeiras íngremes, com péssimo calçamento[...]. As igrejas, crestadas nos seus zimbórios e portais pelos sóis de longos anos, notáveis algumas pelo primor de arquitetura, erguem a cruz simbólica muito acima das casas e das árvores, como se quisessem representar a vitória do dogma eterno sobre as mesquinhas contingências humanas...⁷².

Como pode ser notado, a descrição da cidade fictícia São Bernardo, logo no segundo capítulo do folhetim, remete ao leitor as experiências de Olavo Bilac em Ouro Preto. Além das descrições físicas, como as “ladeiras íngremes” e as igrejas históricas, é possível relacionar também a citada “liberdade indômita” à imagem de inconfidentes como Tiradentes. Outro fator interessante da narrativa é o Hotel Martinelli, que foi citado no final do folhetim⁷³, era o mais famoso hotel de Ouro Preto na época e foi onde Olavo Bilac ficou hospedado durante sua estadia na antiga capital mineira⁷⁴.

A publicação do folhetim *Sanatorium* foi uma forma que a *Gazeta de Notícias* encontrou para discutir e apresentar aos leitores os problemas enfrentados pela imprensa e pelos jornalistas da oposição durante aquele governo, conseqüentemente, assuntos como a revolta e a febre amarela movimentavam a história do romance:

Desde setembro, que a revolta da esquadra entrara pela vida fluminense como um germe de sustos e perturbações. O mar impunha as suas leis à terra, e todos os olhares se volviam para as ondas da formosa baía, constantemente enevoadas pelo fumo dos combates, e sacudia em choques violentos pelo ribombo dos canhões de grosso calibre. Navios e fortalezas hostilizavam-se desde o amanhecer até à tarde, e não raro pela escuridão da noite, a desoras, pacíficos dormentes eram despertados de um sono delicioso pelo estrondo da artilharia mortífera, que abalava as habitações até aos alicerces, dando arrepios de pavor à pobre gente indefesa⁷⁵.

⁷² “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 12 nov., 1894, p. 1.

⁷³ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 12 dez., 1894, p. 3.

⁷⁴ MAGALHÃES JÚNIOR. *Op. cit.*, p. 163.

⁷⁵ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 11 nov., 1894, p. 1.

No primeiro capítulo do folhetim, Athayde chama a atenção para a Revolta da Armada, que era parte do cotidiano fluminense desde setembro de 1893. Ao contextualizar o momento ao qual aquela sociedade estava submetida, o narrador explica que São Bernardo, cidade mineira, era escolhida pelos cariocas que fugiam dos bombardeios e das doenças que assolavam a capital federal. No segundo capítulo, mais detalhes daquele contexto político foram narrados no folhetim:

[...] com a revolta coincidia o estado de sítio, relativamente brando a princípio, crescendo depois em violência, pouco a pouco, até chegar aos últimos excessos. E muitos que nem o calor nem as granadas obrigariam a fugir, apontados pelas suas doutrinas suspeitas, pelas suas simpatias e antipatias livremente manifestadas, saíam do Rio açodadamente, demandando sítios menos agitados, em que não fosse delito pensar e falar com independência.[...] limitava-se a manifestar francamente o seu desgosto pelos atos do governo⁷⁶.

No folhetim, o Hotel Oriente, que hospedava os refugiados do Rio de Janeiro, transforma-se em um sanatório, um ambiente especializado em tratamentos hidroterápicos, após a troca de donos. Esse hotel era de péssima qualidade, não servia seus hóspedes adequadamente, os serviços pioravam a cada dia. Apesar da mudança de nome e de dono, *Sanatorium* nunca deixou de ser um hotel e contar com um salão de jogos de apostas para os hóspedes. Segundo o narrador do romance, o novo dono do local era um “jovem médico”, que atendia pelo nome de Dr. Silveira Jacques e que havia chegado da Bahia com sua família para montar o seu projeto de sanatório. A sua intenção era transformar o antigo Hotel Oriente em um *Sanatorium*, que realizasse tanto o tratamento de Kneipp quanto o de hipnose e fosse referência para o cuidado de tuberculosos e neuropatas. A ideia era acolher enfermos e pessoas que estivessem visitando a cidade de São Bernardo, mas, com o tempo, esse plano não deu certo, pois o hotel continuou sem uma boa administração e oferecendo um péssimo atendimento aos hóspedes e pacientes:

São Bernardo era ponto especialmente procurado, pela situação tranquila e pela excelência do clima, favorável em particular aos doentes do peito, e aos organismos neuróticos, abatidos por longas crises. [...] O Hotel Oriente regurgitava de hóspedes, neste verão mais que nunca. É que além da temperatura calma e da quadra epidêmica, que afastavam tantas famílias do Rio, outro elemento determinavam o êxodo de muitíssimas pessoas. Era a revolta de 6 de setembro. [...] São Bernardo apresentava, neste sentido, especiais garantias. As tendências de oposição ali frutificaram, desde o período muito remoto e a quase todos os governos, ainda no antigo regime, proporcionaram maus quartos de hora, dificuldades sérias a vencer, nas

⁷⁶ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 12 nov., 1893, p. 1.

nomeações, nos plebiscitos, e até em motins de certa gravidade. Assim, de envolta com inofensivos turistas, neutros em questões de partidos, tuberculosos melancólicos e neuróticos e exaustos, agitava-se o grupo, engrossado a cada trem, dos refugiados políticos, que a necessidade forçava a procurar, fora do lar doméstico, a segurança e o sossego da existência. A ação desses homens limitava-se a manifestar francamente o seu desgosto pelos atos do governo⁷⁷.

O folhetim logo informa que a cidade era bastante procurada por causa do clima agradável e da segurança, pois ela era uma cidade que assegurava os direitos constitucionais para os sujeitos. Contudo, apesar de Jayme Athayde pontuar a chegada de “inofensivos turistas, neutros em questões políticas”, observa-se que, ao longo da história, todos os hóspedes do *Sanatorium* possuíam uma afinidade política: republicano ou monarquista, florianista ou antiflorianista, todos manifestavam suas opiniões e ninguém era neutro. Ao longo dos meses, algumas festas ocorreram no salão do hotel, e inúmeros foram os casos de divergências políticas entre a “troupe” da companhia teatral de Ifigênia da Costa e os hóspedes do hotel, que tratavam as atrizes e a cantora Leviccolo com desdém e preconceitos, pois, além das divergências, muitos sabiam do romance de D. Carmita com dois homens, Vidigal e Romanguera. Enfim, devido a inúmeros problemas, em poucos meses o Dr. Silveira, enrolado nas dívidas que fez em São Bernardo, decretou falência e fugiu da cidade com a sua família, sem deixar pistas para os credores e hóspedes:

De tudo que ideara, nada fizera... O *Sanatorium* continuava simples hotel como antes, e cada vez mais mal administrado. As duchas abandonadas, não tinham frequentadores, o tratamento Kneipp, após o desastre sucedido a Romaguera, que tamanha bronquite apanhara, naturalmente porque não soubera aplicar o regime, perdera os sequazes e caíra em absoluto descrédito; a casa de saúde... fora uma linda fantasmagoria. [...] E as letras a pagar? As letras venciam, numerosas, implacáveis, dentro de três ou quatro dias?... Onde buscar dinheiro? Quem seria tão tolo que lho adiantasse? Pobre Silveira Jacques! Se ele descera já a contrair empréstimos com os próprios criados... Que degradação! E o espectro da falência lhe crescia diante dos olhos [...]. para aquecer-se, para esquecer a preocupação cruel dos seus dias e das suas noites, ele atirava-se ao jogo, perdendo loucamente os restos miseráveis da sua bolsa, e ingerindo, nos intervalos, taças de champanha e cálices de conhaque, sem conta e sem medida...⁷⁸.

As dívidas e falência do diretor do *Sanatorium* remontam os tempos da política do *Encilhamento*⁷⁹, quando muitos homens ricos e poderosos ficaram tomados de empréstimos,

⁷⁷ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 12 nov., 1894, p. 1.

⁷⁸ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 6 dez., 1894, p. 1.

⁷⁹ Sobre o encilhamento ver: CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**.

pois gastavam tudo o que tinham com os jogos de aposta que ocorriam no salão do hotel. Assim, cansado de tantas dívidas, um dia o Dr. Jacques Silveira foge da cidade com toda a sua família e não deixa vestígios. Por essa razão, a posse do *Sanatorium* foi dividida entre os credores e funcionários do hotel, o que deixou os hóspedes preocupados e sem lugar para ficarem. Porém, junto com a notícia da fuga de Dr. Jacques, pelo expresso chegou a informação de que os revoltosos, no litoral do Rio de Janeiro, haviam sido derrotados pelo governo de Floriano Peixoto. Dessa forma, coincidente ou propositalmente planejado pelos autores, o *Sanatorium* fechou as portas ao mesmo tempo em que a revolta no Rio de Janeiro foi controlada pelas forças florianistas, em março de 1894. Essa notícia indicava que, em breve, os hóspedes do hotel poderiam retornar para a capital federal, pois não iriam mais necessitar dos aposentos daquela cidade provinciana. Quando os hóspedes do hotel se reuniram para discutir a situação política ou as notícias vindas pelo expresso, o poeta Olívio Bivar buscou encerrar o assunto sem dar sua opinião acerca do governo do Marechal de Ferro, por outro lado, Manhães de Azevedo manifestou sua oposição ao governo em todas os diálogos sobre o assunto, como sempre faziam:

[...] Só, no vestíbulo, Olívio Bivar conversava com Vicentim Guimarães, e Manhães de Azevedo com Joãozinho Romão e Til Vóssio.
 - O bombardeio depois de amanhã! Que espetáculo admirável há de ser! - dizia Vicentim a Azevedo. - Sinto, deveras, não estar no Rio.... - A D. Carmita é realmente uma deliciosa mulher! - observava Olívio. - É o pomo de discórdia desta casa! E, caramba! - vale a pena brigar por ela!...
 - Aquele Romaguera é um elefante - exatamente Til Vóssio. - Cálculo o que vocês se terão aborreci do com semelhante companheiro de hotel!...⁸⁰.

Essa passagem mostra que Olavo Bilac, por meio do seu personagem caricaturesco Olívio Bivar, não queria expor diretamente sua opinião acerca do governo Floriano Peixoto, o que deixa transparecer que ele não estava interessado nos assuntos políticos. Contudo, essa sua “falta” de interesse é uma de suas maiores sátiras, a qual também está presente na *Chronica Livre*. Nesse sentido, em todos os diálogos sobre a Revolta da Esquadra, Olívio buscava mudar de assunto ou convidava os colegas para tomar um conhaque e encerrar a conversa⁸¹, momentos em que a sua sátira ficava ainda mais notável. Logo, percebe-se que Olavo Bilac, ou sua caricatura no romance, era representado como uma pessoa de suposta neutralidade política, que

32 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

⁸⁰ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 8 dez., 1894, p. 3.

⁸¹ Ver: “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 2 dez., 1894, p. 2. e 8 dez., 1894, p.3.

não era compatível com sua trajetória, mas a sua maior militância girou em torno da liberdade de expressão e da crítica à suspensão dos direitos constitucionais.

A crítica à falta de liberdade também estava presente nas personagens femininas do folhetim, pois, nos apelidos ou nos estilos de levar a vida, todas carregavam uma ironia para denunciar a falta de liberdade e a agressividade do governo de Floriano Peixoto. Diferentemente do que era escrito nas propagandas do *Sanatorium*, publicadas em setembro de 1894 na *Gazeta*, as personagens femininas, ao longo do enredo do folhetim, possuíam importantes papéis carregados de críticas às questões políticas daquele período. *Aquidabã*, por exemplo, era o apelido de uma hóspede do hotel *Sanatorium*, pois, segundo Jayme de Athayde, ela possuía um:

aspecto sempre agressivo; e a alcunha corria de boca em boca, entre risinhos abafados. Cercavam-nas suas filhas, as torpedeiras e uma afilhada, menina buliçosa e trêfega, espreitadora e intrigante, que vivia saracoteando de um grupo para o outro a ouvir todas as conversas e era por isso chamada a lancha *Lucy*⁸².

Os dois apelidos citados no trecho acima fazem referência à Revolta da Esquadra, pois *Aquidabã* era o nome do principal navio da oposição do Marechal Floriano Peixoto, e *Lucy* era uma pequena embarcação que levava e trazia informações entre os navios e as ilhas Enxadas e de Villegaignon.⁸³ Dessa forma, por mais que o jornal tenha tentado negar a importância dos personagens femininas presentes no *Sanatorium*, nas entrelinhas do enredo, é possível ver as críticas à Revolta da Armada por meio dos papéis atribuídos a cada uma dessas mulheres.

Enquanto a revolta se passava no Rio de Janeiro, a companhia de teatro decidiu ficar em São Bernardo até a situação nacional melhorar e lá apresentavam algumas peças em um simples galpão da cidade. A cantora Leviccolo é uma personagem feminina cuja personalidade satirizava a censura imposta pelo governo do Marechal de Ferro graças às repressões que sofria por causa das normas do hotel *Sanatorium*. Leviccolo era uma mulher que gostava de escandalizar e, por estar longe da cidade grande e convivendo com mulheres de respeito no hotel, ela “sentia nostalgia do escândalo, como outros têm da pátria, a da família”⁸⁴. Além disso, desde que saiu do Rio de Janeiro, o fato de ela estar em um lugar que era compartilhado com famílias e com outras mulheres que criticavam o modo de vida das atrizes, transformou a liberdade dela:

[...] num estabelecimento sério como aquele, habitado por famílias respeitáveis, que, assim, ficavam constrangidas, e, ao mesmo tempo, constrangiam os atores e as atrizes. Ora! ela, habituada à independência da

⁸² “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 14 nov., 1894, p. 1.

⁸³ COSTA, Sérgio Corrêa da. **A Diplomacia do Marechal: Intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. 3ªed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

⁸⁴ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 23 nov. 1894, p. 3.

capital, onde recebia as visitas que lhe agradavam, ceava com rapazes, o espocar das rolhas, ao espumar do champanha, entre brindes encantadores de blague e carícias abertamente lascivas dançava o *cancan* em plena sala de visitas, na sua casa particular, jogava beijos e sopapos com os seus amigos e frequentadores, **ela habituada a essas liberdades todas, podia agora conservar-se quieta, falar baixo, rir mais baixo ainda, calcular todos os movimentos, pesar todas as suas palavras, como uma senhora de responsabilidade? Não! Aquilo era absurdo.** Ela não podia mais⁸⁵.

A falta de liberdade da Leviccolo, escancarada no fato de ela não poder fazer o que gostava e nem viver a vida a seu modo, era uma maneira de o folhetim denunciar a supressão da liberdade e a censura durante aquele período de estado de sítio vigente na capital federal. Ademais, o romance ainda destaca a dificuldade que outras mulheres, como as atrizes e as cantoras, encaravam devido à falta de liberdade dentro do *Sanatorium*, pois todos os atos delas eram condenados pelas mulheres casadas, uma vez que cada um deles “ofendia a moralidade reconhecida e proverbial do Sanatorium”⁸⁶. Enfim, era divertido assistir a companhia dramática “nos disfarces do palco”, mas, nos ambientes comuns, elas não eram bem-vindas, haja vista que “modificavam singularmente o aspecto do hotel”⁸⁷.

Quando o *Sanatorium* foi publicado na *Gazeta de Notícias*, entre novembro e dezembro de 1894, o momento conturbado e o governo de Floriano Peixoto estavam se encerrando. Assim, por meio da personagem Leviccolo, o folhetim narrava os entraves que os “homens de letras” enfrentavam naquele momento; a falta de liberdade que os impossibilitava de comentar sobre os acontecimentos políticos; a vontade de estar no Rio de Janeiro, mas não poder por causa das perseguições e as ameaças de prisão. Isso mostra que, mais uma vez, a literatura presente nas notas de rodapé da imprensa debatia política e temas sociais do momento:

A opinião pública! A Leviccolo a desdenhava nesse sentido, e noutro fazia tudo para adulá-la e seduzi-la. O que se pudesse dizer de seus costumes, da sua vida privada, pouca moça lhe faria: mas **importava-lhe muitíssimo o juízo da imprensa** e do povo sobre a sua habilidade cênica, porque estava ali um elemento de sucesso... e de renda, portanto⁸⁸.

A opinião pública era importante para o governo de Floriano Peixoto e por isso era controlada. Além disso, dependendo do modo como as notícias eram publicadas na imprensa carioca, as autoridades florianistas perseguiam os jornalistas e censuravam o jornal responsável pela publicação. Nesse sentido, ao se observar o contexto em que *Sanatorium* foi escrito, nota-se que a falta de liberdade de expressão, a qual foi muito denunciada por Olavo Bilac na

⁸⁵ Idem. (Grifo nosso!)

⁸⁶ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*, 16 nov., 1894, p. 1.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem. (Grifo nosso!)

Chronica Livre, também foi descrita no folhetim através das personagens femininas. A “ordem severa do hotel” controlava Leviccolo, e a situação vivida pela personagem não deixava de ser uma sátira ao modo como o florianismo limitava a imprensa, os jornalistas e toda a oposição ao seu governo. Enquanto abordar as nostalgias de Leviccolo abria margem para criticar as repressões do Governo Federal, a personagem Marquesa do Tijuco também carregava a denúncia da censura vivida por aqueles “homens de letras”, pois ela era comparada a uma “inquisidora-mor” em razão de, a todo momento, controlar as atitudes do seu marido, o Marquês. Nas passagens em que esse controle é evidenciado, são traçados paralelos com a censura florianista: “a marquesa, insistindo na censura [...]”⁸⁹, ou seja, no contexto em que o folhetim estava sendo publicado, era possível relacionar as censuras entre as personagens com o momento em que os intelectuais antiflorianistas haviam vivido durante o governo de Floriano.

Em 12 de dezembro de 1894, foi publicado o último capítulo do *Sanatorium*, e, no desfecho da obra, após a fuga do Dr. Silveira Jacques, o hotel encerrou suas atividades, e alguns hóspedes se mudaram para o Hotel Martinelli⁹⁰. Com o fim da história do *Sanatorium*, chegou do Rio de Janeiro a notícia da vitória do governo sob os revoltosos da Armada:

O telegrama era minucioso. Dizia que os navios e as fortalezas dos revoltosos, na baía do Rio, hostilizados durante uma hora, tinham ficado mudos sob a chuva das bombas e das granadas; as forças do governo tinham reconhecido, afinal, que os redutos rebeldes haviam sido abandonados; o almirante Saldanha, com toda a sua oficialidade, refugiara-se a bordo de um navio português...⁹¹.

O final chama a atenção para o casal Marquesa e Marquês, que foram os últimos a sair do hotel ao mesmo tempo em que “estrepitavam no ar foguetes, celebrando a vitória do governo”⁹². A saída dos monarquistas do *Sanatorium* parecia fazer uma referência ao fim da monarquia e à vitória do governo que consolidou a República. A saída da Marquesa foi narrada como uma despedida fúnebre, pois a monarquista se vestiu de preto e, no momento em que ela desceu a escadaria do hotel, “duas lágrimas lhe correram pela face gorda”. Ademais, a Marquesa sempre apareceu cantando o “Hino ao Saldanha” no salão daquele hotel, mas, durante aquela partida, ela certamente era uma sátira da dor dos antiflorianistas e monarquistas ao presenciarem as comemorações em prol do governo após ter controlado a Revolta da Armada. Era mais do que o fim do *Sanatorium*, era também a derrota da Revolta da Esquadra.

⁸⁹ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 30 nov., 1894, p. 3.

⁹⁰ Olavo Bilac enquanto esteve desterrado em Ouro Preto ficou hospedado em um hotel do mesmo nome. JORGE, Fernando. **Vida e poesia de Olavo Bilac**. 6ªed. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2007, p. 206.

⁹¹ “Sanatorium”. *Gazeta de Notícias*. 12 dez., 1894, p. 3.

⁹² Idem.

No romance-folhetim *Sanatorium*, é evidente a intenção dos autores de relacionar a república com um hotel-sanatório, pois ficam claras as críticas à monarquia e a necessidade de apagar o passado colonial e escravocrata para, enfim, viver os tempos republicanos modernos e civilizados. Por essa razão, os autores deram o desfecho de velório para o casal de marqueses, que enlutados observavam os fogos de artifícios estalarem no céu em comemoração pela consolidação do governo de Floriano Peixoto com o fim da Revolta da Armada. No hotel *Sanatorium*, as diferenças precisavam conviver entre si - monarquistas e republicanos, mulheres casadas e atrizes, doentes, pois assim devia ser o sistema republicano, que ainda no início cerceava as liberdades individuais por meio de decretos, estados de sítios e perseguições aos opositores. A república vivida era doentia e precisava de cuidados, por isso, o melhor era um local destinado a acolher doentes para tratamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na série *Chronica Livre* de Olavo Bilac, o tema principal era denunciar e responder a opressão que a imprensa e os intelectuais vinham sofrendo ao longo dos anos iniciais da Primeira República, o que já estava explícito no título que Bilac atribuiu a sua crônica. A *Gazeta de Notícias* foi o jornal escolhido para o literato publicar essa série de crônicas carregada de críticas e ironias ao presidente Floriano Peixoto e a censura de seu governo contra a liberdade de imprensa. Sendo assim, tornou-se significativo para Bilac, um homem de letra que já havia sido preso em 1892 pelas autoridades florianistas, colaborar na *Gazeta*, em 1893, com o intuito de atacar o Governo Federal, pois, aparentemente, esse jornal, durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, não se posicionou contra as medidas autoritárias que regulavam a liberdade de imprensa. Essa manifestação de repúdio ao cerceamento da imprensa, durante o novo regime, esteve presente nas páginas da *Gazeta de Notícias* a partir da chegada de Floriano Peixoto como chefe de Governo.

Desse modo, a produção literária de Olavo Bilac, durante os anos de 1893 e 1894, esteve voltada para a militância em prol da liberdade de imprensa. Apesar de boa parte da sua *Chronica Livre* ter sido escrita enquanto estava refugiado em Minas Gerais, Bilac não deixou de comentar os assuntos mais polêmicos do governo de Floriano, como os bombardeios da Revolta da Armada e a repressão florianista sob a imprensa. Para isso, ele recorreu à sátira e ao chiste para publicar suas críticas de modo que evitasse o ataque e a repressão por parte das autoridades do governo florianista. Assim, por meio dessas estratégias literárias, Olavo Bilac conseguiu expor sua insatisfação com o autoritarismo de Floriano Peixoto. À primeira vista, o cronista escrevia crônicas com temáticas banais para conseguir expor suas apreciações sobre o contexto repressivo que ele estava vivenciando.

Logo, como foi mostrado no capítulo um, a afirmação de Antonio Dimas, de que a *Gazeta de Notícias* estava direcionada para a “informação e não para a disputa política”¹ não se sustenta, pois esse jornal abre as portas para um cronista que já havia sido preso e estava sendo perseguido pelo Governo Federal. Além disso, Olavo Bilac era um dos fundadores e colaboradores d’*O Combate*, jornal conhecido por sua oposição ferrenha a Floriano Peixoto e cuja circulação ocorreu no ano 1892. Desse modo, a colaboração de Bilac na *Gazeta de Notícias*, a partir de 1893, demonstrou que a folha tinha um posicionamento político, em

¹ DIMAS, Antonio. **Bilac, o Jornalista: Ensaios**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Edusp, Editora Unicamp, 2006, p. 46.

especial, o apoio a liberdade de imprensa que, naquele período, estava sob o controle de Floriano Peixoto. Nesse sentido, a atitude de Olavo Bilac deixar o jornal *Cidade do Rio* para colaborar na *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1893, não demonstra que o cronista buscava uma suavização do seu “impulso incendiário”², mas que procurava novos meios de continuar publicando na imprensa carioca sem correr grandes riscos de ser levado novamente para a prisão, uma vez que o contexto era de acirramento das tensões políticas.

Em 1894, diretamente de Minas Gerais, Olavo Bilac publicou, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, crônicas, poemas e folhetim sobre a política dos anos iniciais da Primeira República. Para pensar como essas produções literárias foram uma resposta ao movimento de controle das palavras impressas e às tensões políticas do momento, foram analisados os decretos publicados desde o governo de Deodoro da Fonseca até a presidência de Floriano Peixoto, entre os anos de 1889 e 1894. Logo, verifica-se que a postura da imprensa durante os anos de governo de Deodoro muda quando Floriano Peixoto golpeia a Constituição de 1891, pois decidiu não convocar novas eleições antes de 1894. Por conseguinte, a repressão contra a imprensa se acentuou com o Floriano quando a oposição começou a comentar a inconstitucionalidade do seu governo, principalmente durante a Revolta da Armada, que foi deflagrada em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro. Os governos militares que estiveram a frente do Brasil nos primeiros anos do regime republicano mostraram-se intolerantes às críticas da oposição, pois determinaram a suspensão e o assalto a inúmeros jornais, além da prisão, do desterro e da perseguição de muitos jornalistas, como Olavo Bilac.

Todo esse cerceamento à imprensa não calou Olavo Bilac, que continuou publicando suas crônicas políticas em defesa da liberdade de expressão, das liberdades individuais e da construção de uma nação moderna e civilizada. Ademais, entre os anos de 1893 e 1894, período analisado nesta pesquisa, todas as opiniões de Bilac eram publicadas nas suas séries de crônicas, seja na *Chronica Livre* - assinada por “Olavo Bilac” ou “O. B.” - seja nas crônicas assinadas pelo seu personagem-narrador Fantasio, seja no romance-folhetim escrito em parceria com Guimarães de Azeredo e publicado sob o pseudônimo de Jayme de Athayde nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Diferente do que Jeffrey Needell e Nicolau Sevcenko apontou, Olavo Bilac, nos anos finais do século XIX, não escreveu sobre frivolidades para agradar seus leitores, mas sobre as questões políticas que atravessaram sua vivência durante o governo autoritário de Floriano Peixoto. Essas questões levou Olavo Bilac a ser preso em 1892, antes da sua fuga para as terras mineiras, que ocorreu em 1893, e do seu retorno para o Rio de Janeiro em 1894.

² Ibidem.

Apesar de deixar de escrever em jornais combativos, como *O Combate* e *A Rua*, que provocaram fúria no vice-presidente Floriano, Olavo Bilac não abandonou os temas polêmicos e marcou com humor e sátira a sua opinião sobre os assuntos políticos. Dessa forma, mesmo quando escrevia suas narrativas fantasiosas sob o pseudônimo de Fantasio, Olavo Bilac não excluía os assuntos políticos de suas narrativas, pois era por meio da ironia que tecia suas críticas e mobilizava a opinião pública em favor da liberdade de imprensa. Para essa divulgação, nada melhor do que escrever na *Gazeta de Notícias*, um jornal com notoriedade, altas tiragens e preço acessível.

Por muitos momentos, inclusive no folhetim *Sanatorium*, Bilac criticou a essência do regime imperial, que ainda estava atrelado à nascente República Brasileira. De acordo com as produções literárias de Olavo Bilac, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 1893 e 1894, era por conta do imperialismo ainda presente na República que foram desencadeadas revoltas e decretados inúmeros estados de sítios que resultaram na suspensão dos direitos civis. Nesse sentido, sob a ótica de Bilac, era fundamental defender a consolidação da República enquanto um regime democrático que garantisse as liberdades civis e políticas para todos brasileiros.



Imagem 5: Caricatura de Olavo Bilac pelo desenhista Hugo Sanchez.

FONTES

Periódicos:

Gazeta de Notícias (1890 / 1892-1894 / 1895-1897)

O Combate (1892)

A Bruxa (1896)

Diário de Notícias (1889/ 1890)

Legislação – Câmara dos Deputados:

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1889.** (Publicação Original)

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1890.** (Publicação Original)

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1893.** (Publicação Original)

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1894.** (Publicação Original)

_____. **Decretos do governo provisório da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Obras literárias:

AZEVEDO, Arthur. **O Tribofe.** Rio de Janeiro, 1892. Disponível em: Biblioteca Virtual Brasileira, <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37189>>, acesso em junho de 2019.

BILAC, Olavo. **Chronicas e novellas: 1893 – 1894.** Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.

NETTO, Coelho. **A Conquista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Bilhetes Postais** (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva). Campinas, SP: Cecult/ Mercado de Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Luiza. **Os jornais, o romance e o folhetim**. Rio de Janeiro: Alcar, 2008.
- ASPERTI, Clara Miguel. **Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)**. 2007. 2 v. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.
- BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalhos Jurídicos – Estado de Sítio. Vol. XIX, 1892. Tomo III**. (Prefácio e revisão de Levi Carneiro – Tomo); Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- BILAC, Olavo. **Chronicas e novelas: 1893-1894**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.
- BILAC, Olavo. **Vossa Insolência: Crônicas**. Antonio Dimas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRITO, Maria Luzia Alves; SILVEIRA, Daniela Magalhães. **A República contada a cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas machadianas (1892)**. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº 1, ago. 2016.
- BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017.
- BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- _____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CÂNDIDO, Antônio (org.). **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas/ Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/ Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa**. *Remate de Males*. V.23, nº 2, 2010. <https://doi.org/10.20396/remate.v29i2.8636276>
- _____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em Cousas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A Diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. 3ªed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Não tá sopa: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. [digital]

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 8.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: República memórias (1889-1950)**. Vol 3. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017, p. 26-27. FAUSTO, Boris. História do Brasil. In: _____. **A Primeira República (1889-1930)**. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 219.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: República – memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. I São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. II São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. *Estudos avançados*. V. 17, nº 49, p. 151-172, 2003.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>

ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flávia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna. **Os intelectuais e a Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

_____. **Os intelectuais, o nacional e o popular (Rio de Janeiro, 1890-1910).** *História Social*, nº 11, Campinas, 2005.

_____. **Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil.** Anais do V Simpósio Estado e Poder – Hegemonia. Niterói: Vício de Leitura, 2008.

_____. **A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa.** *Revista Electrónica de Estudios Latinamericanos*, vol. 8, n. 27, p. 3-18, jan. mar. 2010.

FRANCHETTI, Paulo. **Olavo Bilac e a unidade do Brasil Republicano.** *Mapa da Língua*, abr., 2009.

FERREIRA Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Elio Chaves. **A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREIRE, Felisberto. **História da Revolta da Armada de 1893.** Brasília: Editora UnB, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Primeira república: um balanço historiográfico.** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 4, p.267-269, 1979.

GOMES, Ângela de Castro et al. **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

JESUS, Christianne Theodoro de. **Memórias da repressão política na Primeira República: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894).** Dissertação de Mestrado em História. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2018.

JORGE, Fernando. **Vida e poesia de Olavo Bilac.** 6ªed. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2007.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Imprensa feminina, revista feminina: A imprensa feminina no Brasil.** *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. V. 35, nº 2, 2009.

LOVE, Joseph. **A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937).** In: MOTA, Carlos Guilherme (orgs.). *A experiência brasileira: A grande transação.* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LUCA, Tania R. de. **República Velha: temas, interpretações, abordagens**. In: SILVA, Fernando T., NAXARA, Márcia R. e CAMILOTTI, Virgínia. *República, liberalismo, cidadania. Piracicaba*: Ed. da Unimep, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?** In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 285-303.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Seguro: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 – 1920)**. Dissertação de mestrado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004.

MONTILHA, Thiago Roza Ialdo. **A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, [s.n.]. Niterói, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NETTO, Coelho. **Bilhetes Postais** (organização, apresentação e notas de Ana Carolina Feracin da Silva); Campinas: Cecult/Mercado de Letras, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1.

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **“Crônica”: A suave ironia bilaquiana na Gazeta de Notícias**. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 2, p. 198-216, jun. 2009.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Mulheres e jogos sociais em Machado de Assis**. *Chasqui*. V. 27, nº 1, p. 47-58.
<https://doi.org/10.2307/29741399>

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Braziliense, 1990.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História de quinze dias (Machado de Assis)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Sonhos de Conquistador: Uma biografia de Coelho Netto**. Campinas, SP: 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. (org.). **História Cultural; experiências de pesquisa**. Porto Alegre: EDUFGRS, 2003.

PORTO, Ana Gomes. **Um esqueleto no Paço Imperial: literatura e política em alguns folhetins no início da República**. Cadernos AEL, 9 (16/17), 2010.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

_____. **Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880)**. Revista de História, n.179. São Paulo: 2020.

_____. **A política imperial nas “Cousas Políticas” e nas “Balas de Estalo da Gazeta de Notícias: o jornalismo dos últimos anos da monarquia (1883-1884)**. História e Cultura, v. 3, p. 7, 2014.

<https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1182>

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

REZENDE, Beatriz (org.). **Cronistas do Rio**. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada: A Primeira década republicana e o florianismo**. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, [s.n.]. São Paulo, 2005.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. [s.n.]. Salvador, 2013.

SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias**. Palhoça: Editora Unisul, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. **As Crônicas de Bilac nas Revistas Ilustradas *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896-1897)**. Dissertação de Mestrado em Letras: Literatura e Vida Social. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2008.

SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. **A “Crônica” de Bilac em *A Bruxa* (1896-1897)**. *Revista da Anpoll*. Nº 38, p. 144-155, Florianópolis, jan./jun., 2015.

<https://doi.org/10.18309/anp.v1i38.843>

_____. **A sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. da UNESP e FAPESP, 2007.

_____. **A contribuição de Bilac para a crônica brasileira**. *O eixo e a roda*. V. 9/10, Belo Horizonte, 2003/2004.

<https://doi.org/10.17851/2358-9787.9.0.235-246>

_____. **Entre o Parnaso e a Rua do Ouvidor**. In: BILAC, Olavo. *Sátiras. Edição e estudo crítico de Alvaro Simões Junior*. São Paulo / Lisboa: Editora Unesp Digital / CLEPUL, 2018.

_____. **Bilac vivo**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

SIQUEIRA, Carla. **A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas – 1890/1922**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [s.n.]. Rio de Janeiro, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA J. Galante de. **Olavo Bilac e seus pseudônimos**. In: Machado de Assis e outros estudos. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1897.

VALE, Jackson de Souza. **Cidadania política e finanças em Machado de Assis: a série *A semana* (1892-1897)**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n.]. Juiz de Fora, MG: 2011.

ANEXO – Tabelas de frequência das séries de Olavo Bilac publicadas na *Gazeta de Notícias*

Tabela 1: Frequência das publicações da série *Chronica Livre* na *Gazeta de Notícias*

Edição	Data	Dia da semana	Local
A00233	22 de agosto de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
235	24 de agosto de 1893	Quinta-feira	Rio de Janeiro
226	25 de agosto de 1893	Sexta-feira	Rio de Janeiro
228	27 de agosto de 1893	Domingo	Rio de Janeiro
229	28 de agosto de 1893	Segunda	Rio de Janeiro
B00232	31 de agosto de 1893	Quinta-feira	Rio de Janeiro
B00233	01 de setembro de 1893	Sexta-feira	Rio de Janeiro
235	03 de setembro de 1893	Domingo	Rio de Janeiro
237	05 de setembro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
249	07 de setembro de 1893	Quinta-feira	Rio de Janeiro
254	12 de setembro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
255	13 de setembro de 1893	Quarta-feira	Rio de Janeiro
257	15 de setembro de 1893	Sexta-feira	Rio de Janeiro
258	16 de setembro de 1893	Sábado	Rio de Janeiro
262	20 de setembro de 1893	Quarta-feira	Rio de Janeiro
263	21 de setembro de 1893	Quinta-feira	Rio de Janeiro
265	23 de setembro de 1893	Domingo	Rio de Janeiro
266	24 de setembro de 1893	Segunda-feira	Rio de Janeiro
267	25 de setembro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
272	30 de setembro de 1893	Sábado	Rio de Janeiro
274	02 de outubro de 1893	Segunda-feira	Rio de Janeiro
275	03 de outubro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
279	07 de outubro de 1893	Sábado	Rio de Janeiro
281	09 de outubro de 1893	Segunda-feira	Rio de Janeiro
282	10 de outubro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
284	12 de outubro de 1893	Sexta-feira	Rio de Janeiro
289	17 de outubro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro

291	19 de outubro de 1893	Quinta-feira	Rio de Janeiro
293	21 de outubro de 1893	Sábado	Rio de Janeiro
296	24 de outubro de 1893	Terça-feira	Rio de Janeiro
310	07 de novembro de 1893	Terça-feira	Minas Gerais
312	09 de novembro de 1893	Quinta-feira	Minas Gerais
313	10 de novembro de 1893	Sexta-feira	Minas Gerais
316	13 de novembro de 1893	Segunda-feira	Minas Gerais
317	14 de novembro de 1893	Terça-feira	Minas Gerais
A00324	21 de novembro de 1893	Terça-feira	Minas Gerais
B00324	22 de novembro de 1893	Quarta-feira	Minas Gerais
C00324	23 de novembro de 1893	Quinta-feira	Minas Gerais
329	27 de novembro de 1893	Segunda-feira	Minas Gerais
6	06 de janeiro de 1894	Sábado	Minas Gerais
7	07 de janeiro de 1894	Domingo	Minas Gerais
10	10 de janeiro de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
13	13 de janeiro de 1894	Sábado	Minas Gerais
15	15 de janeiro de 1894	Segunda-feira	Minas Gerais
26	26 de janeiro de 1894	Sexta-feira	Minas Gerais
27	27 de janeiro de 1894	Sábado	Minas Gerais
28	28 de janeiro de 1894	Domingo	Minas Gerais
42	11 de fevereiro de 1894	Domingo	Minas Gerais
45	14 de fevereiro de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
46	15 de fevereiro de 1894	Quinta-feira	Minas Gerais
48	17 de fevereiro de 1894	Sábado	Minas Gerais
51	20 de fevereiro de 1894	Terça-feira	Minas Gerais
54	23 de fevereiro de 1894	Sexta-feira	Minas Gerais
69	10 de março de 1894	Sábado	Minas Gerais
71	12 de março de 1894	Segunda-feira	Minas Gerais
72	13 de março de 1894	Terça-feira	Minas Gerais
75	17 de março de 1894	Sábado	Minas Gerais
77	19 de março de 1894	Segunda-feira	Minas Gerais
79	21 de março de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
83	27 de março de 1894	Terça-feira	Minas Gerais

91	02 de abril de 1894	Segunda-feira	Minas Gerais
101	12 de abril de 1894	Quinta-feira	Minas Gerais
112	24 de abril de 1894	Terça-feira	Minas Gerais
B00114	28 de abril de 1894	Sábado	Minas Gerais
128	09 de maio de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
198	18 de julho de 1894	Quarta-feira	Rio de Janeiro
200	20 de julho de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
202	22 de julho de 1894	domingo	Rio de Janeiro
204	24 de julho de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
206	26 julho de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
208	28 de julho de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
211	31 de julho de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
214	03 de agosto de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
A00262	07 de agosto de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
222	11 de agosto de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
225	14 de agosto de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
230	19 de agosto de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
242	31 de agosto de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
251	09 de setembro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro

Tabela 2: Frequência das crônicas de “Fantasio” na *Gazeta de Notícias*

Edição	Data	Dia da semana	Local
30	30 de janeiro de 1894	Terça-feira	Minas Gerais
55	24 de fevereiro de 1894	Sábado	Minas Gerais
56	26 de fevereiro de 1894	Sexta-feira	Minas Gerais
90	01 de abril de 1894	Domingo	Minas Gerais
102	13 de abril de 1894	Sexta-feira	Minas Gerais
106	18 de abril de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
134	15 de maio de 1894	Terça-feira	Minas Gerais
138	19 de maio de 1894	Sábado	Minas Gerais
B00141	23 de maio de 1894	Quarta-feira	Minas Gerais
149	31 de maio de 1894	Quinta-feira	Minas Gerais
153	03 de junho de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
161	11 de junho de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
164	14 de junho de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
165	15 de junho de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
173	23 de junho de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
175	25 de junho de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
180	30 de junho de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
A00264	09 de agosto de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
227	16 de agosto de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
233	22 de agosto de 1894	Quarta-feira	Rio de Janeiro
237	26 de agosto de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
244	02 de setembro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
248	06 de setembro de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
253	11 de setembro de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
255	13 de setembro de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
257	15 de setembro de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
270	28 de setembro de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
275	04 de outubro de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
278	07 de outubro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
280	09 de outubro de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro

284	13 de outubro de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
290	19 de outubro de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
294	23 de outubro de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
298	26 de outubro de 1894	Sexta-feira	Rio de Janeiro
301	29 de outubro de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
302	30 de outubro de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
313	10 de novembro de 1894	Sábado	Rio de Janeiro
317	14 de novembro de 1894	Quarta-feira	Rio de Janeiro
318	15 de novembro de 1894	Quinta-feira	Rio de Janeiro
321	18 de novembro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
322	19 de novembro de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
337	04 de dezembro de 1894	Terça-feira	Rio de Janeiro
342	09 de dezembro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
349	16 de dezembro de 1894	Domingo	Rio de Janeiro
350	17 de dezembro de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
357	24 de dezembro de 1894	Segunda-feira	Rio de Janeiro
362	29 de dezembro de 1894	Sábado	Rio de Janeiro